



**UNIVERSIDADE FEDERAL NO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESQ)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO (PPGCULT)**

RODRIGO REIS FIGUEIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO: IMPLEMENTAÇÃO E
ESTRUTURAÇÃO**

ARAGUAÍNA

2022

RODRIGO REIS FIGUEIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO: IMPLEMENTAÇÃO E
ESTRUTURAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Araguaína, como requisito à obtenção de grau de mestre em Estudos de Cultura e Território. Linha de pesquisa I: Natureza, Poder e Territorialidade.

Orientador: Prof. Dr. Braz Batista Vas

ARAGUAÍNA

2022

Rodrigo Reis Figueira

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO: IMPLEMENTAÇÃO E
ESTRUTURAÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCULT como requisito para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca examinadora.

Aprovada em: **01/11/2022**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Braz Batista Vas – UFNT (Orientador)

Prof. Dr. Vinícius Gomes de Aguiar – UFNT (Examinador Interno)

Prof^a Dr^a Edma do Socorro Silva Moreira – UNIFESSPA (Examinador Externo)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F475t Figueira, Rodrigo Reis.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO: IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO. / Rodrigo Reis Figueira. – Araguaína, TO, 2022.
123 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2022.

Orientador: Braz Batista Vas

1. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. 2. Batalhão de Bombeiros Militar de Araguaína. 3. Des(re)territorialização bombeiros militar do Tocantins. 4. Atuação dos bombeiros em Araguaína. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*Ao Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins
dedico meus trabalhos como profissional
e como pesquisador.*

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus Nosso Pai, meus primeiros agradecimentos.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins, pela existência do Mestrado em Estudos de Cultura e Território no Campus de Araguaína; ao Programa de Pós-graduação, pela manutenção e coordenação do curso; aos professores da Turma 2020, pela transmissão de conteúdos e produção de conhecimentos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Braz Batista Vas, serei eternamente grato por conhecê-lo e ter tido o privilégio de participar do seu mundo de pesquisa; por contagiar-me com a sua calma e entusiasmo; pelas suas orientações tão éticas; pela sua confiança, que contribuiu para que meu caminho no Mestrado, inevitavelmente árduo, fosse também alegre e sem traumas.

À banca examinadora desta dissertação, professores doutores Vinícius Gomes de Aguiar e Edma do Socorro Silva Moreira, pela disponibilização de tempo e a contribuição singular de renomados profissionais como vocês.

Ao Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins, agradeço a história disponibilizada, meu objeto de pesquisa e meu orgulho de fazer parte dessa instituição. Especialmente aos militares que se dispuseram a responder questionário, a dar informações e dados para a construção desse trabalho.

A todos os amigos militares que me auxiliaram, meu agradecimento. Representando-os, destaco meu amigo Caveira 08 da PMTO, 1º SGT Gomes, que foi inspiração e incentivo iniciais para esse caminho no PPGcult; o Ten. BM RR Jairon (que no dia da arguição do processo seletivo autorizou outro servidor a me substituir no trabalho); o CB BM Alan (que alterou sua folga para substituir-me no plantão); ao TC J. Neto, diretor da escola em que estou trabalhando, que me apoiou logisticamente para a conclusão deste trabalho; e a todos que compreenderam e auxiliaram nos momentos de concentrações e reclusões para os estudos.

Ao grupo de estudos “Estrelas” por ter sido incentivo diário, apoio psicológico e auxílio mútuo nos conteúdos teóricos.

Enfim, à toda minha família; à minha esposa que sempre esteve presente durante os momentos da seleção, incentivando e auxiliando-me nesse processo de estudos.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de abordar o processo de territorialização e expansão de uma das corporações militares mais recentes do Brasil, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, com foco no seu estabelecimento na cidade de Araguaína (a segunda maior em termo populacional e umas das mais importantes em termos de relevância para economia estadual, principalmente na região Norte do Estado). O estudo foi provocado pela percepção da ausência do tema em estudos locais, bem como de registros científicos, acadêmicos ou literários sobre essa parte da história e contexto do Estado do Tocantins: a implementação e a atuação do Corpo de Bombeiros, especialmente no norte do Estado. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, utilizando-se de uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa para captação, exploração, estudos e análise dos dados verificados a partir de entrevistas, relatórios de serviços, ocorrências, decretos, diários oficiais, leis e reportagens de jornais. Para tais estudos, nos embasamos teoricamente nas produções de autores que nos trazem luz às noções de território, Estado, poder, sociedade, direitos humanos e, portanto, lançamos mão de Bourdieu, Dallari, Saquet, Haesbaert e Weber. Como resultado buscamos registrar o processo de desmembramento, implementação, estruturação e expansão do Corpo de Bombeiros, bem como, explorar a dimensão das demandas da sociedade para tal processo, das atuações distintas e, ainda, convergindo com a territorialização da corporação na região norte tocantinense a partir de seu processo de desenvolvimento institucional, da sua estruturação física e cidadã dentro do Estado.

Palavras-chave: Corpo de Bombeiros, Tocantins, Territorialização.

ABSTRACT

This work aims to analyze the process of territorialization and expansion of one of the most recent military corporations in Brazil, the Military Fire Brigade of the State of Tocantins – CBMTO, focusing on its establishment in the city of Araguaína (the second largest in terms of population and one of the most important in terms of relevance to the state economy, especially in the region called “Bico do Papagaio”). The study was provoked by the perception of the absence of the theme in local studies, as well as scientific, academic or literary records about this part of the history and context of the State of Tocantins: the implementation and performance of the Fire Department, especially in the north of the State. The work is characterized as a bibliographic and documentary research, using a qualitative-quantitative research methodology to capture, explore, study and analyze the data verified from interviews, service reports, occurrences, decrees, official journals, laws and newspaper reports. For such studies, we are theoretically based on the productions of authors that bring us light to the notions of territory, State, power, society, human rights and, therefore, we make use of Bourdieu, Dallari, Saquet, Haesbaert and Weber. As a result, we seek to record the process of dismemberment, implementation, structuring and expansion of the Fire Department, as well as exploring the dimension of society's demands for such a process, the different actions and, still, converging with the territorialization of the corporation in the northern region of Tocantins. from its institutional development process, its physical and citizen structuring within the State.

Keywords: Fire Department; Tocantins; territorialization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ocorrências atendidas no estado do Tocantins, de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2021.....	84
Gráfico 02 – Ocorrências atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021.....	86
Gráfico 03 – Ocorrências da área de atuação APH atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021	86
Gráfico 04 – Ocorrências gerais com área de atuação do tipo incêndios	87
Gráfico 05 – Ocorrências detalhadas da área de atuação INCÊNDIO atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021.....	88
Gráfico 06 – Ocorrências da área de atuação SALVAMENTO atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021.....	90
Gráfico 07 – Ocorrências de Controle insetos em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021.....	92
Gráfico 08 – Ocorrências de Controle de Captura de Animal em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021	93
Gráfico 09 – Graduação/Posto.....	95
Gráfico 10: Sexo.....	96
Gráfico 11 – Corporação de origem	97
Gráfico 12 – Forma de ingresso no CBMTO	98
Gráfico 13 – Ano de início no serviço militar	100
Gráfico 14 – Ano de início no serviço como Bombeiro Militar	101
Gráfico 15 – Situação funcional	101
Gráfico 16 – Cursos e estágios realizados.....	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01: Incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto	27
Quadro 01: Atendimentos que garantem direitos sociais	43
Imagem 02: Primeira turma de soldados bombeiros formados no estado do Tocantins	50
Imagem 03: Fotos das primeiras viaturas adquiridas em 2002	52
Organograma 01: Organograma após a criação do 1º BBM	53
Organograma 02: Organograma administrativo do CBMTO	55
Organograma 03: Organograma operacional do CBMTO	56
Organograma 04: Organograma operacional atual resumido do CBMTO	57
Mapa 01: Atuação das unidades operacionais do estado	58
Imagem 04: Fardamentos operacionais	62
Imagem 05: Bombeiros de Estados diferentes atuando em Petrópolis - RJ	63
Imagem 06: Bombeiros atuando no cenário da Tragédia de Petrópolis – RJ	63
Imagem 07: Capa da Revista Bombeiros News 2015	68
Imagem 08: Foto da SCI, Aeroporto de Araguaína nos anos 90	70
Figura 01: Insígnia do 2º BBM	74
Mapa 02: Atuação das unidades operacionais subordinadas ao 2º BBM	79
Imagem 09: Militar do CBMTO ministrando conteúdo prático de incêndio florestal para moradores do quilombo Grotão	82
Imagem 10: Militares e Brigadistas atuando em incêndio em área alterada	89
Imagem 11: Registro fotográfico de algumas ocorrências de Busca e Salvamento ..	91
Quadro 02: Respostas ao questionário	99
Quadro 03: Resumo das respostas à pergunta 16	104
Quadro 04: Resumo das respostas à pergunta 17	105
Quadro 05: Resumo das respostas à pergunta 18	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Significado por extenso
ABT	Auto Bomba
AE	Auto Escada
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
AS	Auto Salvamento
AT	Auto Tanque
BREC	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
CAB	Curso de Adaptação de Bombeiro
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CBMGO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás
CBMRJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CBMTO	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
CCIU	Curso de Combate a Incêndio Urbano
CESALT	Curso de Salvamento em Alturas
CESAQ	Curso de Salvamento Aquático
CESTER	Curso de Especialização de Salvamento Terrestre
CFO	Curso de Formação de Oficial
CHOA	Curso de Habilitação de Oficial da Administração
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CIA	Companhia
CIBM	Companhia Independente Bombeiro Militar
CEMAUT	Curso de Mergulho Autônomo
COCB	Central de Ocorrências de Bombeiros
CPCIF	Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Urbanos
EABA	Estágio e Adaptação de Bombeiro de Aeródromo
EB	Exército Brasileiro

EMAUT	Estágio de Mergulho Autônomo
ESAQ	Estágio de Salvamento Aquático
ESB	Escola Superior de Bombeiros
PMGO	Polícia Militar do Estado de Goiás
PMTO	Polícia Militar do Estado do Tocantins
PP	Produtos Perigosos
SIOCB	Sistema de Operações do CBMTO
SCI	Seção de Contra Incêndio
UR	Unidade de Resgate

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR: breve histórico geral	25
2.1 Contextualização brasileira	26
2.2 Características gerais da atuação do CBM	31
2.3 Direitos humanos, Cidadania e Corpos de Bombeiros: aproximações	35
2.3.1 Direitos humanos	36
2.3.2 Cidadania	39
2.3.3 Bombeiros Militares, Direitos Humanos e Cidadania	42
3. BOMBEIROS MILITARES DO TOCANTINS	46
3.1 Antecedência: Bombeiros militares no norte goiano, antecedentes da criação do Estado do Tocantins	46
3.2 Des(re)territorialização	53
3.3 História: contemplando registros da publicação comemorativa	65
4. ARAGUAÍNA E REGIÃO: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO	69
4.1 Atuação local e regional	75
4.2 Recorte e análise: dados e estatísticas da atuação do CBM em Araguaína	83
4.2.1 Do SIOCB	83
4.2.1.1 Análise de dados sobre quantidade e tipos de ocorrências atendidas em Araguaína	85
4.2.2 Do Questionário	933
4.2.2.1 <i>Postos e graduações dos entrevistados</i>	94
4.2.2.2 <i>Sobre o sexo do(a) militar</i>	95
4.2.2.3 <i>Sobre a corporação de origem e forma de ingresso</i>	96
4.2.2.4 <i>Ano de admissão e situação funcional atual</i>	100
4.2.2.5 <i>Levantamento de cursos realizados pelos questionados</i>	102
4.2.2.6 <i>Análises das respostas subjetivas</i>	103
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
6. REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A	117
ANEXO A	118
ANEXO B	119

1. INTRODUÇÃO

Atuando como profissional do Corpo de Bombeiros há 14 anos, simpatizo-me, desde o início, com a necessidade de ser um profissional que conhece a história, participa da evolução, atenta-se aos deveres e defende os seus direitos, dos colegas de trabalho e os da instituição que tenho orgulho de integrar; inquieta-me a necessidade de estudar a história e o processo de formação dos Corpos de Bombeiros, especialmente, o CBMTO, desde a criação do Estado do Tocantins – antiga região do norte goiano desmembrada em 1988. Juntou-se a essa inquietação a percepção de uma carência de referencial histórico-bibliográfico – principalmente a nível estadual – sobre o Corpo de Bombeiros Tocantinense, a sua origem, a sua missão e a articulação sociocultural na região onde atuo, hoje, como 1º Sargento.

Tal simpatia, inquietação e percepção foram infladas com a leitura da revista institucional publicada em setembro de 2015 pelo CBMTO. Com o título de Bombeiros News, a publicação comemorativa conta, resumidamente, muitos aspectos da implementação, atuação e evolução da corporação. Todo o conteúdo da revista nos inspira enquanto cidadão e servidor público da corporação, além disso, entendi que poderia aprofundar mais os estudos sobre os bombeiros militares tocantinenses e sistematizar as informações de forma a gerar um conteúdo científico, utilizando das informações contidas na revista, embasando-se teoricamente e, principalmente, colhendo novos e específicos dados como os da região de Araguaína.

Nas palavras de Devechi e Trevisan (2010), quando dizem que as justificativas para realizar uma pesquisa podem estar associadas com razões intelectuais, bem como de razões práticas, encontro explicações para a vontade de realizar uma pesquisa científica acerca do território do qual faço parte e no qual observo as lacunas nos registros históricos para que essa e outras gerações possam usufruir de conhecimentos dignos, claros e reais acerca da criação e do desenvolvimento da instituição nos anos destacados nesta produção.

Com o propósito de desenvolver um trabalho que, minimamente possível, inicie esses registros, submeto-me – após a obtenção da aprovação – à jornada do Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-graduação em Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins e, então mestrando, usufruo da orientação científica do Professor Doutor Braz Batista. Firmada a parceria professor-

aluno, lapidamos e incumbimo-nos para o seguinte objetivo: construir um texto, à luz de análises documentais e entrevistas, que retratasse a territorialização¹ do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBM–TO), rebuscando desde as demandas que justificaram a necessidade de criação e o processo de implementação e estruturação física e cidadã da instituição até as demandas de atendimento diário que são trabalhos designados aos profissionais dessa corporação.

Como já mencionado, percebemos uma ausência do tema em estudos locais em registros científicos, acadêmicos ou literários sobre essa parte da história do Estado do Tocantins. Sendo assim, primeiramente, o nosso trabalho pode se posicionar como um dos pioneiros nessa busca por discorrer sobre a historicidade dessa instituição; em segundo lugar, debruçamos sobre uma pesquisa de caráter bibliográfica e documental contando com os auxílios de questionários, revistas, relatórios de serviços, ocorrências, decretos, diários oficiais, leis e reportagens de jornais para compor uma contextualização mínima possível. Todos esses instrumentos citados nos valeram de ferramentas essenciais, pois, como vemos nas palavras de Sá-Silva (2009), “o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado”, afinal, “a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais”. Dito isso, concordamos ainda com o autor quando complementa que esse uso se fundamenta “porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 2).

Para essa missão de produzir registros, ampliar o entendimento e proporcionar acesso à história de uma instituição de relevante contextualização histórica e cultural, o estudo bibliográfico e documental se deu na exploração de documentos oficiais do acervo do Estado, principalmente dos principais órgãos envolvidos (Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO e CBMTO) que nortearam e auxiliaram na organização cronológica da pesquisa. Os dados obtidos nas imersões documentais e aqui apresentados foram compilados e analisados, trazendo informações que vão desde o

¹ Conforme Félix Guattari e Sueli Rolnik (2000, p. 323) explicam “a noção de territorialidade ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes [...]; [território] é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 2000).

ingresso dos militares mais antigos na corporação até, por exemplo, a quantidade de ocorrências atendidas.

Na busca por uma maior abrangência da pesquisa, através do Sistema de Operações do CBMTO (SIOCB), foram coletados² dados de quantidades de ocorrências, especificando as áreas de atuação, para um melhor entendimento sobre as funções do CBMTO. Esses dados trazem as ocorrências atendidas em todo o Estado do Tocantins no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021. Embora o afunilamento da pesquisa se dê para a cidade de Araguaína, os registros foram coletados de forma a trazer uma visão geral com informações que abrangem todo o Estado do Tocantins.

É válido ressaltar que a pesquisa se caracterizou como bibliográfica por ter sido realizada de forma indireta, utilizando algumas fontes secundárias de informação, valendo-se de livros, revistas e artigos científicos para os embasamentos teóricos; sendo, também, caracterizada como documental em virtude da utilização de fontes primárias, que foram as leis, os registros de ocorrências, as fotografias etc. Assim, configura-se uma pesquisa de pretensão e análise historiográfica, pelo foco e interesse nas informações observadas nos registros que compõem aspectos bibliográficos do CBMTO, nos documentos que justificam sua existência e nas teorias que sustentam esse modelo de atuação institucional.

A pesquisa bibliográfica, a análise documental e a revisão de literatura se fazem relevantes para a prospecção de informações, para a realização de reflexões, para a compreensão de conceitos e delineamento de discussões que favoreçam um embasamento coerente e eficaz da realidade observada. Em Gil (2010), encontramos a afirmação de que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...]. Sendo a pesquisa bibliográfica a pesquisa baseada em material já publicado” (GIL, 2010, p. 30).

Dentre os conceitos que nos embasam teoricamente, destacamos dois que respaldam um olhar e estudo científicos para a atuação do Corpo de Bombeiros, são eles: poder e território.

² Para coletar esses dados e divulgá-los, tivemos a devida autorização da Diretoria de Ensino e Pesquisa do CBMTO, conforme comprovam os Anexos 1 e 2 deste trabalho.

Bourdieu (1989) nos apresenta que o poder, neste caso o simbólico, pode ser desenvolvido com o conhecimento e a construção do mundo simbólico. Nos escritos desse autor, encontramos entendimento teórico do que normalmente vivenciamos em contextos práticos da atuação de um bombeiro militar: a existência de um poder simbólico, um poder invisível, aquele que só pode ser exercido com a construção de uma cumplicidade entre aqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. Embora Bourdieu se concentre nas situações em que esse poder é normalmente ignorado, interessa-nos os toques de sua teoria para o fato de que esse poder é, geralmente, reconhecido pelos agentes envolvidos.

Estudar o conceito de território auxilia-nos também a ampliar a compreensão acerca do simbólico que aqui mencionamos. Na perspectiva de território, norteamos-nos por Haesbaert (2011) quando diz que o território pode ser político e cultural, delimitado por divisões simbólicas mantidas por uma identidade social. Na tarefa de compreender acerca do conceito de território e seus desdobramentos, os apontamentos do autor nos guiam ainda ao esclarecer que

“território [...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Essa tarefa de compreensão é também embasada pelos estudos de Saquet (2013). Para ele, “território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo” (SAQUET, 2013, p. 142). E os territórios se desterritorializam. A desterritorialização, nas afirmações de Deleuze e Guattari (1997), é o movimento pelo qual se abandona o território (nesta pesquisa, o território da Polícia Militar do Tocantins - PMTO). Em seguida, a reterritorialização é o movimento de construção do território (aqui o de bombeiro). Enquanto “a territorialização consiste, nesse território, como o processo de adaptação, de construção de significados, de preenchimentos, de dimensionamentos dos objetos, das coisas, dos comportamentos” (SILVA, 2019, p. 63).

Os filósofos ainda nos ajudam mais nessa compreensão: desterritorialização é, segundo eles, “a operação da linha de fuga [...] pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 197).

A linha de fuga, mencionada pelos autores, pode ser compreendida como o novo, o movimento de renovação, o fluxo, uma linha resolutiva para determinada inquietação, uma saída. Essa linha de fuga pode ter desdobramentos, reincidências, pode ser infinita; mas pode, também, ser satisfatória.

Continuando com Deleuze e Guattari (1997), entendemos o processo do CBMTO como uma “desterritorialização negativa”, isto é, a reterritorialização que houve se fez “valer pelo” território perdido. Para ampliar nosso entendimento, utilizamos das palavras de Natálio (2013) que nos reforça: “a territorialização [...] é ainda composta de dois outros elementos: a desterritorialização e a reterritorialização. O primeiro define-se como [...] o movimento pelo qual se abandona o território”, como já mencionamos, a linha de fuga, “sendo que esse abandono pode ser relativo ou absoluto”. Com efeito, “a desterritorialização relativa é aquela que se opera no próprio *socius*, sendo negativa se compensada por uma operação de reterritorialização que aponta territórios por sobre os limites fechados da antiga desterritorialização” (NATÁLIO, 2013). Outrossim, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho ou sistema” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 197).

Nesses sentidos, propomos descrever o desmembramento e a estruturação do CBMTO e, ao compreender a des(re)territorialização, refletir as razões pela qual todo o processo da instituição apresenta, ao mesmo tempo, um hibridismo cultural composto pela singularidade da corporação, bem como, pela preservação de um legado adquirido nos moldes da PMTO. Há, na corporação reterritorializada, a construção de uma identidade original; mas, há, também, a continuidade de comportamentos que são inerentes ao pertencimento da classe militar.

Deste modo, relacionamos a problemática ao que se pede, ou seja, registrar o processo de desmembramento, implementação, estruturação e expansão do Corpo de Bombeiros, estudando e compreendendo a sua territorialidade, a constituição de elementos simbólicos e de poder a partir de sua especificidade.

Nessa tentativa de descrever a desterritorialização, a reterritorialização até chegar na territorialização da corporação no Estado do Tocantins, especialmente na cidade de Araguaína, além de Deleuze e Guattari (1997), Silva (2019), Bourdieu (1989) e Haesbaert (2011), utilizamos os embasamentos e as aproximações possíveis com as ideias de Costa (2002), Benevides (2007), Weber (2004), Saquet (2013),

dentre outros. Uma tarefa que se faz necessária para cumprir com as exigências acadêmicas que permitem a este trabalho o título de pesquisa científica e, também, proporcionam à história técnica, prática e real da instituição uma utilização e registro para além dos muros institucionais próprios, podendo ser vista, reconhecida e estudada por muitas outras categorias da sociedade.

Com enfoque na relação político-social, inspirou-nos a possibilidade de mostrar que as relações de poder conhecidas pelo senso comum podem, por vezes, e se mais bem compreendidas, não se passarem fundamentalmente apenas nos níveis contratuais do direito, da violência ou da repressão. No caso da instituição recorte dessa pesquisa, podemos ver que por mais que seja dada à instituição a prerrogativa de fazer parte das forças de Segurança Pública, incluindo a função de manutenção da ordem pública, o CBM tem construído um perfil singular ao conquistar esse “poder” de forma não repressiva, mas de forma educativa, social e cidadã.

Esse cenário de construção singular de identidade se dá na prática, por exemplo, quando se fala que o bombeiro salvou alguém ou algo. Geralmente, há a construção de uma visão do profissional numa postura de um ser que fez um bem voluntariamente ou heroicamente; ou seja, há uma tendência em não visualizar o profissional enquanto representante de uma corporação do Estado; como representação da presença do próprio Estado na sociedade. Em virtude de outras negatividades construídas pela sociedade em relação às posturas governamentais, vê-se que, muitas vezes, para reconhecer o trabalho do bombeiro, ignora-se sua submissão/ligação ao Estado, considerando-o como um indivíduo à parte, heroico e voluntário.

Ainda dentro da linha de Bourdieu (2007), correlações também foram colhidas ao trabalharmos com o conceito de *habitus*. Para o sociólogo, o *habitus* deve ser encarado como “um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações”. Tal multiplicidade apreciativa, perceptiva e ativa, “torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (BOURDIEU, 2007, p. 141).

Nessa linha de pensamento de Bourdieu, as posturas (os *habitus*) adquiridas pelos profissionais militares são exemplos de linhas duráveis e transferíveis, uma vez que são comportamentos tradicionais, utilizados por longas datas, que perduram por

várias gerações de militares e que são passadas, transferidas automaticamente pelos *antigos*³ aos novatos durante as formações e cursos dentro da corporação, nos contatos profissionais e pessoais cotidianos, nos diversos tipos de atendimentos.

Os elementos simbólicos existentes no CBMTO também estão aqui sendo analisados na perspectiva de destacarmos a distinção da corporação que, apesar de ser militar, atua em atividades totalmente diferenciadas das atividades policiais; por outro lado, apesar da separação do CBMTO da PMTO, há uma herança de culturas e práticas intrínsecas às instituições que se inserem na categoria militar. Salientamos, pois, que, ao longo das novas práticas formativas, o bombeiro devolve novos *habitus* – que o diferencia de bombeiro para polícia – que se somam aos *habitus* duráveis da categoria militar que continua a pertencer.

A principal distinção estabelecida desse militar-bombeiro para o militar-polícia se dá na observância das atividades-fim às quais são submetidos. A diferença de tais atividades é explícita em suma no Art. 144 § 5º da Constituição Federal de 1988 que traz o seguinte texto: “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 1988).

Seguindo, pois, os procedimentos necessários para uma pesquisa científica, analisamos os dados e organizamos as informações utilizando os métodos quantitativo e qualitativo, portanto, construímos uma pesquisa quali-quantitativa. Segundo Will (2012), a pesquisa quantitativa permite classificar e realizar análise traduzindo os resultados em números, para serem classificados e conseqüentemente analisados. Já na pesquisa qualitativa, não há formas numéricas como prioridade e frequência, pois o pesquisador utiliza uma forma indutiva para descrever a situação observada de forma exploratória e investigativa. De maneira que, quando ocorre a mistura de métodos quantitativos e qualitativos, há uma pesquisa mista, de natureza quali-quantitativa, pois os dados são uma mistura de variáveis, palavras e imagens – o que ocorreu com este trabalho.

Na seqüência, para coleta de dados e informações, optamos por enviar eletronicamente um questionário estruturado para entrevistar profissionais que participaram de diferentes etapas dessa história a ser contada. A escolha pelo

³ Agente militar com mais tempo de serviço e mais experiente em atendimentos de ocorrências.

instrumento entrevista se deu em razão de a considerarmos como o principal meio de investigação para esse momento, para o objetivo deste trabalho e, conforme a ideia de Alves-Mazzotti *apud* Costa (2002), também compreendemos as entrevistas como “caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”, assim, entendemos que as entrevistas constituíram grande parte do nosso trabalho de observação. Nessa conformidade, como “observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados” (ALVES-MAZZOTTI *apud* COSTA, 2002, p. 112) em pesquisas de caráter semelhante a esta.

Escolhendo alguns militares mais antigos em atuação no CBMTO e outros já em situação de reserva remunerada – RR⁴, realizamos 27 (vinte e sete) entrevistas, objetivando, especialmente, obter dados e informações daqueles que ingressaram antes da criação do CBMTO até o ano de 2006, e os que já trabalharam em Araguaína, especialmente para coletar dados que pudessem compor essa parte da história da desterritorialização e reterritorialização da instituição. Para tanto, dentre os entrevistados, estão os militares mais antigos de corporação⁵, muitos já aposentados, por considerarmos importante o registro, através de uma entrevista, realizada com servidores mais experientes que vivenciaram mais contextos e, principalmente, fatos relevantes do início da trajetória e que ainda não foram registrados/contados em uma produção mais científica possível.

Nesse intuito de realizar um registro da estruturação física e simbólica do CBMTO, justifica-se mais um dos critérios levados em conta na escolha dos militares entrevistados: eles vivem(ram) a história, são também objeto de pesquisa, fonte viva de dados pelos quais podemos construir esse registro. Especialmente o grupo de militares que pertenceram a esse período de transição e reposicionamento institucional viveram, na prática, uma época em que os equipamentos e todo o acervo de instrumentos necessários se encontravam em situação de escassez, bem como vivenciaram todo o planejamento e esforço diário em organizar, estruturar e manter a

⁴ RR – Aposentadoria do militar, porém, este fica à disposição da instituição militar a qual pertence, podendo ser convocado em caso de uma situação excepcional.

⁵ No meio militar, essa denominação “militar mais antigo” se refere àqueles que têm graduação superior aos demais de um determinado grupo. Usado também para se referir ao que tiver classificação melhor dentro da mesma graduação dentro dos critérios institucionais. Sobre a definição de graduação, há maior explicitação no item 4.4.1.

nova corporação e acompanharam a evolução e participaram do desenvolvimento do CBMTO na cidade de Araguaína e região.

Desse modo, para confecção de narrativa sobre os primeiros equipamentos, primeiros cursos e primeiras ocorrências etc., nada mais válido do que usufruir da experiência e da memória desses profissionais. Deles, há muito o que ser ouvido. Entre tantas vivências, foram eles que trabalharam justamente no início da existência da corporação, período de inúmeras e intensas dificuldades nos/para os atendimentos, em razão de, principalmente, toda a estrutura física e de pessoal ainda estar em construção e, portanto, enfrentavam a falta de equipamentos suficientes e exigidos para toda e execução do trabalho em demanda; a reduzida quantidade de profissionais qualificados dado o pouco tempo de existência da corporação; a falta de tempo hábil para experiências, cursos e treinamentos, entre outros desafios.

É válido destacar ainda nessa introdução que, por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, essa produção se vale de distintas áreas do conhecimento para pesquisa, teorização, coleta e análise de dados. Assim, podemos usufruir das Ciências Exatas (na coleta, análise e sintetização dos dados), das Ciências Humanas (na reflexão acerca das necessidades dos indivíduos) e das Ciências Sociais Aplicadas (quando precisamos mencionar a sociedade e a coletividade). Na sequência da construção deste trabalho, para a realização da pesquisa de cunho interdisciplinar, o estudo se deu com a coleta de informações históricas em acervos institucionais do CBMTO e da PMTO e, ainda, em acervos pessoais de alguns militares. Assim, exploramos documentos oficiais, estatísticas, registros de cursos, noticiários, fotos e depoimentos de militares de distintas regiões numa tentativa de mensurar e compreender a des(re)territorialização do CBMTO.

Corroborando com as ideias de Haesbaert (2004) sobre território funcional e simbólico, entendemos que, ao se desvincularem da PM, os bombeiros do Tocantins se desterritorializaram funcional e simbolicamente para poderem se reterritorializar enquanto corporação, mas dentro do mesmo sistema militar, com suas próprias funções simbólicas e funcionais. Sobre essas forças, o geógrafo nos esclarece que “poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico”. Dessa acepção, encontramos a mescla que se constitui nesse território, pois “enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional”

tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2004, p. 6777).

Logo, o CBMTO seguiu construindo seu território dentro do estado tendo um melhor e direto controle dos seus agentes que atuam com atividades diferenciadas do policial militar e, portanto, careciam de comandos também diferenciados. A partir da separação, oficiais com formação exclusiva de Bombeiros Militar passaram a comandar diretamente os militares com a mesma formação, melhorando as condições das bases operacionais e, conseqüentemente, um melhor e mais específico atendimento para a sociedade.

Através desses percursos metodológicos e embasamentos teóricos supracitados, bem como outros que ademais surgiram e foram necessários, acreditamos que o estudo, a análise e a compreensão desse processo de des(re)territorialização é, então, minimamente exposto e compreendido. Posto isto, cremos que a pesquisa aqui exposta possa fundamentar e contribuir histórica e socialmente para outras pesquisas sobre o tema em tela.

A estruturação do trabalho se deu da seguinte forma:

- ❖ Neste capítulo 1 - Introdução, objetivamos expor as formas de pesquisas e os referenciais teóricos para um melhor entendimento sobre as definições dos termos utilizados;
- ❖ No capítulo 2 - Corpo de Bombeiros Militar: Breve histórico, discorreremos resumidamente sobre os aspectos gerais dos Corpos de Bombeiros no Brasil e no mundo, trazendo informações para uma iniciação de conhecimentos específicos, culturais e sociais sobre o funcionamento da corporação, aproximações e as referências de direitos humanos e cidadania com a atuação dos corpos de bombeiros que garantem ao cidadão direitos sociais à saúde e segurança, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988;
- ❖ No capítulo 3 - Bombeiros Militares no Tocantins, iniciamos o aprofundamento do estudo objetivado nessa pesquisa, onde começamos a expor as origens culturais, abordando também os referenciais teóricos que nortearam o termo de territorialização do CBMTO;

- ❖ O capítulo Araguaína e região: processo de constituição, tem o princípio e foco na cidade Araguaína e região, é o que arremata as informações explanadas anteriormente sobre o CBMTO e através de dados coletados e documentos oficiais, compreendemos a necessidade da existência da corporação principalmente a presença dela na região norte tocantinense.

É evidente, pois, que aqui se tem um recorte da história. No entanto, esse resumo também é real nos estudos, nos registros, nas pesquisas, nas análises, na organização e na publicidade referente a toda implementação, evolução e, especialmente, a ampla missão cidadã, educativa e operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Existem muitas lacunas nos registros, na organização e na divulgação da história desta corporação, lacunas essas que validam essa e outras oportunidades de estudos, de análises e de produção científica que se voltem para ampliar e enriquecer os registros de toda a trajetória do CBMTO.

2. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR: BREVE HISTÓRICO GERAL

Com a descoberta do fogo, a humanidade aprendeu a dominá-lo como uma ferramenta, porém, ao fugir do controle, o recurso pode se tornar perigoso e causar diversos danos para o indivíduo que está exposto a ele. Assim sendo, técnicas e especialistas em manuseio correto, controle e combate ao fogo foram tornando-se necessários com o passar dos tempos e com os diferentes manuseios que foram surgindo e, conseqüentemente, com os incidentes e acidentes advindos dessa crescente necessidade e utilização do fogo pela humanidade.

Conforme Lobo (2002), um dos principais acervos históricos sobre bombeiros está no Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ) que possui um museu histórico, considerada a corporação de Bombeiros Militares mais antiga do Brasil. O autor afirma que “no Brasil, o primeiro serviço de bombeiros, [...] o de São Paulo foi criado logo após, em 1880” (LOBO, 2002, p. 19).

O pesquisador do CBMERJ, Coronel Asdrúbal da Silva Ortiz⁶, relata-nos em seus estudos que surgiram no Império Romano no século III a.C. os “primeiros grupos de escravos bombeiros comunitários, bem como, a criação de primeiras guarnições de escravos particulares para combate a incêndios” (ORTIZ, 2016, p. 3). No ano 3 a.C. que surgiu em “Roma – Urbe – Primeiro Corpo de Bombeiros Militar do mundo oficialmente constituído, composto de 7 mil legionários bombeiros, divididos em sete cortes, só para defender a cidade de Roma: as Cohortes Vigilum” (ORTIZ, 2016).

Outros países também utilizavam militares de suas forças armadas para combates a incêndios, pois a expansão dos grandes centros urbanos a nível mundial trouxe como consequência o aumento de sinistros⁷ envolvendo incêndios, daí a necessidade de criar um grupo especializado em combater tais incidentes. Países como Japão, Canadá e outros da América do Sul treinaram pessoas e desenvolveram técnicas para otimizar e potencializar o combate ao incêndio, atendendo, assim, a comunidade. Esse processo é comentado por Lobo (2002), com as seguintes pontuações:

⁶ Asdrúbal da Silva Ortiz é coronel bombeiro militar da reserva remunerada e pesquisador autodidata. Ex-diretor do Museu Histórico do CBMERJ, recebeu o título de acadêmico da Cadeira Especial 16, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em 26 de novembro de 2003. E-mail: cbvrj@ig.com.br

⁷ Termo muito utilizado no mercado de seguros, porém adotado pelos corpos de bombeiros em que um bem sofre um acidente ou prejuízo material causando uma perda financeira.

O que se conhece atualmente como Corpo de Bombeiros, com sua atuação em áreas urbanas como um serviço especializado de combate a incêndios, é uma instituição recente, criada a partir dos séculos XIX e XX, principalmente em grandes cidades, em países da Europa Ocidental, nos EUA, Canadá e Japão. Processo semelhante ocorreu também na América do Sul e no Brasil, no mesmo período, em suas capitais e grandes cidades, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. (LOBO, 2002, p. 19).

Segundo o autor, a história prossegue com a expansão desse modelo de operações pela Europa e nos relata que o modelo português surgiu em 1395 em Portugal, na cidade de Lisboa, ano em que foi criada a primeira brigada contra incêndio.

A partir dessa breve contextualização mundial, podemos direcionar no tópico seguinte à contextualização brasileira, assim construiremos uma compreensão cronológica e histórica de toda essa estruturação da corporação, pois consideramos válido o entendimento da origem e, especialmente, do caráter funcional e primordial da atuação específica desses profissionais na sociedade.

2.1 Contextualização brasileira

Em sua obra, Ortiz (2016) traz também registros em pinturas que retratam as primeiras situações da criação do Corpo de Bombeiros no Brasil que motivaram a criação do serviço especializado em combate a incêndios. A foto selecionada abaixo retrata um incêndio registrado no ano de 1789 na cidade do Rio de Janeiro que destruiu o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto⁸. Almeida (2019) relata que para combater o fogo, militares e voluntários trabalhavam juntos auxiliados, também, por aguadeiros com suas carroças (ALMEIDA, 2019, p. 54). Em seus relatos, encontramos que

Soldados e oficiais militares, do regimento de infantaria e dos terços auxiliares, ajudados por voluntários e pelos aguadeiros com suas carroças, trabalham incansavelmente. Homens derrubam a golpes de machado o madeiramento do telhado, no que então era uma técnica comum para tentar barrar o caminho do fogo. (ALMEIDA, 2019, p. 54).

⁸ Edifício de três andares, que a princípio destinava-se a albergar mulheres de vida desonesta que, arrependidas do pecado, procuravam na religião o caminho da regeneração.

Imagem 01: Incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural , 2021

Descrevendo melhor a origem dos militares envolvidos no combate ao incêndio no Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, corroboramos com as ideias de Castro (2006) quando descreve que os militares das forças armadas (Marinha e Exército), antes da criação dos corpos de bombeiros, sempre estiveram presentes em acontecimentos que envolviam incêndios.

Nesses casos, uma força com que qualquer das grandes cidades do Império podia contar era o Exército. Os soldados aquartelados permanentemente, estavam sempre prontos para acudir a qualquer emergência, a qualquer hora do dia. Apesar de normalmente não terem treinamento específico ou habilidades como os marinheiros, eram disciplinados, acostumados a obedecer ao pensamento de um cérebro que guiava suas ações – os seus oficiais –, o que certamente diminuía em muito a confusão natural em um incêndio. Desta forma, em todos os grandes desastres que ocorreram até meados do século XIX – e em muitos do século XX – a presença de soldados do Exército foi uma constante. (CASTRO, 2006, p. 34).

Então, podemos aqui associar à origem militar dos Corpos de Bombeiros, pois até a criação do primeiro Corpo de Bombeiro no Brasil imperial, no ano de 1.856, as

primeiras autoridades presentes para combater os incêndios eram os militares da Marinha e do Exército. Somente em 1886 surge a primeira associação de Bombeiros Voluntários, logo podemos associar a criação do modelo brasileiro ao português devido a dominação portuguesa.

Nos itens seguintes, seguiremos descrevendo sobre o surgimento dos Corpos de Bombeiros no Brasil até chegarmos ao foco principal que é a territorialização da corporação na cidade de Araguaína.

Para falar do processo de territorialização do CBMTO, se faz necessário destacar o início dos Corpos de Bombeiros no Brasil. Os primeiros registros se dão em 1797, no Rio de Janeiro, através de um alvará régio datado de 12 de agosto, foi criado o primeiro órgão público responsável pela extinção de incêndios na cidade, sendo parte do Arsenal da Marinha. O específico Corpo de Bombeiro Militar do Rio de Janeiro (CBMERJ) só tem a sua origem datada oficialmente com a publicação do Decreto nº 1175, do dia 2 de julho de 1856, o qual registrou:

Hei por bem Decretar o seguinte:

SECÇÃO

Do serviço da extinção de incendios

Art. 1º O serviço da extinção de incendios será feito por bombeiros, sob o comando de hum Director, com auxilio das Autoridades policiaes, e coadjuvação da força publica, na fórmula designada no presente Regulamento (BRASIL, 1856).

Conforme Bastos (2016), a demanda se deu com o avanço do desenvolvimento econômico e populacional da cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, aumentaram-se os casos de incêndios acidentais que causam prejuízos humanos e materiais. A situação motivou o Imperador Dom Pedro II e justificou a criação de uma equipe de serviço público especializada em atendimento a ocorrências de incêndios. As pesquisas de Bastos (2016) relatam que a justificativa e motivação se deu pelo fato de, “naquele ano de 1856, terem sido registrados, na Corte, 16 incêndios, sendo 13 em chaminés residenciais”, o que “julgou-se, pelos parâmetros da época, um número muito elevado” (BASTOS, 2016, p. 2). Reconhece-se, então, a necessidade de elaboração de recursos para a enfrentamento e solução dos problemas causados pelos incêndios, iniciando-se, ainda no período colonial, a constituição do território funcional dos bombeiros militares brasileiros.

Com a constatação de recorrentes sinistros envolvendo incêndios na cidade do Rio de Janeiro, o imperador Dom Pedro II decidiu criar uma unidade especializada na corte para combate a incêndio que se denomina Corpo Provisório de Bombeiros, criado em 2 de julho 1856. A denominação Corpo de Bombeiros, agora sem o termo “provisório”, veio em 30 de abril de 1860 com o decreto 2587 que reforça a função da corporação: “tinha por finalidade o serviço de extinção de incêndios” e “veio substituir o Corpo Provisório de Bombeiros instituído na Corte pelo decreto n. 1.775 de 2 de julho de 1856” (MAPA, 2016).

Bastos (2020) narra que a militarização foi conquistada algum tempo depois, em 1880, através do decreto imperial 7.766 do dia 19 de julho com a nomeação dos principais diretores oficiais do corpo de engenheiros do Exército. Assim,

A confirmação do status de importância que a corporação vinha conquistando, por esta época, quando era então comandada interinamente pelo Major do Corpo de Engenheiros João Soares Neiva, foi a organização militar que os oficiais da corporação conseguiram, através do Decreto Imperial número 7.766, de 19 de julho de 1880. (BASTOS, 2020, p. 7).

Com a vinculação dos Corpos de Bombeiros às Polícias Militares em 1946, forças estaduais que já eram subordinadas ao Exército desde 1881, houve a potencialização do militarismo nas instituições estaduais e, com o início do regime militar em 1964, houve também um aumento do controle da força federal.

Leis e decretos da época nos confirmam o cenário dado e as funções passíveis de serem exigidas em época de uma sociedade em estado de alerta com a efervescência dos conflitos sociais, da possibilidade de guerras e confrontos. O Decreto n.º 8337 de 17 de dezembro de 1881, que trata do primeiro regulamento do Corpo de Bombeiros Militar, define, no Parágrafo Único do Art. 1º, que “em caso de guerra, porém, o Governo poderá empregá-lo como corpo de sapadores ou pontoneiros; dando-lhe, neste caso, a organização do batalhão de engenheiros.” (BRASIL, 1881).

Passados 34 anos é publicado mais um decreto que trata dessa tentativa de organizar/oficializar/identificar essa corporação. Com o n.º 11497 de 23 de fevereiro de 1915, é trazido o seguinte texto no parágrafo terceiro do Art. 10:

“As forças, não pertencentes ao Exército Nacional, que existirem permanentemente organizadas, com quadros, efectivos, composição e

instrução uniformes com os do Exército activo, poderão ser a elle incorporados no caso de mobilização e por ocasião das grandes manobras annuaes”. (BRASIL, 1915).

O status de forças auxiliares do Exército veio para o Corpo de Bombeiros em 1917. A Lei n.º 3216 de 03 de janeiro foi publicada trazendo em seu artigo 7º o texto com as determinações da nova constituição da estrutura militar:

Na fôrma do art. 10, § 3º, do decreto n. 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, a Brigada Policial do Districto Federal, o Corpo de Bombeiros desta Capital, as policias militarizadas dos Estados, cujos governadores estiverem de accôrdo, passarão a constituir forças auxiliares do Exército Nacional, ficando isentos os officiaes e praças das ditas corporações das exigencias do sorteio militar. (BRASIL, 1917).

O fato de, até os dias de hoje, haver um vínculo e uma subordinação das forças militares estaduais ao Exército Brasileiro – EB, se justifica pelo Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1967, onde é definido, nos seguintes artigos, que:

Art. 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o contrôle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento:

- a) Estado-Maior do Exército em todo o território nacional;
- b) Exércitos e Comandos Militares de Áreas nas respectivas jurisdições;
- c) Regiões Militares nos territórios regionais.

Art. 2º A Inspeção-Geral das Polícias Militares, que passa a integrar, organicamente, o Estado-Maior do Exército incumbe-se dos estudos, da coleta e registro de dados bem como do assessoramento referente ao controle e coordenação, no nível federal, dos dispositivos do presente Decreto-lei. (BRASIL, 1967).

Seguimos, então, compreendendo a trajetória histórica do Bombeiro Militar e sua ligação com a Polícia Militar. No Decreto n.º 8660, de 14 de janeiro de 1946, Art. 3º, estabelece-se a consolidação da ligação obrigatória entre BM e PM. Nele, consta que “as corporações de bombeiros dos Estados só poderão ter organização militar quando incorporadas às respectivas fôrças policiais” (BRASIL, 1946). O estudo cronológico dessas leis e decretos nos oportuniza uma visualização desse processo de militarização dos Corpos de Bombeiros Militares. Mesmo com a desterritorialização (desubordinação) ocorrida em alguns estados, já vimos que permanece uma conexão

com as Polícias Militares. Mas, ainda em 2022, em algumas unidades federativas⁹, permanece apenas a Polícia Militar (PM) como órgão, sendo o Corpo de Bombeiros subordinado a ele.

2.2 Características gerais da atuação do CBM

O principal modelo de atuação dos Corpo de Bombeiros no Brasil atua dentro da jurisdição do município, mesmo sendo uma corporação estadual. Dentro de cada unidade operacional estabelecida nos municípios, há uma equipe que atende em turnos com funcionamento de 24h, num regime de plantão para atendimentos emergenciais como combates a incêndios, salvamentos e atendimentos pré-hospitalares.

Outra equipe constitui a parte administrativa da unidade, gerenciando toda a parte de logística e financeira para dar melhores condições ao pessoal que trabalha nos plantões operacionais.

Existe também equipe de fiscalização de projetos contra incêndio e pânico em edificações. É uma seção de serviços técnicos que trabalha com a fiscalização e vistorias em edificações que possuem o projeto contra incêndio e pânico, sendo encarregados de analisarem os projetos e visitarem a edificação e espaços públicos e privados que têm a possibilidade aglomeração de pessoas, para analisar se o foi executado conforme regem as normas técnicas condizentes para a prevenção contra incêndio e pânico. Eles trabalham embasados principalmente na lei federal nº 13.425, de 30 de março de 2017, a qual regulamenta o desempenho dessa função ao estabelecer que:

Art. 3º Cabe ao Corpo de Bombeiros Militar planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, sem prejuízo das prerrogativas municipais no controle das edificações e do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e das atribuições dos profissionais responsáveis pelos respectivos projetos. (BRASIL, 2017).

⁹ Nos Estados da Bahia, do Paraná e de São Paulo, os Corpos de Bombeiros Militares ainda são subordinados à Polícia Militar, mesmo que citados na Constituição Federal, ficando a arbitrariedade do chefe do executivo estadual separar ou não, administrativamente.

Esse planejamento, análise, avaliação e vistoria é desempenhado pelos profissionais dos Bombeiros Militares como atuação preventiva e resolutiva, após desastres naturais e/ou em razão da má atuação humana diante da natureza, do meio ambiente, das construções civis e das produções industriais, por exemplo.

Os momentos que desencadearam grandes perigos sociais levaram as corporações a admitirem mais uma equipe especializada de trabalho: a Defesa Civil. Também atribuída aos corpos de bombeiros, é uma função que surgiu nas duas grandes guerras, devido à necessidade de proteger a população civil das perdas causadas pelas ações bélicas. Nas informações obtidas na obra de Lobo (2002), vemos que:

A organização e ampliação desses serviços em nível nacional, em vários países, deu-se principalmente a partir das duas guerras mundiais, quando foram sendo criados órgãos governamentais encarregados de prestarem serviços em caso de ataques aéreos e também emergências, catástrofes, incêndios florestais, ou qualquer outro tipo de calamidade. Trata-se dos chamados serviços de Defesa Civil, organizados com uma estrutura mais ampla, contando com a participação das forças armadas, bombeiros voluntários, bombeiros profissionais, polícia, visando atender a toda a população. (LOBO, 2002, p. 21).

Assim, vemos que a atividade-fim do Bombeiro Militar, de modo geral, fica focada na defesa civil, pois é quem detém treinamentos e equipamentos para atuar em sinistros, principalmente os de grande escala, como deslizamentos de terra, enchentes, incêndios florestais e grandes incêndios urbanos. A prevenção também faz parte das atividades do Bombeiros Militar, que não se desvincula da Defesa Civil.

Parte significativa dessas atribuições foram criadas ou atualizadas/aprimoradas a partir de eventos socialmente traumáticos que justificam e exigem a divisão da equipe em setores especializados, bem como a organização e o aperfeiçoamento das equipes no decorrer das demandas da sociedade. Tomamos como referência o estado de São Paulo, devido a grandes tragédias lá ocorridas, como a dos Edifícios Andraus e Joelma, em 1972 e 1974, respectivamente, em que o número de vítimas fatais somaram mais de 200 pessoas, conforme o acervo digital do Jornal Estadão. A respeito dessas tragédias, na reportagem da historiadora Liz Batista (2018), encontramos os seguintes dados:

O incêndio no edifício Joelma entrou para a história como o maior da capital, deixou 187 mortos e mais de 300 feridos, em 01 de fevereiro de 1974. Quase dois anos antes, em 24 de fevereiro de 1972, no edifício Andraus, um prédio

de 32 andares na Avenida São João no Centro S. Paulo, 16 pessoas morreram e outras 300 foram resgatadas de helicóptero no topo do prédio. A rápida propagação do fogo tornou impossível o uso das escadas de emergência.

[...]

O laudo pericial do Instituto de Polícia Técnica sobre o incêndio foi concluído em março de 1974, reabrindo o debate sobre a revisão do Código de Obras de São Paulo. Em vigor desde 1934, o código nunca havia passado por um exame que o adequasse às novas condições da cidade e melhorasse seu sistema de prevenção e combate a incêndios. (BATISTA, 2018).

Após essas conclusões periciais, estudos sobre sistemas de prevenção e combates a incêndios foram aprimorados e, para a execução desses projetos, aplica-se até os dias de hoje a condição de vistoria e aprovação do departamento específico de cada Corporação Bombeiro Militar do Brasil.

Como uma das instituições dedicadas à Segurança Pública, os Corpos de Bombeiros estão sempre em evidência devido a suas atuações nos salvamentos de vidas e patrimônios. Institucionalmente, há uma constante demanda e busca por aprimoramentos profissionais e por investimentos públicos; publicamente, como vemos no recorte abaixo do *site* do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE (2019), é comum verificarmos nas opiniões da sociedade uma relevante aceitação, admiração e confiabilidade na instituição. Segundo registro do Ibope em 2019, “o Corpo de Bombeiros mantém-se no topo do ranking pelo 10º ano seguido”. Embora a escala de pontos tenha sofrido oscilação, mantém-se com a seguinte pontuação registrada: “decréscimo de quatro pontos na confiança da população, passando de 86 em 2017 para 82 pontos neste ano” (IBOPE, 2019).

Weber (2004) fala que uma influência carismática surge a partir de situações extraordinárias, percebemos, então, a confluência do que o autor afirma com o Corpo de Bombeiros, ao tomarmos a perspectiva de autoridade carismática para compreender a formação e desenvolvimento da instituição, “a criação de uma dominação carismática, no sentido “puro” aqui exposto, é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas, ou de ambas em conjunto.” (WEBER, 2004, p. 331).

Uma percepção de autoridade carismática é compreendida pelas respostas à atuação do Corpo de Bombeiros Militar, que além de ser uma instituição que salva e

previne vidas no cotidiano social, também promove a geração de renda ao erário público com suas taxas de vistorias de edificações¹⁰.

A característica e atuação de autoridade da corporação se dá pela autonomia de exercer funções na segurança pública, conforme definido no Artigo 144, § 5º, da Constituição Federal que diz “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988).

Devido às atitudes e às atuações positivas, os bombeiros constroem um processo de territorialização que se constitui pela soma das relações sociais e materiais, práticas, simbólicas, operacionais e educativas com a sociedade. Tais particularidades, inerentes à instituição, geram uma distinta simbologia que auxilia significativamente na construção da imagem social que a corporação possui.

Sobre isso, concordamos com Araújo (2021) quando diz que “é a partir dessa distinção que o grupo passa a afirmar sua marca e impõe a todos certa visão de mundo social, além de estabelecer leis gerais para gerir seu campo de atuação” (ARAÚJO, 2021, p. 70), distinção aqui explanada entre Bombeiro Militar e Policial Militar. Ampliando essa afirmativa, ancoramos, ainda, nas palavras de Dallari (2016) quando diz sobre a possibilidade de conquista do equilíbrio na gerência das atuações desses profissionais:

Na escolha dos meios de satisfação das necessidades será necessário, não raro, determinar limitações à liberdade individual a fim de aumentar a eficácia dos meios disponíveis. [...] será preciso coordenar a atuação dos indivíduos e dos grupos sociais, sendo indispensável, portanto, o estabelecimento e preservação de uma ordem, o que implica a possibilidade de coagir. **Este é um dos mais difíceis problemas das decisões políticas: o encontro do equilíbrio entre a liberdade e a autoridade.** Mantendo-se a liberdade ilimitada, como um valor supremo que não pode ser restringido por qualquer outro, uma vez que nenhum lhe é superior, será bem difícil a preservação da ordem e, conseqüentemente, da coordenação em função de fins. Entretanto, se essa consideração levar ao excesso de restrições à liberdade, para que seja assegurada com a máxima eficácia a preservação da ordem, esta acaba perdendo o caráter de meio para que se converter em fim. E então, será uma ordem maléfica, por se constituir de um empecilho à consecução dos valores fundamentais da pessoa humana, entre os quais se inscreve a liberdade. (DALLARI, 1998, p. 49, grifo nosso).

¹⁰ Serviço de fiscalização regulamentado pela lei estadual 3798 de 13 de julho de 2021.

No caso do Bombeiro Militar, a conquista do equilíbrio entre as forças de ser segurança pública e de ser corporação que trabalha com a sensibilidade da vida em risco dos seres se faz em razão da prestação ágil de serviços humanizados, da construção singular e ampliação das práticas de atendimento especializado ao público, do engajamento social e da construção de identidade baseada na cidadania e atenção aos direitos humanos; da competência dada aos tipos específicos de atendimento realizado à sociedade, entre outros aspectos.

Todo o comportamento da corporação pode ser simbolicamente explicado pelo peso/importância de reconhecerem nos seus lemas toda a postura a ser mantida. O principal lema dos Bombeiros Militares no Brasil é “vidas alheias e riquezas a salvar”. Se explicitamos esse lema em forma de lista de tipos de ocorrências, podemos citar muitas, que incluem desde o ícone do “gatinho na árvore” até o resgate de embarcações submersas.

Referenciar-se a esse pensamento se justifica em virtude de o CBMTO ter sua criação voltada para o atendimento de uma demanda distinta e específica de salvar sem escolher a quem, estar presente nos piores momentos de risco à vida; ajudar sem julgar. Para estarem aptos a toda essa demanda diferenciada inflada por esse lema, a rotina inclui treinamentos físicos e teóricos intensos para as práticas de salvamento em qualquer situação.

Essa missão de proteger é desenvolvida nas práticas, nos atendimentos diários aos problemas da comunidade, mas, também, perpassa pela atuação socioeducativa¹¹ nos trabalhos de palestras, treinamentos preventivos, atuação em projetos escolares e sociais etc.

2.3 Direitos humanos, Cidadania e Corpos de Bombeiros: aproximações

O Corpo de Bombeiros é um órgão da administração pública estadual que, desde a mais simples até a mais complexa atuação, tem o objetivo de atuar conquistando um trabalho de excelência, buscando o contentamento do público atendido e preservando o patrimônio e a vida dos envolvidos nas distintas ocorrências.

¹¹ A atuação socioeducativa da corporação é um elemento que compõe a construção e definição interna do parâmetro de cidadania. Em razão disso, torna-se tão relevante compor este trabalho, assim, será um tema que debruçaremos ainda nos Capítulos 3 e 4.

Nessa perspectiva, inerente ao trabalho da corporação há uma não possibilidade de atuação que esteja fora dos moldes regidos pelos direitos humanos e que, de forma alguma, não considere os aspectos regidos pelo conceito de cidadania. Direitos humanos e cidadania trazem preceitos que moldam todo o planejamento de formação de profissionais e condução da atuação desses servidores na sociedade.

Sendo assim, é válido, para este trabalho, um trecho de ponderações acerca do que é dito por direitos humanos e por cidadania. Este capítulo se dará ao exercício de falar o que entende dessas duas políticas e como se relacionam com o trabalho da corporação aqui destacada.

2.3.1 Direitos humanos

Com o intuito de introduzir o tema até chegarmos ao subtópico 2.3.3, que é o foco deste capítulo, consideramos necessária uma explanação que nos (re)lembre conceitos e compreensões do que é e como se constituem os direitos humanos. Uma breve explanação histórica dessa conquista que é a legalização dos direitos humanos se faz válida neste tópico.

Assim, iniciamos lembrando que, desde os tempos remotos, se busca oficializar institutos jurídicos voltados à preservação do indivíduo diante das arbitrariedades que podem ser exercidas por outros homens, de forma individual ou, especialmente, sob uma autoridade estatal. De forma que, ao longo da história, desde a Antiguidade, há uma contínua busca pelo desenvolvimento do processo de reconhecimento e proteção dos direitos dos seres humanos. Vejamos que:

A **origem dos direitos individuais** do homem pode ser apontada no antigo Egito e Mesopotâmia, no terceiro milênio A.C., onde já eram previstos alguns mecanismos para **proteção individual em relação ao Estado**. O **Código de Hammurabi** (1690 A.C.) talvez seja a primeira codificação a consagrar um rol de direitos comuns a todos os homens, tais como a vida, a propriedade, a honra, a dignidade, a família, prevendo, igualmente, a supremacia das leis em relação aos governantes. A influência filosófico-religiosa nos direitos do homem pôde ser sentida com a propagação das ideias de **Buda**, basicamente sobre a igualdade de todos os homens (500 A.C). Posteriormente, já de forma mais coordenada, porém com uma concepção ainda muito diversa da atual, surgem na Grécia vários estudos sobre a necessidade da igualdade e liberdade do homem, destacando-se as previsões de participação política dos cidadãos (**democracia direta de Péricles**); a crença na existência de um direito natural anterior e superior às leis escritas, defendida no pensamento dos sofistas e estoicos (por exemplo, na obra *Antígona* – 441 A.C –, Sófocles

defende a existência de normas não escritas e imutáveis, superiores aos direitos escritos pelo homem). Contudo, foi o **Direito romano** quem estabeleceu um complexo mecanismo de interditos visando tutelar os direitos individuais em relação aos arbítrios estatais. A **Lei das doze tábuas** pode ser considerada a origem dos textos escritos consagradores da liberdade, da propriedade e da proteção aos direitos do cidadão. (MORAES, 2017, p. 6, grifo nosso).

Direitos Humanos é, portanto, em qualquer parte do mundo, a categoria mais básica de dignidades para o homem, por isso a co-denominação de direitos universais: é para todos e em qualquer parte do mundo. Nas palavras de Porfírio (c2022), "a extensão dos Direitos Humanos é universal, aplicando-se a todo e qualquer tipo de pessoa. Portanto, eles não servem para proteger ou beneficiar alguém e condenar outros, mas têm aplicação geral". De forma que, em defesa própria ou de outrem pode e deve ser requerido sem que haja distinção de classe social, cor, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual ou de qualquer outro tipo que possa anular os direitos fundamentais de um indivíduo.

Tal categoria de dignidades, tem uma construção histórica que pode ser resumida assim: após o fim da Segunda Guerra Mundial, cinquenta países reuniram-se em São Francisco, Califórnia, para estabelecer os novos rumos para a antiga Liga das Nações – hoje chamada de Organização das Nações Unidas (ONU) – e discutiram em torno de um objetivo comum: estabelecer a paz entre as nações e garantir o respeito aos Direitos Humanos. Assim, em 1946 na ONU, formou-se uma comissão de Direitos Humanos que, na Assembleia Geral de 1948, apresentou e teve aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esta declaração se torna, então, um documento oficial composto por um preâmbulo e 30 artigos que visam reconhecer quais são os direitos fundamentais de qualquer ser humano e garantir que todos os direitos ali apresentados sejam aplicados para o bem e pela dignidade da humanidade. Os direitos apresentados nos artigos vão dos mais básicos, como o direito à vida, à liberdade, à integridade física e à saúde (sendo estes os mais próximos na atuação dos corpos de bombeiros), até os direitos políticos, jurídicos, a liberdade de expressão e o direito à educação.

No Brasil, dos documentos universais às constituições federais, "percebemos que as constituições foram, gradativamente, adequando-se e sendo aperfeiçoadas quanto às garantias dos Direitos Humanos dos cidadãos brasileiros" (PORFÍRIO, c2022). Tendo em vista que se trata de uma instituição pública, o entendimento dos

direitos humanos no Corpo de Bombeiros está associado à evolução histórica e jurídica do termo no país. Ou seja, as instituições se adequam à medida que as leis se estabelecem, por isso a importância dos avanços e atualizações devidamente legais.

Tomemos, como exemplo, os saltos qualitativos representados pela Constituição Federal de 1934, que garantiu avanços para a classe trabalhadora e estabeleceu o sufrágio feminino, e pela Constituição Federal de 1988, que está totalmente alinhada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (PORFÍRIO, c2022).

Dessa forma,

No momento em que os Direitos Humanos são incorporados pela Constituição de um país, eles ganham o status de Direitos Fundamentais, haja vista que o constituinte originário é livre para eleger, em um elenco de direitos humanos, aqueles que serão constitucionalizados por um Estado ou Nação. Somente a partir de então, eles serão tidos como direitos fundamentais. Logo, os Direitos Fundamentais têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos. (ALVARENGA, 2019, p. 22).

Valendo-se da pesquisa de Ribeiro (2020), perfazemos um resumo cronológico do principal e maior documento brasileiro de constituição dos direitos humanos. Nesse ínterim, temos a Constituição Brasileira de 1824 que se preocupou em elencar um rol de direitos dos indivíduos, chamados didaticamente de direitos humanos de primeira geração. Em 1891, tem-se a segunda constituição brasileira que traz um alargamento desse rol de direitos previstos na primeira; em 1934, a terceira Constituição do Brasil, e a segunda no período da república, repetiu-se os direitos consagrados anteriormente e novamente ampliou esse rol de direitos humanos. A Constituição de 1937, no período do Estado Novo, apresentou retrocesso quanto aos direitos humanos, reduzindo direitos e garantias individuais, empreendendo a desconstitucionalização do mandado de segurança e da ação popular. Em 1946, a Constituição novamente traz avanços, ampliando a lista de direitos humanos fundamentais em relação a sua antecessora, além de novamente institucionalizar os mandados de segurança e a ação popular. Em 1967, tem-se outra constituição, na qual, considerado por muitos críticos, houve um novo retrocesso constitucional, com a considerável mitigação de direitos. Em 1969, através da Emenda Constitucional nº I, de 17 de Outubro, considera-se que “teórica e tecnicamente, não se tratou de

emenda, mas de nova constituição” denominada Constituição da República Federativa do Brasil e modificada por outras vinte e cinco emendas. Após lutas e clamor social para a redemocratização do Brasil, há a inovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornando-se “a Constituição Cidadã [...] porque teve ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente para a plena realização da cidadania” (SILVA, 2014, p. 91-92).

Dada essa apresentação sintética do contexto jurídico brasileiro presente na atualidade do indivíduo, segue-se neste estudo com reflexões também acerca do conceito de cidadania para, após a construção desses dois tópicos (direitos humanos e cidadania), considerar as nuances pelas quais o CBM, como órgão público e poder do estado, se insere nessa conexão da sua atuação com os dois conceitos aqui analisados.

2.3.2 Cidadania

Considerando que a instituição militar, objeto do nosso trabalho, tem o explícito objetivo de participar do desenvolvimento da cidadania e possui posturas cidadãs intrínsecas em suas atuações, entendemos ser válida a construção de um item que aborde o conceito de cidadania e aproxime pesquisadores e leitores dessa pesquisa da compreensão dessa combinação: bombeiros e cidadania.

Embora seja um conceito que apresenta ainda alguns debates sobre distinções e lacunas na sua definição, é um termo que, *a priori*, tem associação direta com a convivência em sociedade. Ao longo da história, os conceitos podem sofrer alterações e atualizações e, no caso de cidadania, vemos inclusões de assuntos políticos, sociais, econômicos, entre outros, no decorrer de suas alterações.

É certo que “a ideia de cidadania foi desenvolvida na Inglaterra antes mesmo da Revolução Industrial, quando já se fazia necessário afirmar e consolidar os direitos de uma forma mais abrangente” (MASTRODI e AVELAR, 2017, p. 5), mas, sobre o surgimento do termo, vemos em Rezende Filho e Câmara Neto (2001) que,

é difícil datar com precisão o aparecimento do conceito de cidadania. Sabemos que o seu significado clássico associava-se à participação política. O próprio adjetivo ‘político’, por sua vez, já nos remete a ideia de pólis (Cidade-Estado Antiga). Podemos concluir, então, que foi justamente sobre esse tipo de organização urbana que se assentaram as bases do conceito

tradicional de cidadania e de uma considerável parte de seu significado atual. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 2).

As instituições governamentais fazem parte dessa organização urbana, em razão disso, compreendemos que estão dentro da obrigatoriedade de fazer valer para si e para a comunidade que atende os preceitos existentes na prerrogativa da cidadania, garantindo assim os direitos sociais elencados na Constituição.

No Brasil, segundo as considerações de Mastrodi e Avelar (2017), “somente a partir da promulgação da atual Constituição Federal em 1988, momento de síntese da cidadania nacional, em que ao menos formalmente foram garantidas [...] direitos civis, políticos e sociais a todos os membros de uma sociedade”. O texto a seguir, que ressalta a dignidade humana e a cidadania, é encontrado no artigo 1º, incisos II e III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
I - a soberania;
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988).

Ainda explorando a CF, partimos para o Artigo 6º que nos garante que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, porém, em 2015 houve uma emenda constitucional de nº 90 que acrescentou como direito social os seguintes itens: alimentação, trabalho, moradia e transporte.

Compreendendo que todos os direitos sociais citados estão dentro do que se conceitua como cidadania, compreendemos também e, portanto, que “a cidadania é uma dimensão política sem limites de construção”, nessa perspectiva, “é um fazer-se contínuo: a de hoje irá ser redimensionada amanhã. Haverá sempre uma possibilidade de ampliá-la nas sociedades democráticas” (MELO, 2005 *apud* GUIMARÃES, 2017, p. 38).

Nos estudos de Mastrodi e Avelar (2017), encontramos os seguintes comentários:

Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, desenvolveu em *Citizenship and Social Class* a ideia de cidadania a partir do conjunto de três elementos de natureza normativa, uma parte civil, uma parte

política e uma parte social. T. H. Marshall relaciona o desenvolvimento da cidadania ao desenvolvimento de cada um daqueles três de seus elementos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis teriam se formado no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, no século XX. A divisão é didática e, como adverte o próprio autor, ditada mais pela história que pela lógica (MARSHALL, 2002, p. 9). O autor considera que é por meio dessa construção histórica que se estabelece a ideia de cidadania. (MASTRODI e AVELAR, 2017).

Nesse olhar, os direitos civis, sociais e políticos estão relacionados e colocados dentro do conceito de cidadania. Cidadania, além de uma construção histórica é, também, um processo de evolução para as sociedades. Há, a partir dela, uma amplitude de possibilidades de dimensionamento e redimensionamento para o cidadão. Como nos afirma ainda Mastrodi e Avelar (2017), “a cidadania em geral, e os direitos sociais em particular, nunca deixam de ser aprimorados”. Nessa linha de raciocínio, visualizamos o CBM como uma das partes do estado que auxilia na manutenção de uma cidadania, afinal, “a efetividade da cidadania impõe a necessidade de se cumprir esse patamar mínimo de bem-estar social e de elevá-lo a condições cada vez mais consistentes” (MASTRODI e AVELAR, 2017).

Nesse (re)dimensionamento é possibilitado pensar e praticar seus direitos e deveres, vivenciar a integração social, participar criticamente e ativamente na comunidade, alcançar um desenvolvimento sociocultural. Assim, “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 2002, p. 24).

Ainda no que se refere à cidadania, uma das afirmações que mais representam conectividade com o trabalho da corporação objeto desse trabalho é a de Resende (1992) quando este diz que

Cidadania é um estado de espírito e uma postura permanente que levam as pessoas a agirem, individualmente ou em grupo, com objetivos de defesa de direitos e de cumprimento de deveres civis, sociais e profissionais. Cidadania é para ser praticada todos os dias, em todos os lugares, em diferentes situações com variadas finalidades. (RESENDE, 1992, p. 67).

A existência de uma conexão dos termos direitos humanos e cidadania com a prática dos profissionais do CBM é o que pretendemos refletir no item que se segue.

2.3.3 Bombeiros Militares, Direitos Humanos e Cidadania

O CMB é uma corporação que representa o Estado e que, em suas principais características, está a defesa e a proteção da vida, em razão disso, observa-se a obediência da instituição à aplicabilidade dos direitos humanos. O direito à segurança (descrito no Artigo 22) e o direito ao acesso e atendimento em serviços sociais (descritos no Artigo 25) são exemplos de prerrogativas nas quais os profissionais militares bombeiros levam em consideração e assiduidade nos momentos de atuação. Posto isso, a pesquisa do Capitão BM Guilherme Soares Ribeiro (2020) nos confirma que:

a prestação dos serviços públicos e o respeito à pessoa humana tem sido aprimorados constantemente para que se pudesse ter o cenário atual, com definição de obrigações ao estado e equilibrando o exercício do poder estatal e sua autoridade, ao passo que o homem tenha garantido o respeito a sua dignidade e liberdades para desenvolvimento de sua condição humana. (RIBEIRO, 2020).

Partindo da afirmação de Castilho (2018) que diz que a “expressão direitos humanos representa o conjunto das atividades realizadas de maneira consciente, com o objetivo de assegurar ao homem a dignidade e evitar que passe por sofrimentos” (CASTILHO, 2018, p. 10), inferimos que, sendo que os atendimentos realizados pelo CBMTO em urgências e emergências envolvem pessoas que estão inseridas em situações de risco, geralmente, os atendidos e envolvidos nos sinistros são pessoas que estão em um momento de sofrimento, sensação de perda e estresse; são situações nas quais o agente Bombeiros Militar terá que ter um bom entendimento prático e teórico de direitos humanos, pois lidará com um dos momentos de maior fragilidade do ser: o risco à vida.

Analisando o artigo 6º da Constituição citados no item anterior, observa-se que o trabalho do Corpo de Bombeiros se insere, principalmente, na oportunidade de garantia dos direitos sociais de saúde e segurança. Podemos considerar que tais garantias estão sendo ofertadas ao analisar as características dos atendimentos realizados por tais profissionais. Como breves exemplos, vejamos no quadro abaixo atendimentos que se enquadram na perspectiva da garantia dos direitos sociais mencionados na CF e que toda instituição pública tem por dever realizar o cumprimento.

Quadro 01: Exemplos de atendimentos que garantem direitos sociais

Exemplos de atendimentos dos bombeiros que garantem o direito social à saúde	Exemplos de atendimentos dos bombeiros que garantem o direito social à segurança
<ol style="list-style-type: none"> 1. A pessoas com problemas de saúde; 2. A parturientes; 3. A vítimas de acidentes de trânsito; 4. O transporte de pacientes acamados em sua residência que necessitam de atendimento na unidade de saúde. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fiscalização em execuções de obras estruturais para garantia do público fixo e flutuante; 2. Limpeza em vias de trânsito devido a vazamentos de produtos químicos ou outro material que possa causar risco a vida humana; 3. Cortes de árvores em iminência de queda ou já caídas que colocam em risco a vida humana e/ou patrimônio público ou particular.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O Bombeiro Militar é um profissional que vai ao atendimento de urgência e emergência devendo ter consigo um preparo psicológico e técnico e, ainda, um amplo conhecimento da legalidade da sua atuação, considerando as inúmeras variações dos tipos de ocorrências atendidas. Além de estar representando o Estado, com uma prestação de serviço público, por se tratar desses contextos de sofrimento, risco à vida, pânico, acidentes e incidentes diversos, o agente é aquele que detém equilíbrio técnico e emocional para administrar seu atendimento, distendendo respeito e cuidados à pessoa humana. É ele, num contexto de incidentes e acidentes, o representante do Estado que vai garantir a dignidade, a liberdade e a proteção da condição humana.

Na formação básica do Bombeiros Militar se inicia o processo de compreensão e absorção de atendimentos aos direitos humanos. Norteado pelo artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos – *todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal* –, o preparo desses profissionais visa garantir competência nos diversos tipos de atendimentos que incluem pessoas de todas as idades, sexo, cor e raça, bem como animais dos mais variados tamanhos e espécies e, também, bens materiais.

Dentre os atendimentos supramencionados, acrescentamos ainda as buscas por pessoas em terra ou água, os salvamentos diversos e os resgates constantes de pessoas ou animais e analisamos o quanto o agente se torna promotor da prática de direitos humanos e cidadania em cada um desses atendimentos. As considerações de Guimarães (2017) corroboram com essa análise:

O bombeiro militar, profissional orientado pelo lema “Vidas alheias e riquezas salvar”, responsável pela missão de busca, resgate e salvamento de pessoas e bens, sem dúvida, possui o grande desafio de ser ator na construção da cultura dos direitos humanos, na busca e proteção de direitos fundamentais, riquezas de valor imensurável. Ao estar diante de diversos conflitos sociais, o bombeiro militar pode atuar como promotor de direitos humanos, e por que não dizer, ser educador nessa seara. (GUIMARÃES, 2017, p. 74).

Nesse raciocínio, recorreremos a exemplos de ocorrências atendidas que tiveram grande repercussão nas redes de comunicação, como o desastre do reservatório de resíduos na cidade de Brumadinho – MG, no ano de 2019. Formou-se, em questão de minutos, uma extensa lista de responsabilidades urgentes e emergentes para a equipe de bombeiros do CBMMG – e de profissionais contatados de outras companhias, dada a gravidade e grandeza da ocorrência. A atuação das equipes perpassa pelas urgentes e desgastantes buscas e tentativas de salvamentos das vítimas, pela proteção dos sobreviventes ainda em possíveis riscos, até o trabalho de orientação, apoio e garantia da dignidade da família de vítimas fatais.

Baseando-se no artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (1948), podemos considerar que a atividade cotidiana da parte “operacional”¹², que atendem a diversos tipos de ocorrências, já se identificam com atividades ligadas aos direitos humanos, tendo em vista que na parte atendida, envolvem pessoas em situações de perda. Como exemplo podemos identificar um atendimento a uma pessoa que se envolve em um acidente automobilístico e fica preso às ferragens, vemos, então, que a partir do momento em que a equipe inicia o atendimento, desde a ligação no 193¹³, a vítima terá seu direito à vida e segurança pessoal garantido, pois será mobilizado toda uma

¹² Termo utilizado para as equipes que trabalham em escala de plantão e que realizam atendimentos a ocorrências de APH, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e eventos com produtos perigosos.

¹³ Número do telefone de emergência dos corpos de bombeiros no Brasil, onde o atendente fará uma triagem do chamado para identificar qual tipo de ocorrência, para poder selecionar qual equipe adequada juntamente com equipamentos enviar.

equipe com equipamentos adequados para diminuir o sofrimento e a transferir uma unidade hospitalar quando for o caso.

As relações de atividades exercidas pelo CBMTO e a sociedade nas quais podemos observar práticas que asseguram a cidadania podem ser exemplificadas ainda com a realização dos eventos, onde são ministradas palestras em órgãos públicos, creches e escolas de níveis fundamental e médio. Nessas palestras são abordados assuntos sobre prevenção contra incêndio, controle de hemorragias através de curativos, entre outros que envolvem acidentes domésticos.

3. BOMBEIROS MILITARES DO TOCANTINS

3.1 Antecedência: Bombeiros militares no norte goiano, antecedentes da criação do Estado do Tocantins

Na busca por informações sobre a história do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – CBMGO, observamos que a corporação goiana teve uma história parecida com a da corporação tocantinense, surgindo ligada a Polícia Militar – PM, sendo criada após uma ocorrência na qual houve um incêndio no Palácio do Governo, em 1957. Tal sinistro levou o governo a providenciar formação específica, enviando policiais militares para serem treinados como bombeiros. A história registrada pelo próprio CBMGO em seus compêndios, relata a sua territorialização estrutural no início de sua implementação, como vemos:

[...] a Corporação de Bombeiros de Goiás surgiu em decorrência dos incêndios que ocorreram na Capital, mais especificamente em incêndios ocorrido no salão de festas do Palácio do Governo. Por isso, em 5 de novembro de 1957 foram designados 11 policiais militares para frequentarem no Estado de Minas Gerais o Curso de Bombeiros, que teve a duração de 8 meses.

Posteriormente, em 17 de dezembro de 1958 foi editada a Lei n. 2.400, que criava uma Companhia de Bombeiros na Capital, dentro da estrutura da Polícia Militar do Estado de Goiás [...]. Naquela época, o seu trem de socorro era composto de apenas um Auto Bomba Tanque – ABT, tipo Thames 2000, e uma viatura Pirsch – Auto-Pó Químico, ambos doados pelo Governador Carlos Lacerda, então Governador do Rio de Janeiro. (CBMGO, 2016, p. 28).

A sequência do relato que conta a história do CBMGO narra que o início de sua independência se deu em 1964, ano em que foi criada uma Companhia de Bombeiros Militar – CIA BM, subordinada ao 1º Batalhão da Polícia Militar – 1º BPM, tendo sua evolução com datas e resumo cronológico da criação de unidades operacionais:

A Lei n. 5.542, de 10 de novembro de 1964, situou a Companhia de Bombeiros no 1º Batalhão da Polícia Militar (denominado Batalhão Anhanguera), localizado então no Comando Geral da PMGO. Pela Lei n. 6.814, de 14 de novembro de 1967, o Corpo de Bombeiros é assim denominado pela primeira vez em Goiás, além de receber a estrutura de Batalhão. Com base na Lei n. 8.125, de 18 de dezembro de 1976, combinado com o Decreto n. 1936, de 27 de agosto de 1981, baixou-se a Portaria n. 04/81-PM/3, criando no Corpo de Bombeiros os seguintes Órgãos: Comando do Corpo de Bombeiros – CCB; 1º Grupamento de Incêndio – 1º GI; 1ª Seção de Combate a Incêndio – 1ª SCI, com sede no Aeroporto Santa Genoveva; 2ª Seção de Combate a Incêndio – 2ª SCI, com sede no Setor Campinas; 3ª Seção de Combate a Incêndio – 3ª SCI, com sede na Cidade de Anápolis; 4ª

Seção de Combate a Incêndio – 4ª SCI, na cidade de Itumbiara; Em 1985 foi criada Seção Contra Incêndio na Cidade de Rio Verde. (CBMGO, 2016).

Pode-se perceber, então, que o norte goiano ficou carente de unidade especializada do corpo de bombeiros. Mesmo após pesquisas em *sites* oficiais do governo do estado de Goiás e Tocantins, não foram encontrados registros de atuação do CBMGO no norte goiano, antes da separação territorial e criação do Tocantins.

A carência de informações pode ser confirmada no texto do *site* oficial do CBMGO, no qual se afirma que “durante o período em que o Corpo de Bombeiros foi parte da Polícia Militar, poucas informações foram guardadas”, mesmo o Corpo de Bombeiros sendo atuante “nas operações de vulto da Polícia Militar, inclusive fazendo policiamento ostensivo a pé nos principais pontos da Capital” (CBMGO, 2022).

Em um processo similar ao da corporação de bombeiros do estado de Goiás, como já vimos, o CBMTO nasceu também derivado da PMTO. Seria mais lógico, então, encontrarmos informações que trouxessem a existência de aproximação do CBMTO com a corporação goiana CBMGO, que poderia ser a precursora da corporação tocantinense. Mas o que realmente ocorreu é que o CBMTO teve mais ligação com a Polícia Militar do Estado de Goiás – PMGO. Isso se deve em razão de, na região do norte goiano, hoje estado do Tocantins, o CBMGO era inexistente enquanto a PMGO esteve presente em toda região. Vejamos que, por exemplo, no processo de separação do estado, foi da PMTO que o Estado herdou servidores efetivos militares, viaturas, regulamentos e algumas estruturas, incluindo o que havia de estruturação inicial correspondente às atividades de bombeiros.

Visando estudar o território logrado pelo CBMTO, recorrendo ainda às ideias de Haesbaert (2011) com a narrativa acerca de conceitos sobre território, sobre o qual nos debruçamos durante todo o percurso desta pesquisa tomando-o como conceito-guia das reflexões acerca do objeto de estudos em questão neste trabalho. Haesbaert (1995 e 1997) e Haesbaert e Limonad (1999) sintetizam várias noções de território, agrupando estas concepções em três vertentes básicas, dentro das quais teorizamos nossas análises:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e

controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2011, p. 40).

Com base nas conceituações dos autores, assimilamos que todo o processo de separação, reinstalação e a expansão institucional da corporação militar aqui destacada pode ser compreendida como uma territorialização que se enquadra nas vertentes política e cultural. Esse enquadramento pode ser verificado durante toda a descrição dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização do CBMTO e, especialmente, neste capítulo, aspiramos expor, durante a descrição dos fatos, aspectos que demonstram essa territorialização política e cultural da instituição.

Uma contextualização pode ser assim iniciada: por ocasião de promulgações da nova Constituição Federal, foram criados três Estados na federação brasileira, sendo um deles o Tocantins (desmembrado da região Norte do Estado de Goiás), como descreve o Ato das Disposições:

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.
§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 1988).

A partir da criação do mais novo estado do Brasil, surge a necessidade de sua organização estrutural, administrativa e política, e assim, a implementação de secretarias, de instituições gestoras e de órgãos diversos para compor a estrutura legal e funcional do novo estado. Uma das primeiras instituições implementadas foi a PMTO que, a princípio, herdou viaturas, equipamentos, servidores e até mesmo o regulamento disciplinar do estado de Goiás.

Com o crescimento populacional do estado e o desenvolvimento urbano, houve a necessidade de implementar mais um serviço público especializado: o serviço de

combate a incêndios urbanos, especialidade dos Bombeiros Militares. Cria-se, então, a instituição Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, (04) quatro anos após a criação do Estado do Tocantins.

Em 2022, temos uma instituição estadual, independente e com consideráveis avanços estruturais chamada Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO), mas o embrião de toda a estrutura que existe hoje foi a criação da Primeira Companhia Independente de Bombeiros Militares – (1ª CIBM), em Palmas – capital do Estado. Atendendo às demandas crescentes da cidade, a companhia (como parte integrante e dependente da PMTO) iniciou sua trajetória em 14 de dezembro de 1992. A missão era atuar em pequenos incêndios e salvamentos urbanos, como vemos na página eletrônica oficial do Estado do Tocantins:

Superação, força de vontade, amor à vida e à profissão constroem a história do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, o qual iniciou suas atividades como Companhia Independente de Bombeiros (1ª CIBM), criada por meio de decreto (6676/92), em dezembro de 1992. À época possuía uma estrutura pequena e ligada, organicamente a Polícia Militar do Tocantins, com atuação apenas nas áreas de combate a incêndios urbanos e salvamento. (CBMTO, 2020).

Aqui visualizamos o início da construção simbólica e operacional da corporação que hoje conhecemos.

Um ano após, em 1993, a PMTO abriu um processo seletivo para um curso de formação com estrutura curricular para Bombeiros Militares, com oferta de 50 vagas para Soldados Bombeiros. Os selecionados foram matriculados no primeiro Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSD/BM) que teve início no mês de maio do mesmo ano e conclusão, oficializada na portaria do Boletim Geral 010, em 14 de janeiro de 1994. A breve história do CBMTO relatada na página eletrônica oficial do Estado do Tocantins nos confirma:

Em 1994 a 1ª CIBM ampliou seu efetivo e formou sua primeira turma de soldados bombeiros do Estado, com 49 formandos. A Companhia possuía agora um efetivo de 62 homens e um número reduzido de graduados, sendo apenas dois oficiais. O Major Elias José da Silva foi o primeiro comandante do Corpo de Bombeiros do Tocantins. (CBMTO, 2020).

Todo esse processo de formação dessa primeira turma é um marco na construção histórica da atuação desses profissionais no estado do Tocantins. Sobre

essa expansão na atuação, vemos que “ainda em 1994, a convite da Prefeitura da capital, o Corpo de Bombeiros iniciou o serviço de salvamento aquático”, mas em relação às condições de equipamentos, “a unidade contava somente com um barco de cinco metros, com motor de 25 hp, e não possuía qualquer tipo de equipamento autônomo para mergulho” (CBMTO, 2020).

Imagem 02: 1994 – Primeira turma de soldados bombeiros formados no estado do Tocantins



Fonte: Revista Bombeiros News do CBMTO, 2015.

Após essa primeira formatura, os militares foram divididos e lotados nas principais cidades do Estado: Palmas (capital do estado e região central), Araguaína (principal cidade da região norte) e Gurupi (principal cidade da região sul). Até esse momento ainda, apenas a cidade de Palmas possuía Companhia, dessa companhia os bombeiros foram enviados às duas outras cidades como Pelotões, subordinados à Companhia que situava na capital.

Todo o atendimento, inicialmente nessas 3 cidades, deveria ser realizado por esse pequeno grupo enviado. Contudo, somava-se à mão de obra muito reduzida, a falta de equipamentos indispensáveis para as missões especializadas e que inviabilizava a possibilidade de realização de muitos atendimentos. Diante dessa realidade, ocorreu que os militares formados exclusivamente para serem Bombeiros, mas que eram lotados na PM, eram designados para outras atividades diversas, inclusive a de policiamento ostensivo nas ruas das cidades do estado.

Somente em 1995, seguindo a prática de outros estados mais antigos, foi oficializada uma seção que levava em consideração e indispensabilidade a especialidade dos Bombeiros Militares: a Seção Técnica. Como mencionamos, os profissionais dessa seção são os responsáveis pela análise de projetos e vistorias de execuções dos projetos do sistema contra incêndio e pânico de edificações empresariais e industriais. A criação legal e atuante dessa seção se configura como um dos mais relevantes componentes da estruturação que tentava acelerar sua organização e do desenvolvimento da instituição em 2022, se embasa através da lei estadual 3.798, de 13 de julho de 2021, que define:

Art. 1º Este Código estabelece normas e medidas de prevenção e segurança contra incêndio e emergência em edificações e áreas de risco, com o objetivo de: I – proteger a vida dos ocupantes desses ambientes, em caso de incêndio e emergência; II – minimizar a propagação de incêndios, reduzindo os danos ao meio ambiente e ao patrimônio; III – proporcionar meios e condições de acesso a áreas afetadas, para assegurar o controle e a extinção de incêndios; IV – fixar regras para a realização das operações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO.

Art. 2º Todas as edificações, públicas e privadas, instalações e eventos provisórios, áreas de risco e de aglomeração de público no Estado devem ser regularizadas junto ao CBMTO. (TOCANTINS, 2021).

A partir de eventos ou ocorrências marcantes, do aumento da urbanização, das alterações legais e dos aprimoramentos oriundos da evolução técnica e tecnológica, eleva-se o reconhecimento e a importância da prevenção contra incêndio e pânico. Assim, evolui a demanda e a atuação, também preventiva, dos Corpos de Bombeiros no Brasil e no estado do Tocantins.

No ano de 2001, para poder suprir as demandas em que havia a necessidade do trabalho do Bombeiro Militar devido ao crescimento do estado foi criado o Curso de Adaptação de Bombeiro (CAB) dentro da PMTO. No mesmo ano, ingressaram no curso 49 militares que, após 60 dias de treinamento específico para Bombeiro, ingressaram na 1ª CIBM. No dia 24 de setembro do ano de 2004, mesmo pertencendo a PM, após participação no certame e concluir o curso de formação exclusivo para bombeiros, 30 alunos concluíram o 2º Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militares realizado no Estado do Tocantins. No ano seguinte, em 2005, mais 41 militares da PM também realizaram o CAB, aumentando consideravelmente o efetivo especializado como Bombeiro Militar. Mesmo com a realização do curso, alguns

militares não permanecem atuando como bombeiro, optando por trabalhar em sua função de origem na PMTO.

A escassez de alguns equipamentos e estruturas e o número reduzido de efetivos para a realização dos trabalhos próprios da instituição, embora ainda continue presente em 2022, eram entraves bem mais grandiosos para a atuação dos profissionais desbravadores da implementação do CBMTO e, também, fatores de grande peso numa visível desaceleração da evolução da instituição entre 1994 e 2001, anos em que teve pouco ou nenhum avanço em sua estruturação.

Em 2002, o governo do Estado realizou a compra de 03 (três) Auto Bomba Tanque – ABT, definição de caminhões utilizados para combate a incêndio urbanos, 03 (três) Auto Salvamento – AS, definição de viaturas equipadas com equipamentos para salvamentos diversos em altura e terrestre, e 03 (três) Unidade de Resgate – UR's, ambulâncias equipadas para Atendimento Pré-hospitalar – APH, retomando, então, à continuidade da estruturação da instituição.

Imagem 03: Fotos das primeiras viaturas adquiridas em 2002

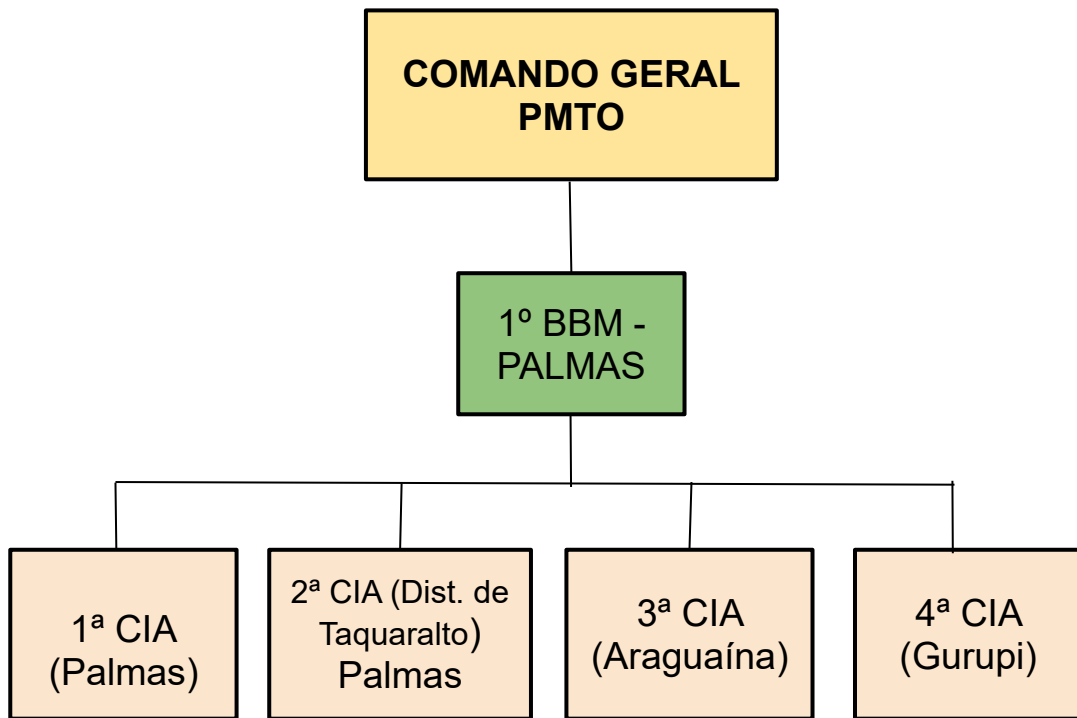


Fonte: Revista Bombeiros News do CBMTO, 2015.

Em 09 de março de 2004, através do decreto nº 2.013, o governador elevou a 1ª CIBM a Primeiro Batalhão Bombeiro Militar (1º BBM), tendo como consequência a

transformação do 3º Pelotão, situado em Araguaína, em Terceira Companhia Bombeiros Militar (3ª CIA BM) subordinada ao 1º BBM. A organização é o que descrevemos no seguinte organograma a seguir:

Organograma 01: Após a criação do 1º BBM



Fonte: CBMTO, 2021.

Como exposto até aqui e visualizado no cronograma, toda a atuação dos bombeiros era subordinada à polícia. O Comando Geral da PM era o órgão gestor dos servidores policiais e, também, bombeiros. No item a seguir, explicaremos os fatos que mostram esses passos de desubordinação.

No próximo capítulo, focaremos nas primeiras fundamentações registradas que iniciaram a criação do CBMTO.

3.2 Des(re)territorialização

Seguindo os anos e as demandas de organização e desenvolvimento do novo Estado, vê-se como próximos passos a necessidade de implementação de uma corporação de bombeiros militar independente da corporação policial. Assim, inicia-se uma significativa mudança administrativa no CBMTO. Em 25 de setembro de 2005,

foi publicada a Emenda Constitucional nº 15 que traz no texto as primeiras orientações dessa separação quando diz: “altera os artigos que especifica da Constituição do Estado de modo a criar o Corpo de Bombeiros Militar, desmembrando-o da Polícia Militar do Estado, e adota outras providências” (TOCANTINS, 2005).

Ainda assim, manteve-se um vínculo com PM através do artigo 13 da referida emenda, ocorrendo o real desmembramento somente no dia 04 de abril de 2006, data em que foi publicada a Lei Complementar de nº 45, de 03 abril de 2006, com a criação da Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

Essa separação ocorreu em 2006, concretizando a independência da corporação que, ao desmembrar-se da PMTO, inicia um novo ciclo de expansão administrativa e logística no Estado do Tocantins. A organização administrativa do novo órgão é descrita nos artigos 5º a 8º da referida Lei Complementar, ficando assim definido:

Art. 5º. A estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é a seguinte:

I – Órgãos de Direção;

II – Órgãos de Apoio;

III – Órgãos de Execução.

Art. 6º. Os Órgãos de Direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I – o planejamento geral estratégico, para a organização e o desenvolvimento pleno das missões da Corporação;

II – o auxílio por meio de diretrizes, ordens, normas técnicas ou Normas Gerais de Ação – NGA aos Órgãos de Apoio e de Execução;

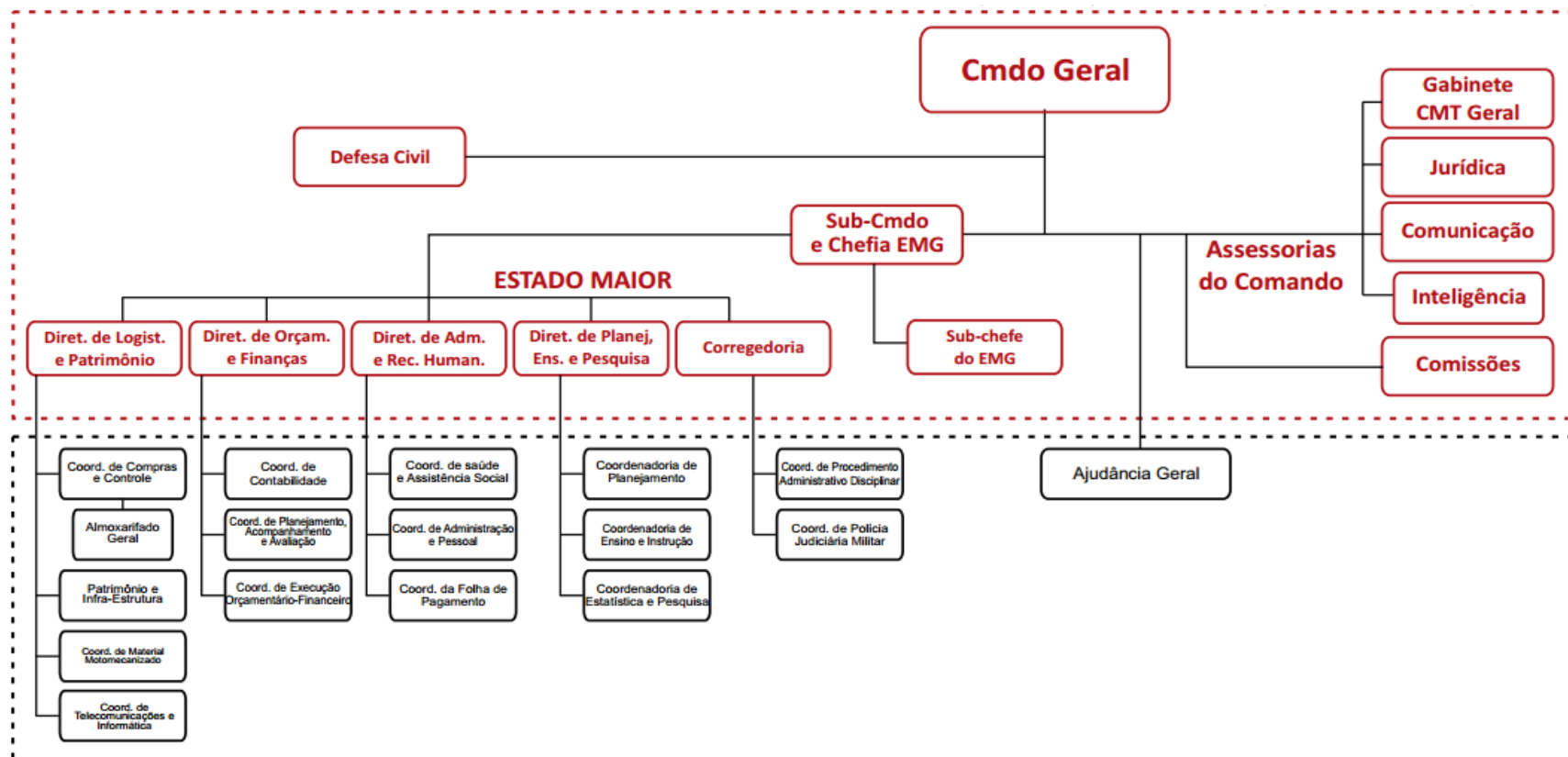
III – a coordenação, o controle e a fiscalização da atuação dos Órgãos de Apoio e Execução.

Art. 7º. Os Órgãos de Apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, material e ensino, telecomunicações e telemática do Corpo de Bombeiros Militar, atuando em cumprimento às estratégias planejadas, diretrizes, ordens e normas gerais de ação dos órgãos de direção, ligando-se diretamente a estes.

Art. 8º. Os Órgãos de Execução são constituídos pelas unidades operacionais e realizam as atividades-fim do CBMTO, cumprindo as missões ou a destinação da Corporação, executando dentro do planejamento as diretrizes, ordens e normas emanadas dos Órgãos de Direção amparados pelos Órgãos de Apoio. (TOCANTINS, 2006).

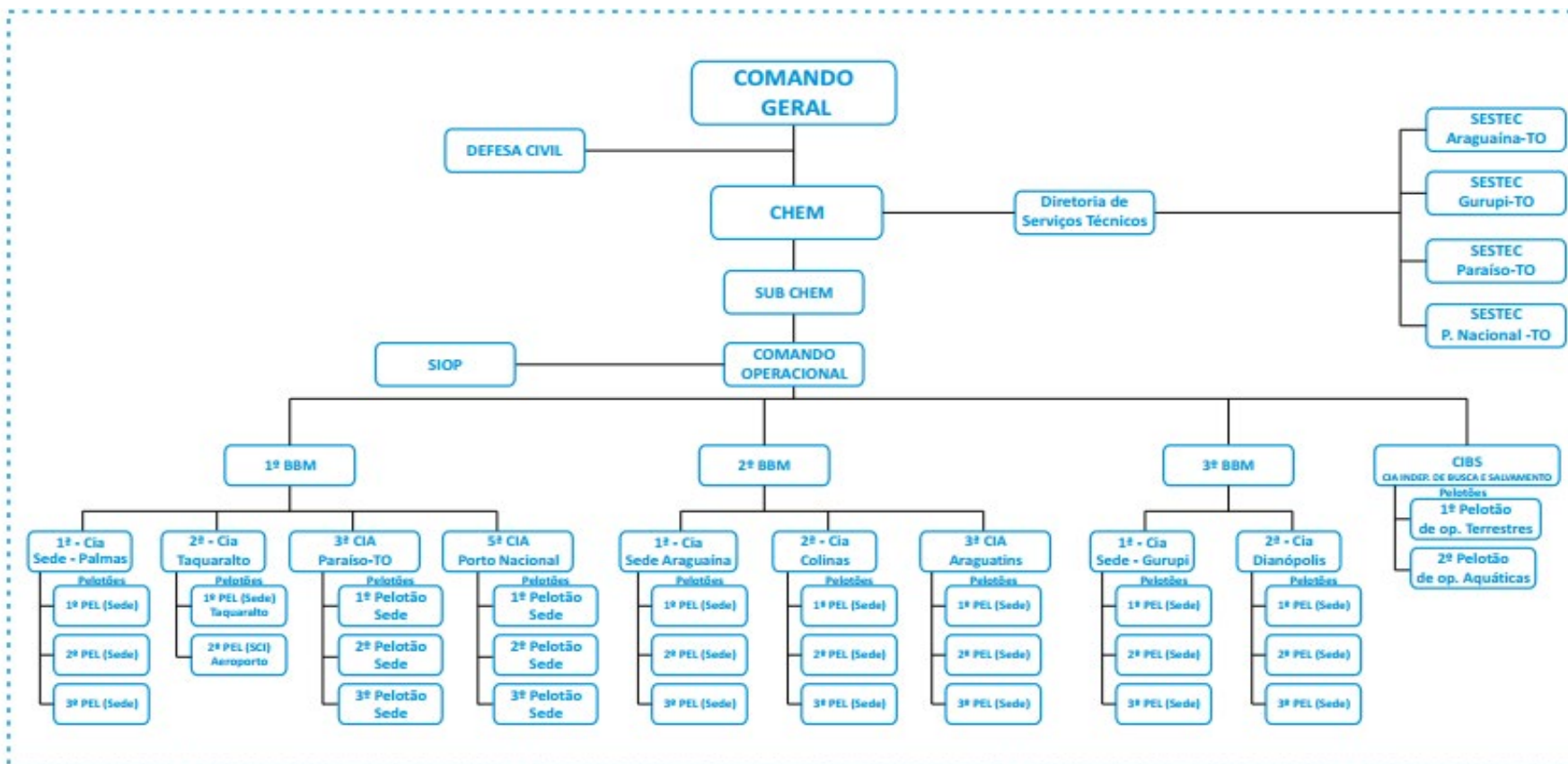
O principal órgão dentro da estrutura organizacional é o Comando Geral, tendo em vista que todos os outros órgãos são subordinados a ele. Nos próximos organogramas, veremos de forma mais detalhada a estrutura operacional e administrativa do CBMTO e visualizamos detalhes, por exemplo, da ligação do departamento de Defesa Civil com a parte administrativa e operacional da corporação.

Organograma 02 – Organograma administrativo do CBMTO



Fonte: CBMTO, 2017.

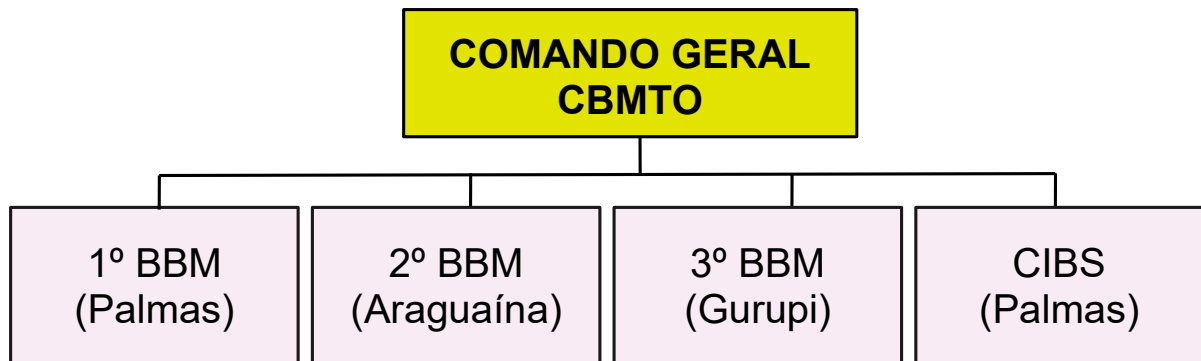
Organograma 03 – Organograma Operacional do CBMTO



Fonte: CBMTO, 2017

Na figura abaixo, resumimos o organograma operacional para passar um melhor entendimento sobre o funcionamento organizacional do CBMTO.

Organograma 04 – Organograma operacional atual resumido do CBMTO



Fonte: Autor, 2021.

Neste organograma, temos as divisões dos batalhões subordinados agora diretamente ao Comando Geral do CBMTO, que por sua vez cada um tem suas respectivas companhias, podemos também notar uma Companhia Independente de Busca e Salvamento¹⁴ subordinada direto ao Comando Geral do CBMTO. As Companhias e suas localidades descreveremos na tabela abaixo.

Tabela 01: Batalhões e suas respectivas CIA's

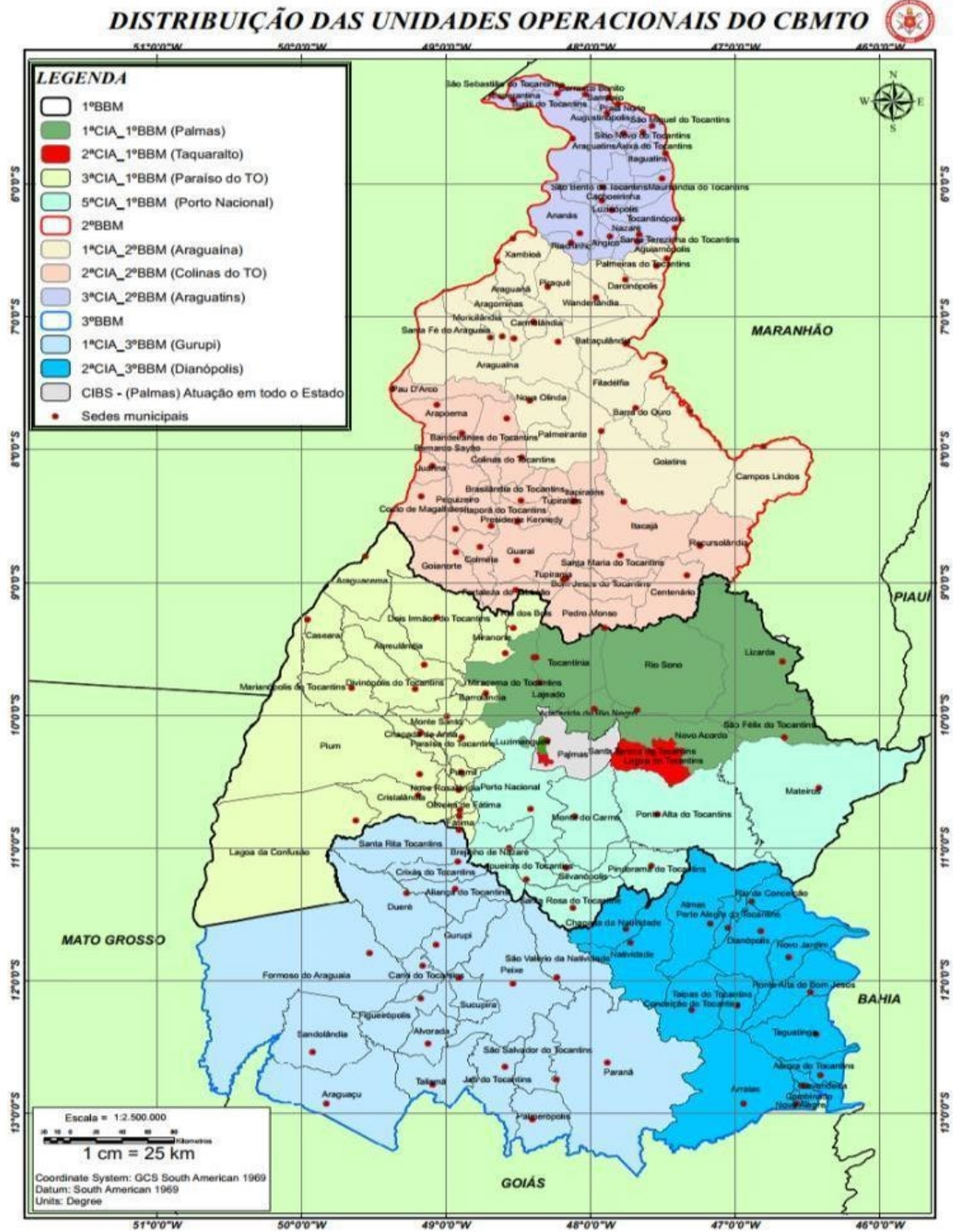
1º BBM (Palmas)	1ª CIA (Palmas)
	2ª CIA (Taquaralto)
	3ª CIA (Paraíso do TO)
	5ª CIA (Porto Nacional)
2º BBM (Araguaína)	1ª CIA (Araguaína)
	2ª CIA (Colinas do TO)
	3ª CIA (Araguatins)
3º BBM (Gurupi)	1ª CIA (Gurupi)
	2ª CIA (Dianópolis)

Fonte: Autor, 2021.

¹⁴ A Companhia Independente é subordinada diretamente ao Comando Geral, neste caso a de Busca e Salvamento.

Informação relevante é a divisão da área de atuação de cada unidade. Podemos conferir na imagem abaixo a posição geográfica no mapa onde se divide as áreas de atuação de cada unidade militar do CBMTO.

Mapa 01 – Mapa de atuação das unidades operacionais do estado



Fonte: CBMTO, 2021.

Para ampliar o entendimento da estrutura organizacional de uma instituição militar estadual, baseamo-nos na Constituição Federal que diz que os bombeiros militares se constituíram em uma categoria classificada especial, por serem considerados força auxiliar do Exército Brasileiro – EB, conforme a Carta Magna de 88 em seu artigo 144, § 6º, que regulamenta:

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.” denominando-se categoria especial conforme o amparo na Lei nº 6880, do dia 09 de dezembro de 1980 que escreve: “Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares. (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, norteada pela Constituição Federal, a Constituição Estadual de 1989 traz o artigo 13 em que prescreve que “os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são militares do Estado, regidos por estatuto próprio, estabelecido em lei” (TOCANTINS, 1989) e, assim, determinando a função de cada instituição militar estadual quando cita:

Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para: [...] II – o Corpo de Bombeiros Militar: a) a coordenação e execução de ações de defesa civil; b) a prevenção e o combate aos incêndios; c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens; d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico; e) perícia de incêndios; f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros; g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes. (TOCANTINS, 1989).

Em continuidade às ordenações estruturais, leis como a complementar nº 45 de 2006, baseada em manuais militares do Exército Brasileiro, preceituam o que se define como Batalhões, Companhias, Pelotões e Grupos de Bombeiros Militar:

Das Unidades e Divisões operacionais:

Art. 17. As unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar são:

I – Batalhão de Bombeiro Militar – BBM: encarregado da execução geral dos serviços de operações em áreas circunscricionais do Estado;

II – Companhia de Bombeiro Militar – Cia. BM: com o encargo de realizar serviços operacionais, podendo ser especializado acrescido da respectiva sigla, dentro de uma circunscrição do BBM;

III – Pelotão de Bombeiro Militar – Pel. BM: encarregado dos serviços operacionais, especializado ou administrativo acrescido da respectiva sigla, dentro da circunscrição ou responsabilidade da Cia. BM;
IV – Grupo de Bombeiro Militar – Gr. BM: encarregado dos serviços operacionais, especializado ou administrativo acrescido da respectiva sigla, dentro da circunscrição ou responsabilidade do Pel. BM. (TOCANTINS, 2006).

Como vimos, toda essa estruturação circula em torno de duas grandes demandas: pessoal e material. Assim, na referida divisão, o CBMTO necessitou de oficiais¹⁵ e praças¹⁶ da PMTO, que foram voluntários para ingressar na nova instituição, além dos militares que se formaram no curso específico para Bombeiro Militar. Para capacitar os militares que fizeram apenas curso de policial militar, criou-se o Curso Aperfeiçoamento de Bombeiro – CAB.

Dentre os militares que faziam parte da 1ª CIBM, alguns já haviam feito cursos de formação Bombeiro Militar, pois eram servidores militares de outros estados e deixaram seu estado de origem para se efetivar na PMTO através de atos de nomeação disponíveis com a criação do estado. Um dado interessante é que em 1991 o hoje Coronel Doslley Yure Tenório Vargas já havia ingressado no Curso de Formação de Oficiais no Distrito Federal, retornando no ano de 1992, como Aspirante, por conseguinte, sendo considerado o primeiro Bombeiro Militar do Tocantins devido ao fato de seu ingresso ter sido logo após a criação do estado.

Até aqui podemos destacar que os agentes ora estudados seguiam atuando dentro de suas delimitações e especializações, verifica-se a constituição e expansão de um sistema simbólico próprio que implicava em atentar para a intensidade de atuação e as funções que lhes eram designadas considerando suas formações específicas enquanto Bombeiros Militares.

Verificou-se, assim, que a prevalência de uma cultura dominante da atuação de militares de forma generalizada, incluindo os bombeiros, cujo trabalho se efetivou pautado na necessidade de efetivo e desconsiderada a especialidade desses agentes militares.

A efetivação da reestruturação da nova corporação perpassa pela busca em constituir seus recursos pessoais e, também, materiais. Dessa maneira, percebemos

¹⁵ Os Oficiais são militares da instituição em seus respectivos postos hierárquicos que assumem funções de comando de Companhias, Batalhões e diretorias.

¹⁶ Praças são militares em suas respectivas graduações, exercem funções de execuções dentro das atividades da instituição a qual pertence

que houve uma desaceleração no desenvolvimento da corporação entre 1994 e 2002, devido à falta de equipamentos operacionais específicos para atuação dos bombeiros. Somente em 2002, com a compra de 03 (três) Auto Bomba Tanque (ABT) – caminhões utilizados para combate a incêndio urbanos, três unidades de Auto Salvamento (AS) – viaturas com equipamentos para salvamentos diversos em altura e terrestre, e 03 (três) Unidades de Resgates (UR) – ambulâncias equipadas para atendimento pré-hospitalar – APH, retoma-se esse avanço no desenvolvimento da instituição, oportunizando produzir e certificar ainda mais uma legitimação ideológica de atuação dos agentes Bombeiros Militares.

Um conjunto de viaturas contendo 01 ABT, 01 AS e 01 UR foram enviados para os pelotões subordinados da CIBM/PM nas cidades de Palmas (Região Central), Araguaína (Região Norte) e Gurupi (Região Sul) o que operacionalizou e otimizou o atendimento real dos bombeiros lotados nas cidades citadas. Podemos, então, ir ao encontro da ideia de Haesbaert (2005) que destaca a variação conforme o contexto histórico e geográfico no desenvolvimento da territorialização:

Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. (HAESBAERT, 2005. p. 6778).

Por conseguinte, com a chegada de Viaturas Operacionais, potencializou-se o processo de territorialização do CBMTO, pois ampliaram-se consideravelmente as condições de atendimento de ocorrências que fazem parte da atuação do bombeiro militar. Segundo Haesbaert (2004), todo território tem combinações de aspectos funcionais e simbólicos; nessa linha de pensamento, a atuação do Bombeiro Militar em defesa da vida, juntamente com o auxílio de equipamentos que respaldam e estruturam os atendimentos, torna-se uma construção composta pela importância da sua existência (simbólica pelo valor abstrato de ao existir em determinado contexto o indivíduo sente assegurada alguma salvação quando em perigo) e da efetivação do atendimento, em caso de ocorrência, com as devidas prestações (funcional pela concretude, por exemplo, do socorro quando um acidente acontece). Ou seja, uma combinação de fatores que comprova que “exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”, no qual os profissionais são reconhecidos pela sua atuação em defesa da vida” (HAESBAERT, 2004, p. 4).

Outra mudança simbólica e visual ocorrida no CBMTO, foi a diferenciação da tonalidade do fardamento operacional, que era na mesma tonalidade utilizada na PMTO, mas que em 2020, conforme publicação da portaria nº 022/2020/SEGER no diário oficial nº 5682, de 10 de setembro de 2020, foi alterada para cor laranja, cor simbólica do salvamento, de melhor identificação em ambientes de difícil visibilidade.

Imagem 04 - Fardamentos operacionais

Fardamento anterior



Fardamento atual



Fonte: Acervo do 2º BBM, 2021.

Outras corporações, tais como a do Distrito Federal, de Minas Gerais e algumas do Nordeste, já utilizam essa cor/tonalidade no fardamento. A partir de 2020, os bombeiros militares tocantinenses também passaram a ter uma identidade visual mais original, muito significativa e perceptível pela sociedade. A tonalidade laranja, é uma tendência de padronização internacional para o fardamento de agentes socorristas para melhor visualização dos operadores no atendimento a vítimas em casos de desastres e tragédias onde os agentes atuam diretamente no núcleo do cenário.

Na imagem 05, podemos ver na prática a diferença de cores bem como a diversificação de cada Estado. O registro foi feito em uma das mais significativas atuações do CBMTO, na cidade Petrópolis – RJ, em fevereiro de 2022. Na ocasião de um grande deslizamento de terra, uma equipe do Tocantins composta por dois militares e um cachorro foram designados para ajudar na procura de possíveis sobreviventes e corpos de pessoas embaixo dos escombros.

Imagem 05 – Bombeiros de Estados diferentes atuando em Petrópolis - RJ



Fonte: Rafael Mollo¹⁷, 2022.

Da esquerda para direita, com a farda com a tonalidade azul, são membros da equipe do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul; os militares com a farda laranja, praticamente idênticas, fazem parte dos Corpos de Bombeiros Militares do Tocantins e do Piauí; o de fardamento de tonalidade caqui (antes utilizada também pelo CBMTO), faz parte da corporação do estado da Paraíba.

Na figura 05 percebemos o destaque do fardamento com tonalidade laranja.

Imagem 06 – Bombeiros atuando no cenário da Tragédia de Petrópolis – RJ



Fonte: Raphael Neves¹⁸, 2022.

¹⁷ Militar membro da primeira equipe do CBMTO que prestou serviço no desastre de Petrópolis-RJ ocorrida em 2022, composta por mais outro militar e uma cadela (Sky) adestrada para localização de pessoas em escombros.

¹⁸ Militar membro da segunda equipe do CBMTO que prestou serviço no desastre de Petrópolis-RJ ocorrida em 2022, composta por mais outro militar e uma cadela (Dory) adestrada para localização de pessoas em escombros.

É possível considerar, portanto, que a mudança na cor do fardamento faça parte dos passos dessa (re)territorialização que viemos falando. Visualmente, estando fardado, já não é possível mais haver dúvidas se o profissional é polícia ou militar, uma hesitação que era muito comum para a sociedade em geral.

Dando continuidade nessa reflexão, vemos que esse processo de reterritorialização se intensifica também com o aumento de unidades operacionais em diferentes municípios, com as aquisições e usos de equipamentos específicos e indispensáveis à atuação eficiente e, ainda, com o conjunto de atividades exercidas na sociedade. Por meio dessa combinação de fatores adquirida com a reterritorialização institucional, percebemos a conquista factual da credibilidade, da confiança, do respeito e, também, uma comprovada influência cultural, ideológica e social.

Toda a responsabilidade e a importância da atuação dos bombeiros militares se comprovam e se expõem nas informações, especialmente, técnicas e quantitativas acerca da atuação da instituição. Deste modo, a busca de dados fez-se necessária e importante no trabalho de construir essa exposição de informações que, conseqüentemente, auxiliam na desconstrução de desinformações que a sociedade ainda tem por falta de maior divulgação das funções e atuação da instituição.

Dentre outras, é comum encontramos desinformações como:

- a) a crença de que bombeiros atendem somente ocorrências de incêndio;
- b) as convicções construídas sem embasamento verídico de que o agente possui proventos incompatíveis com a função, exprimindo a opinião que o agente recebe muito para fazer muito pouco;
- c) o pensamento de que bombeiro e polícia são a mesma coisa;
- d) o juízo de que bombeiro não é agente militar;
- e) o desconhecimento acerca da situação legalizada e amparada do agente como servidor público que só é admitido após submissão e aprovação em concurso¹⁹ e, após aprovado, da participação de meses de treinamento em regime integral.

¹⁹ Diferente do bombeiro civil que participa de treinamentos com capacitações de curta duração, sem vínculo empregatício com o Estado, habilitando-se para ser contratado e trabalhar em empresas privadas.

Acreditamos, pois, que registrar essa história baseando em dados reais e em informações fundamentadas sirva para desconstruir muita consciência errônea e, conseqüentemente, oportunizar novos e verdadeiros conhecimentos sobre a instituição que existe por interesse público e para o atendimento público.

3.3 História: contemplando registros da publicação comemorativa

Em setembro de 2015, o Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins organizou uma revista em homenagem e comemoração aos 23 anos da corporação. Com edição única e direção dos então Majores Valdênio Leite (in memoriam) e José Domingos Alves Filho, a Bombeiros News teve a impressão realizada pela New Job – Brand Design For People e traz um relevante resumo da história da atuação dos bombeiros militares no Tocantins.

Após a leitura e diante da apreciação de tantos registros informativos, históricos, esclarecedores e condecorativos, julgamos válida a menção à publicação e a realização de uma síntese do seu conteúdo, que nos traz possibilidades de muitos conhecimentos a respeito dos profissionais bombeiros militares e de toda a sua territorialidade no Estado do Tocantins.

Pelo seu caráter comemorativo, a Revista inicia com duas páginas de agradecimentos proferidos pelo Governador do Estado na época, o Senhor Marcelo Miranda, e pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, o Coronel Dodsley Yuri Tenório Vargas. Ambos ressaltam “a missão de proteger e salvar vidas” e a publicação da revista com intuito de fazer jus ao histórico recente, porém, com consideráveis conquistas da corporação.

Em seguida, a próxima parte da revista traz uma entrevista que visa destacar o projeto “Bombeiro Amigo do Peito”. Na introdução da entrevista, lemos que “iniciado em 2003, o Projeto [...] tem a importante missão de fazer a captação de leite materno para o Banco de Leite Humano” (p. 8). A mãe que participa da entrevista relata sua história de amamentação e doação de leite com o auxílio da visita domiciliar dos bombeiros para captação do leite. “O programa possibilita a amamentação de bebês prematuros internados nos hospitais brasileiros. Um modelo para o mundo, já copiado por mais de 20 países” (p. 9).

As conquistas de equipamentos e estruturação física do CBMTO são destaques no tópico “Fique Sabendo”. Os investimentos financeiros proporcionam a construção de um patrimônio “composto de bens próprios e de bens específicos, resultado de convênios com a União e com outras instituições” (p. 10).

Nas páginas destinadas aos Projetos, conhecemos os projetos sociais, os serviços de saúde e os atendimentos psicológicos oferecidos aos homens e mulheres da corporação. Assim, “para oferecer uma assistência à saúde destes profissionais foi criada em 2006 a Coordenadoria da Saúde” (CORDEIRO, 2015, p. 15), com prioridade à prevenção de doenças. Dentre os projetos, o Capelão Major Cordeiro cita: 1. “Música para a Alma” (que utiliza terapias alternativas a pacientes internados em hospitais da capital); 2. “De olho no risco” (atuação da Defesa Civil contra desastres); 3. “Cia 193 de Teatro” (adoção das artes cênicas como instrumento para abordagem de assuntos sérios de forma lúdica).

A reportagem de capa “Heróis existem” descreve as atividades realizadas pelos profissionais numa perspectiva emotiva, exaltando as ações reais que os assemelham, no imaginário lúdico, a heróis da ficção.

Na página “Ocorrências que valem vidas” há relatos dos profissionais sobre atendimentos memoráveis que exigiram estratégias extras e precisas nas quais eles colocam em prática toda a teoria ensinada na Escola de Formação de Bombeiros, destaque da reportagem “Treinamento” (p. 28).

Uma relevante entrevista compõe a revista, com relatos dados pelo “Primeiro Bombeiro do Tocantins” compõem as páginas 30 a 33 da publicação. O coronel Yuri fala de sua gratidão, das lembranças, das conquistas que acompanhou, das ocorrências marcantes, do seu conhecimento sobre o desmembramento da instituição, da sua participação nos projetos; dispõe fotos antigas que retratam a história do CBMTO.

Bombeiros que são atletas de atuação regional, nacional e internacional são referências na reportagem “Orgulho” (p. 34/35). Uma característica peculiar é a composição de membros da mesma família na corporação, assunto da matéria “Bombeiro: uma profissão familiar” (p. 36/37) que elenca algumas situações existentes no CBMTO onde marido e esposa, pai e filhos, irmãos seguem a mesma escolha profissional e, portanto, atuam juntos na corporação.

Profissionais bombeiros que já morreram são elencados e homenageados no encarte “In Memoriam” (p. 38/39). Em seguida, as ações preventivas são bem explicadas no texto “Distec” (p. 40/41), onde destaca-se as principais atribuições da Diretoria de Serviços Técnicos. Colaboradores que apoiaram os bombeiros são mencionados na página 42.

A composição “Semana do Bombeiro” traz destaque para a ação que “realizada há dez anos [...] incentiva a prática de hábitos saudáveis, além de contribuir para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, tanto dos integrantes da Corporação, quanto dos tocantinenses” (p. 43). Com nomes característicos, existe nesse evento provas que já se tornaram famosas na sociedade, tais como o bombeiro de aço, a travessia do lago, a corrida do fogo e o futebol. E, em textos humorísticos do Major Filho, dois episódios de situações inusitadas foram contados nas páginas de “Humor” (p. 48/49).

Trechos históricos são expostos na reportagem “História” que traz a descrição da implementação (até a data de publicação da revista) das unidades operacionais, bem como as leis que embasam e os profissionais envolvidos diretamente nesses avanços. O texto esboça reconhecimento a cada bombeiro que construiu e constrói essa história e nomeia os comandantes existentes até então frente às unidades. A esses comandantes há a dedicação da matéria “Comandantes que fizeram história” com destaques para a contribuição de cada um na construção histórica do CBMTO.

Em 2015, ano de publicação da revista, 08 (oito) profissionais bombeiros já tinham cumprido seu tempo de trabalho efetivo e, portanto, já encontravam no quadro de servidores da Reserva Remunerada. Esses são elencados na matéria “Reserva” (p. 60).

Para finalizar, a revista traz uma galeria com fotos e legendas relevantes para o conhecimento da história da instituição.

Imagem 07: Capa da Revista Bombeiros News 2015



Fonte: Revista Bombeiros News do CBMTO, 2015

4. ARAGUAÍNA E REGIÃO: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

No norte do Estado, a cidade de Araguaína já possuía agentes Bombeiros Militares desde o mês de janeiro de 1994, quando os recém-formados Soldados Bombeiros Militares concluíram o curso de formação e foram designados para atuar, em teoria, conforme a formação inerente. A princípio, o local de aquartelamento dos bombeiros recém-formados era a sede do 2º BPM localizado na Av. Filadélfia, no setor Urbano. Administrativamente, eram pertencentes ao 3º Pelotão e, este, subordinado à 1ª CIBM.

Por ser uma nova e pouco estruturada demanda do 2º BPM, os bombeiros não tinham local nem funções bem definidas dentro do quartel; dividiam espaços físicos com os policiais e desempenhavam funções diversas como faxinas, guarda, entre outros.

No ano de 1997, a INFRAERO, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araguaína, construiu a SCI²⁰ (Seção Contra Incêndio) no Aeroporto da cidade. Foi então que o CBMTO firmou acordo com a referida prefeitura e a construção da SCI tornou-se, também, a sede do Pelotão dos Bombeiros Militares de Araguaína. A SCI disponibilizava de um caminhão de combate a incêndio que ficou sob a responsabilidade dos profissionais bombeiros e destinado ao uso em caso de incidentes/acidentes no aeroporto.

²⁰ Denomina-se Seção Contra-Incêndio o conjunto de dependências e instalações projetadas para servir de Sede Operacional do Serviço de Salvamento e Contra Incêndio do Aeroporto.

Imagem 08: Foto da SCI, Aeroporto de Araguaína nos anos 90



Fonte: Revista Bombeiros News do CBMTO, 2015.

Em 2002, com a chegada de aparelhagem adequada, iniciam-se os atendimentos mais complexos, como, por exemplo, o desencarceramento veicular²¹, para os quais, antes, os agentes necessitavam improvisar equipamentos, geralmente inadequados, e contar com auxílio até de caminhões guincho. Dentre as improvisações, podemos citar o uso do caminhão de combate a incêndio (veículo pertencente à INFRAERO e, inicialmente, adquirido exclusivamente para atendimento no aeroporto) para combater incêndios urbanos de grandes proporções. Entretanto, fatos como o mau funcionamento do caminhão e a grande distância entre o Aeroporto e os demais bairros da cidade ainda dificultavam significativamente o bom atendimento dos bombeiros que, na tentativa de melhorias na urgência dos atendimentos, fez uso até de caminhão pipa da prefeitura.

²¹Trabalho realizado para retirada de vítima de acidente veicular tendo como consequência seu encarceramento após a alteração na estrutura metálica do veículo devido uma colisão e/ou capotamento.

Nesse início de estruturação dos atendimentos dos bombeiros em Araguaína, o Atendimento Pré-Hospitalar – APH era realizado com a utilização de um carro de passeio cedido pela prefeitura. O veículo foi adaptado para funcionar como ambulância e atender pacientes que apresentavam lesões graves. A atuação dos profissionais bombeiros militares já possuía grande funcionalidade e importância mesmo com apenas 01 veículo e ainda, adaptado; e, em 2002, esses atendimentos importantes e funcionais avançaram de forma substancial com a chegada da Unidade de Resgate especialmente desenvolvida para o APH. Até esse momento, a única ambulância exclusiva para esse tipo de atendimento em Araguaína era a dos Bombeiros.

Em 2005 a sociedade araguainense teve o serviço de APH reforçado com a disponibilização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), um projeto financiado pelos governos Federal, Estaduais e Municipais com o objetivo de atender nas residências ou vias públicas as urgências de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras. Embora seja uma atuação que veio para somar no serviço de APH prestado pelos bombeiros à sociedade, o SAMU é uma instituição independente dos bombeiros, que atende com alguns protocolos distintos e possui diferenciais como: a) um quadro de profissionais com a presença de médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem; b) atendimento com uma Unidade de Serviço Avançado (viatura que possui equipe e equipamentos aptos para intervenção invasiva).

Os APH são os tipos de ocorrências mais recorrentes na cidade e região. Mas a unidade do CBMTO realiza também muitos atendimentos de desencarceramentos e incêndio veiculares, isso em razão de Araguaína ser uma cidade com uma considerável malha viária, localizada às margens da rodovia BR-153 e seccionada pela TO-222 (importante rodovia estadual), nas quais existe um intenso tráfego de veículos leves e pesados e que, frequentemente, se envolvem em acidentes graves. Essas ocorrências são consideradas entre as de maior complexidade.

Os atendimentos dentro da cidade de Araguaína, na zona rural e em toda a região se estendem, no período de estiagem, às ocorrências de incêndios em coberturas vegetais. Nesse período há um aumento expressivo das ocorrências de combate a queimadas, um trabalho de competência e especialidade específica dos bombeiros militares.

O fato de fazer parte da Amazônia Legal traz como consequência fatores que tornam os números de ocorrências de incêndio florestais elevados e um dos principais motivos de atendimentos em tempos de estiagem, permanecendo por muitos dias do ano (especialmente dentro dos meses de junho, julho, agosto e setembro) como trabalhos diários e recorrentes para os profissionais de plantão.

Essa situação justifica algumas parcerias conquistadas. Em 2013, a Prefeitura criou a brigada municipal para trabalhar juntamente com agentes do CBMTO e intensificar o combate às queimadas na região. A Secretaria de Planejamento do Meio Ambiente e Tecnologia publicou o propósito dessa parceria no Diário Oficial nº 427 do Município do dia 05 setembro de 2013, conforme texto abaixo:

O Município de Araguaína, Estado do Tocantins, em parceria com a Coordenadoria de Defesa Civil (CONDEC) e Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, implantou a Brigada Municipal de Combate a Incêndios para atuar no período de estiagem, compreendido entre os meses de julho, agosto, setembro e outubro do corrente ano. A referida parceria tem como propósito diminuir o número de focos de queimadas em nosso Município [...] (SECRETARIA DE PLANEJ. MEIO AMB. CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARAGUAÍNA-TO, 2013).

Após a implantação, nos meses que antecedem o período especificado de estiagem, há um treinamento anual de combate a incêndio com os servidores municipais que atuarão juntamente com bombeiros militares em incêndios que envolvam cobertura vegetal.

Seguindo a constituição histórica da implementação do trabalho dos bombeiros em Araguaína, referimo-nos agora a outro acontecimento relevante nessa territorialização regional. Em 4 de julho de 2014, conforme descrito no decreto nº 5.081, a então 3ª Cia de Araguaína foi promovida a Batalhão, tornando-se o Segundo Batalhão dos Bombeiros Militares (2º BBM). Segundo o documento:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no § 3º do art. 21 da Lei Complementar 45, de 3 de abril de 2006,

D E C R E T A:

Art. 1º É instituído o 2º Batalhão de Bombeiro Militar – 2º BBM, na estrutura operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, com sede no Município de Araguaína.

Art. 2º Constituem o 2º BBM as seguintes unidades operacionais:

I – a 1ª Companhia de Bombeiro Militar – 1ª Cia. BM, no Município de Araguaína, formada pelos 1o, 2o e 3o Pelotões;

II – a 2ª Companhia de Bombeiro Militar – 2ª Cia. BM, no Município de Colinas do Tocantins, formada pelos 1º, 2º, 3º Pelotões;

III – a 3ª Companhia de Bombeiros – 3ª Cia. BM, no Município de Araguatins, formada pelos 1º, 2º, 3º Pelotões.

Art. 3º Incumbe ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO baixar os atos necessários ao cumprimento deste Decreto, publicando-os no Boletim Orgânico da Corporação.

Art. 4º É extinta a 3ª Companhia de Bombeiro Militar – 3ª Cia. BM do 1º Batalhão de Bombeiro Militar – 1º BBM. (TOCANTINS, 2014).

Tendo como referência a quantidade de ocorrências do tipo incêndio florestal e com a intenção de destacar a preocupação institucional com os efeitos ambientais causados pelos grandes incêndios em cobertura vegetal, o comandante geral do CBMTO denomina o título de “Batalhão Ambiental” para o 2º BBM, através da portaria nº 014/2014/SEGER, de 11 de julho de 2014, que

Estabelece denominação do 2º Batalhão de Bombeiro Militar – 2º BBM. O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 45, de 3 de abril de 2006 e art. 3º do Decreto nº 5.081, de 4 de julho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º O 2º Batalhão de Bombeiro Militar – 2º BBM, com sede no Município de Araguaína, fica denominado Batalhão Ambiental de Bombeiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (CBMTO, 2014).

Ainda dentro do processo de territorialização e estruturação do CBMTO no norte do estado do Tocantins, destacamos o acontecimento do dia 22 de março de 2019. Por meio da portaria nº 009/2019/SEGER, são criados os brasões (símbolos) das unidades operacionais do CBMTO, dentre eles o do 2º BBM:

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 4º, da Lei Complementar nº 45, de 3 de abril de 2006, e considerando a Portaria nº 020/2017/SEGER, de 9 de maio de 2017, Resolve:

Art. 1º Instituir os Brasões e Heráldicas das Unidades Operacionais e da Academia de Formação Bombeiro Militar na forma dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI desta Portaria.

§ 1º À medida que forem criadas outras Unidades do CBMTO estas terão seus brasões definidos em anexos a esta Portaria, conforme a sequência de criação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[...]

DESCRIÇÃO HERÁLDICA DO BRASÃO O distintivo do 2º Batalhão do CBMTO tem o formato gráfico em um escudo português, com cor de fundo vermelho daytona simbolizando a cor padrão representativa dos Corpos de Bombeiros pelo mundo simbolizando o combate a incêndio. Logo em seguida no terço superior do brasão temos a representação de chefia hierárquica do batalhão composta pelo texto tipográfico padrão na cor branca. Como elemento centralizador é disposto outro escudo português menor, cor de fundo branco o qual contém símbolos de armas que representam a identidade

da UBM. Bomba Armar de Linha Dupla: símbolos que compõem a base e as laterais representam a missão eterna de combate ao incêndio e preservação de vidas e do patrimônio da sociedade do norte tocaninense. Faixa Superior: Possui a palavra “AMBIENTAL” em caixa alta devido ao 2º Batalhão de Bombeiro Militar – 2º BBM, com sede no Município de Araguaína estar denominado como Batalhão Ambiental de Bombeiros o que demonstra preocupação institucional com os efeitos ambientais causados pelos grandes Incêndios. Caminhão de Combate a Incêndio Florestal (ABTF – Auto Bomba Tanque Florestal): Símbolo gráfico central simbolizando a modernidade e evolução do combate aos Incêndios Florestais em nossa região. Faixa Inferior: Possui o número 2014 que representa o ano de criação da UBM, ano histórico que deve ser lembrado pelas gerações futuras. (CBMTO, 2019).

Podemos, então, considerar a definição do brasão como a potencialização das forças simbólicas, o que colabora na construção da territorialidade e na representatividade do CBMTO no norte do estado. A figura abaixo nos traz a visualização desse símbolo:

Figura 01 – Insígnia 2º BBM



Fonte: CBMTO, 2019.

Seguimos realizando análises comparativas de autores como Bourdieu (1989, p. 9) onde ele nos afirma que “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”, então podemos fazer uma analogia quando ele utiliza o termo de “estruturas estruturadas”, aqui considerado o CBMTO, e “estruturas estruturantes”, nesse caso as unidades (batalhões e companhias), que representam a corporação nas diferentes regiões do Estado. O símbolo do 2º BBM foi baseado no “modus

operandi” em que o batalhão tem sua principal atuação, que é a atuação prática na preservação ambiental, uma ligação com a realidade social já construída na região, tais como as práticas de queimadas para limpeza de área, entre outras que envolvem a queima de cobertura vegetal.

4.1 Atuação local e regional

Como já adiantamos em informações dadas nos capítulos anteriores, a atuação local e regional se iniciou em 1994. Agora, neste tópico, temos como objetivo descrever, acrescentando detalhes, dados retirados dos questionários respondidos por agentes que trabalhavam na época, bem como, apresentar documentos e imagens que trazem informações e auxiliam no registro dessa história.

Situando geograficamente, a cidade de Araguaína faz parte da bacia Rio Araguaia e divisa-se com vários municípios que são banhados por grandes rios como o Tocantins e Araguaia. No Plano Municipal de Água e Esgoto, no site oficial do município, encontramos a descrição detalhada dessa área:

O município de Araguaína está localizado ao norte do estado de Tocantins, na microrregião 'Araguaína'. Possui área de 4.000 km² e limita-se com os seguintes municípios: Aragominas, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau d'Arco, Piraquê, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, todos estes no próprio estado do Tocantins, e ainda com o município de Floresta do Araguaia, no estado do Pará, tendo o rio Araguaia como divisa de estados. (ARAGUAÍNA, 2013, p. 8).

A atuação do 2º BBM pode ser descrita através de um documento chamado Plano de Articulação das Unidades, publicado em Boletim Geral – BG²². Para este trabalho, destacamos as designações do BG de nº 220 de 13 de agosto de 2009. Antes de se tornar Batalhão, a 3ª CIA já atendia a seguinte circunscrição:

3º CIA BM (1º BBM) – Sede: Araguaína – TO
Sede Administrativa – Rua Adevaldo de Moraes Qd 12 Lotes 13 e 14, Araguaína – TO;
Circunscrição: 3ª CIA BM (1º BBM) municípios de Araguaína, Wanderlândia, Filadélfia, Babaçulândia, Campos Lindos, Tupiratins, Goiatins, Palmeirante, Barra do Ouro, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Aragominas, Xambioá, Carmolândia, Colinas do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Presidente

²² O Boletim Geral é o documento destinado a divulgar os despachos, as ordens e demais assuntos de interesse geral da Instituição, que devem ser de conhecimento do público interno.

Kennedy, Nova Olinda, Bandeirante do Tocantins, Bernardo Sayão, Arapoema, Pau D'arco, Araguatins, Araguaína, Darcinópolis, Piraquê, São Bento do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, São Miguel do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Axixá do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Esperantina, Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Itaguatins, Santa Terezinha do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Angico, Riachinho, Ananás, Luzinópolis, Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Juarina, Guaraí, Couto Magalhães, Itaporã do Tocantins, Colméia, Fortaleza do Tabocão, Pequizeiro e Goianorte. (CBMTO, 2009).

Logo, os atendimentos de acidentes de trânsito que aconteciam nos municípios acima citados e em rodovias de grande movimentação, como as rodovias federais BR-153 e BR-226 e as rodovias estaduais TO-222, TO-164 e TO-424 na região norte do Estado, eram todos direcionados à equipe de Araguaína. O atendimento dos bombeiros situados em Araguaína era estendido até a cidade de Guaraí, que fica a 195 Km de distância.

A dimensão geográfica de responsabilidade da corporação de Araguaína foi diminuída após a transformação da companhia em batalhão. Embora, administrativamente as unidades criadas (nas cidades de Colinas do Tocantins e Araguatins) são subordinadas ao 2º BBM e, portanto, a atuação regional continue diretamente ligada à cidade de Araguaína, o que se tem é que, com a implementação das novas unidades, Araguaína descentralizou a atuação regional e redistribuiu os atendimentos dividindo-os com as companhias recém-criadas.

No suplemento do Boletim Geral nº 1011 de 21 de fevereiro de 2018, através da Portaria nº 003/2018/SEGER, de 20 de fevereiro de 2018, podemos compreender todas as resoluções que remodelam essa estrutura:

Aprova o Plano de Articulação das Unidades Operacionais do CBMTO.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 4º, da Lei Complementar nº 45, de 3 de abril de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Articulação das Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Revogar a Portaria no 023/2014/SEGER, de 24 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[...]

1. SITUAÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, enquanto instituição autônoma, foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 015, de 27 de abril de 2005, sendo instalado em 3 de abril de 2006, com a vigência da Lei Complementar no 45/2006.

Até julho de 2014, o Corpo de Bombeiros contava com 1 (um) Batalhão Operacional, com sede em Palmas, havendo Companhias Destacadas na região sul da Capital (Taquaralto), em Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

Com o advento do Decreto nº 5.081, de 4 de julho de 2014, foram criadas novas Unidades Operacionais no âmbito da Corporação.

No ato foi instituído o 2º Batalhão de Bombeiro Militar – 2º BBM, com sede no município de Araguaína.

Foram criadas ainda, na estrutura deste Batalhão, Companhias nas cidades de Colinas e Araguatins.

[...]

3. ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO

Extrai-se da Lei de Organização Básica da Corporação:

Art. 20. Para efeito de emprego dos Batalhões de Bombeiro Militar, o Estado do Tocantins é dividido em áreas, obedecidas as características regionais, e atribuídas as atividades operacionais a cada uma das unidades responsáveis por âmbito de atuação.

§ 1º. Cada área de Batalhão de Bombeiro Militar é dividida em subáreas atribuídas às Companhias de Bombeiro Militar subordinadas;

§ 2º. As subáreas devem ser divididas em setores de responsabilidade de Pelotões ou Grupo de Bombeiro Militar.

§ 3º. Na Capital e nas maiores cidades do interior, as áreas de responsabilidade dos Batalhões de Bombeiro Militar podem ou não ser divididas ou, se assim recomendar a vivência local, são criados mecanismos de integração para realizar as atividades entre unidades operacionais distintas.

§ 4º. Os Comandos de Batalhões e os Comandos de Companhias e Pelotões devem ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 21. A organização e o efetivo de cada unidade operacional dão-se em função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de sua responsabilidade.

[...]

4.2 – 2º BBM

Sede Administrativa: Avenida Filadélfia, nº 3640, Setor Jardim Filadélfia, Araguaína – TO, CEP: 77813-470.

Área de atuação: Região Norte do Estado

Desdobramento:

1ª CIA/2º BM: Araguaína (Sede do 2º BBM)

1º PEL BM – Araguaína (Sede do 2º BBM)

2º PEL BM – Araguaína (Sede do 2º BBM)

3º PEL BM – Araguaína (SCI)

Circunscrição: Araguaína, Wanderlândia, Filadélfia, Babaçulândia, Araguanã, Goiatins, Campos Lindos, Darcinópolis, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Aragominas, Nova Olinda, Palmeirante, Barra do Ouro, Xambioá, Carmolândia, Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins.

2ª CIA/2º BM: Colinas.

1º PEL BM – Colinas (Sede da 2ª Cia)

2º PEL BM – Colinas (Sede da 2ª Cia)

Circunscrição: Colinas do Tocantins, Pau D'arco, Arapoema, Bernardo Sayão, Bandeirantes do Tocantins, Juarina, Couto de Magalhães, Brasilândia do Tocantins, Pequizeiro, Itaporã do Tocantins, Colméia, Goianorte, Presidente Kennedy, Guaraí, Tupiratins, Itacajá, Santa Maria do Tocantins, Recursolândia, Pedro Afonso, Tupirama, Itapiratins, Bom Jesus do Tocantins, Centenário e Fortaleza do Tabocão.

3ª CIA/2º BM: Araguatins.

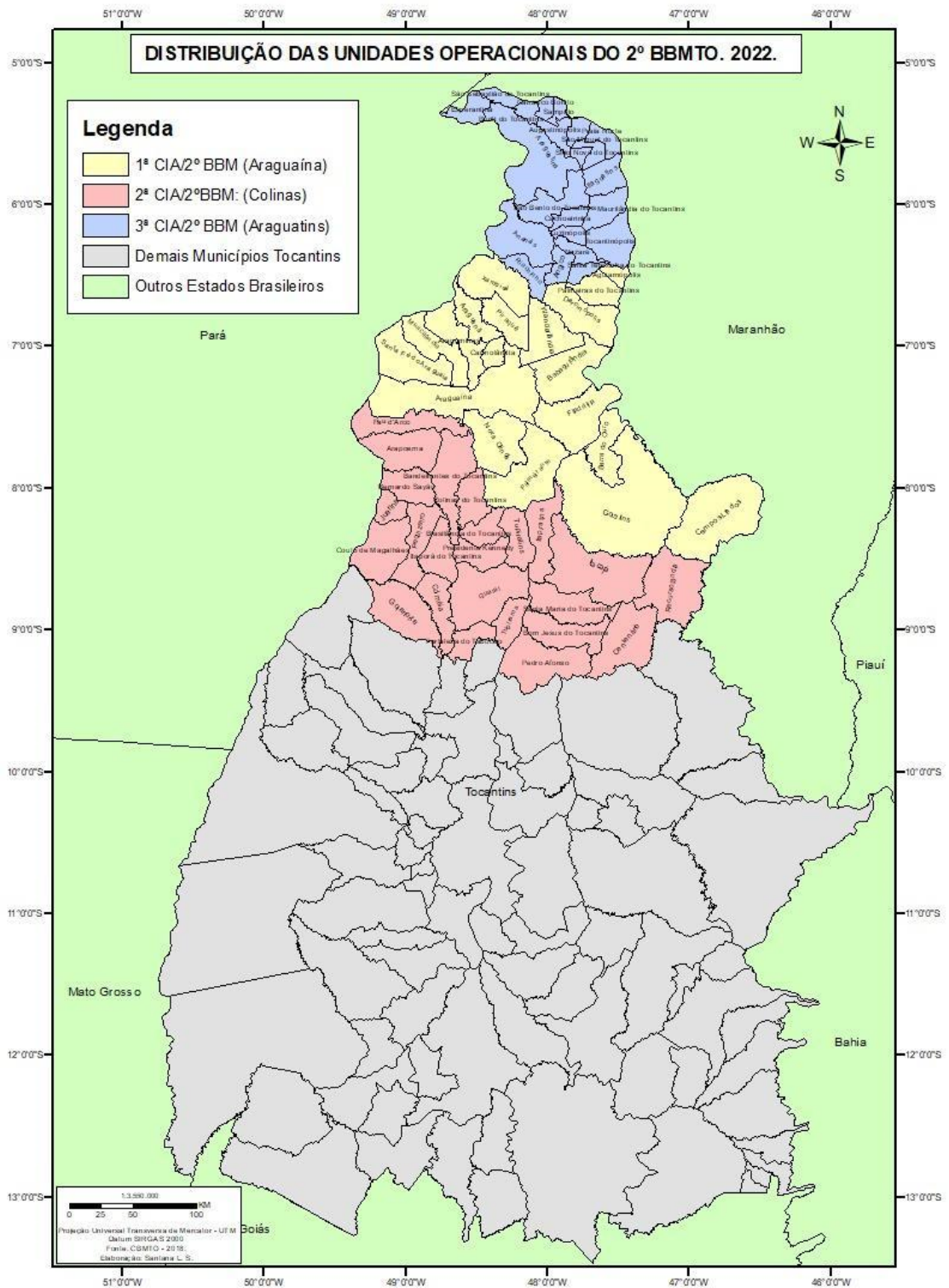
1º PEL BM – Araguatins (Sede da 3ª Cia)

2º PEL BM – Araguatins (Sede da 3ª Cia)

Circunscrição: Araguatins, Esperantina, Buriti do Tocantins, São Bento do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, São Miguel do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, Augustinópolis, Itaguatins, Axixá do Tocantins, Maurilândia do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Cachoerinha, Luzinópolis, Ananás, Riachinho, Angico, Nazaré, Santa Terezinha do Tocantins e Tocantinópolis. (CBMTO, 2018).

Essa redistribuição de área de atuação dada com as novas resoluções foi desenhada no mapa disposto na próxima figura, assim podemos conferir visualmente a dimensão da área de atuação do 2º BBM (Batalhão Ambiental) no Norte do Estado do Tocantins.

Mapa 02 – Mapa de atuação das unidades operacionais subordinadas ao 2º BBM



Fonte: Autor, 2021.

Após leitura das resoluções legislativas e a apreciação do mapa acima como referências, vemos que a territorialização do CBMTO, através do 2ºBBM, alcança 64

municípios da região norte tocantinense, ou seja, aproximadamente 46% dos municípios do estado são atendidos por um batalhão que construiu sua simbologia na região a partir do ano de 1994.

A região do 2ºBBM, não diferente do restante do Estado, tem uma série de fatores naturais e estruturais que influenciam na ampliação dos tipos de ocorrências atendidas. Uma das principais, são as queimadas, recorrendo às conclusões de Borges Sobrinho (2021) onde nos relata que

No Brasil, o Tocantins se destaca por seus fatores territoriais, climatológicos e geomorfológicos, e há mais de uma década ocupa o ranking nacional dentre as unidades federativas de maior índice de queima, principalmente com os incêndios Classe V. Vale destacar que mesmo sendo o penúltimo colocado em área territorial dentre as dez unidades de maior queima, hoje ocupa a quarta posição nacional. (BORGES SOBRINHO, 2021, p. 104).

No município de Araguaína possui uma considerável área de cobertura vegetal, lotes baldios e áreas diversas sem manutenção de limpeza. Nesses terrenos, a prática de queimadas para limpezas é uma antiga e persistente cultura da sociedade é o que nos confirma Borges Sobrinho (2021) que considera em seus escritos que “as queimadas são ações antrópicas de causa intencional, frutos da colonização europeia e comumente utilizadas no Brasil por diferentes motivações, que variam da modificação de uso do solo à delimitação espacial”, porém, na maioria das vezes, o fogo sai do controle causando os incêndios florestais e impactando de forma negativa o meio ambiente e, como consequência, causando prejuízos à saúde humana.

Através de palestras e movimentos de politização, o Estado tenta conscientizar acerca dos malefícios que vão desde a ocupação dos profissionais bombeiros (enquanto outras demandas, consideradas inevitáveis, deixam de ser atendidas) em uma atividade de combate ao perigo que poderia ser evitado até os grandes prejuízos ao meio ambiente provocados por tais práticas.

Dentro dessa atuação regional, ainda em razão dos rios que existem como riquezas naturais da região e de a área de atuação do 2º BBM ser localizada entre os dois grandes rios já mencionados aqui (o Araguaia e o Tocantins). Tais rios oferecem praias sazonais muito frequentadas pela população araguainense, dos municípios circunvizinhos, como também atrai turistas de outras regiões do Estado e de outros Estados, especialmente na época de veraneio que se concentra mais no mês de julho.

Essa cultura de veraneio gera uma grande demanda para os atendimentos regionais preventivos e operacionais (como, por exemplo, os afogamentos). Dessa forma, também na região de Araguaína, os bombeiros assumiram essa demanda e iniciaram esse atendimento, sendo escalados na temporada de praia para atuarem como guarda-vidas em pontos turísticos da região. Nesse período, os bombeiros atuam na educação preventiva e, principalmente, nas ocorrências de salvamento após descumprimentos das orientações de segurança ou diante das fatalidades inerentes à prática de lazer e travessia em rios com correnteza, profundidade etc.

As palavras de Silva (2016) reafirmam essas informações quando trazem as características do Estado do Tocantins que possui “vários rios caudalosos, dentre eles o rio Tocantins e o rio Araguaia, com uma grande quantidade de afluentes” o que proporciona uma atração turística quando somados “aos lagos, lagoas, córregos, riachos, cachoeiras, represas e piscinas, onde são realizados inúmeros eventos aquáticos” (SILVA, 2016, p. 5), o que é potencializado no mês de julho.

Em 2015, o serviço de guarda-vidas nas praias deixou de ser exclusivo dos Bombeiros Militares para ser exercido, também, por guarda-vidas civis contratados pelo município. Conforme a Portaria nº 015/2015/SEGER do dia 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.390, p. 4, que “estabelece diretrizes sobre a Capacitação de Guarda-Vidas Civis para atuação na temporada de praias sob coordenação do CBMTO”, sendo assim, define que os referidos guarda-vidas civis “devem ser capacitados em curso elaborado e executado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, considerado como requisito essencial para o emprego junto aos Bombeiros Militares nas praias atendidas pela corporação” (CBMTO, 2015).

Além da atuação operacional, o CBMTO também trabalha na formação de brigadistas de diversas frentes, ministra treinamentos para órgão públicos e para comunidades tradicionais. Dentre os treinamentos, citamos a capacitação ministrada em 2020 para quilombolas e assentamentos nas comunidades que fazem parte da regional do 2º BBM.

Imagem 09 - Militar do CBMTO ministrando conteúdo prático de incêndio florestal para moradores do quilombo Grotão, nesta imagem é a preparação de aceiros.



Fonte: 2º BBM, 2020.

Na ocasião, foram ministrados conteúdos como preparação do aceiro²³, realização de contrafogo, utilização Equipamento de Proteção Individual – EPI, utilização de equipamentos efetivos como abafador²⁴, moto-soprador²⁵ e bomba costal²⁶ para instruir os membros das comunidades a atuarem em incêndios florestais nas proximidades em que vivem. Graças a uma parceria entre o Ministério do Trabalho e o 2º BBM, através da Associação dos Bombeiros Militares de Araguaína – ABMA, o treinamento fomentou as comunidades para o conhecimento e preparo para o combate a incêndio florestal.

²³ Aceiro é o desbaste em uma faixa de aproximadamente 4 metros de largura nas fronteiras dos terrenos que possuem plantações e florestas, serve para que o fogo não ultrapasse a área a ser preservada.

²⁴ Equipamento com um cabo de madeira com no mínimo 1,50m, com uma lâmina de borracha flexível resistente a chama na extremidade que possui uma medida de 40cm de comprimento por 30cm de largura.

²⁵ Equipamento que gera uma coluna de vento para afastar folhas secas da parte que ainda queima.

²⁶ Equipamento tipo mochila que tem capacidade para carregar 20 litros de água e que possui um pistão com um esguicho para jogar água.

4.2 Recorte e análise: dados e estatísticas da atuação do CBM em Araguaína

4.2.1 Do SIOCB

Em 14 de fevereiro de 2019 foi implantado nas centrais de atendimentos dos bombeiros militares o SIOCB, uma importante ferramenta digital que substituiu o papel quanto ao preenchimento de dados das ocorrências diárias. Esse instrumento digital foi um dos dispositivos que utilizamos para a coleta de dados²⁷ que nos embasaram nessa construção. Os dados foram coletados com autorização e ciência do comando, através do acesso com login e senha do autor em razão da sua condição de servidor do CBMTO.

A coleta foi realizada a partir da síntese de informações já dispostas na intranet²⁸ que se referem aos anos 2018 e 2019 e em um banco de dados alimentado pelos militares de cada unidade, onde os encarregados de alimentar o sistema, coletavam os dados de formulário de papel, preenchidos pelos que atenderam a ocorrência, e os transferiam para o banco de dados contido na intranet. Os dados de ocorrências dos anos 2020 e 2021 já se encontram todos registrados diretamente no SIOCB, possibilitando o preenchimento da ocorrência *in loco*, um significativo avanço tecnológico e funcional.

O sistema de dados contempla quatro principais áreas de atuação, a saber, Atendimento Pré-Hospitalar, Atividades Preventivas, Busca e Salvamento, Incêndios e eventos com Produtos Perigosos. Verifica-se a partir dessa informação, que o Corpo de Bombeiro Militar atua muito além do combate a incêndios – ao contrário do que é propagado pelo senso comum.

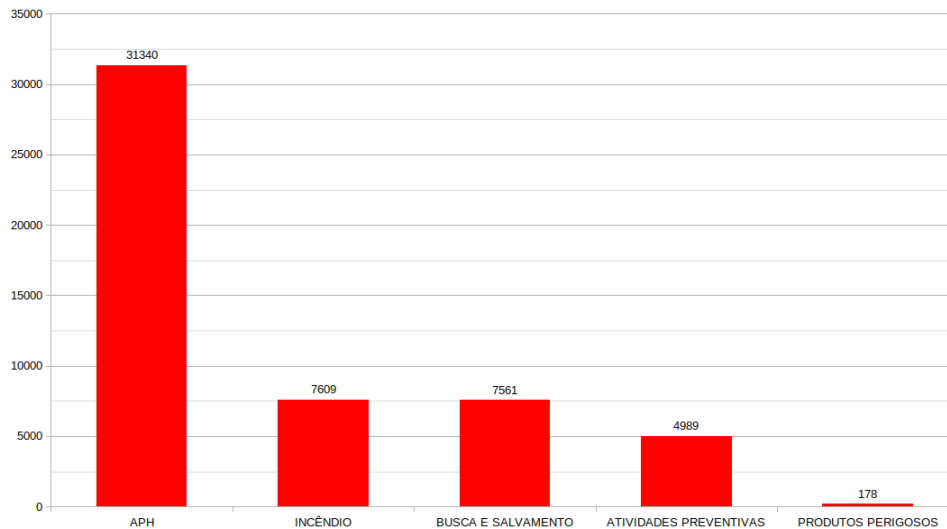
Embora nosso foco seja afunilar esse trabalho para um olhar da atuação dos bombeiros militares na cidade de Araguaína, consideramos válido expor um pouco do que coletamos no percurso até chegar aos dados específicos da cidade em recorte. Assim, registramos que, para nossas análises, coletamos dados do período entre o mês de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, período no qual foram atendidas um total de 51.677 ocorrências em todo o Estado do Tocantins, sendo que a área de

²⁷ Coleta de dados formalmente autorizada pela Diretoria de Ensino e Pesquisa do CBMTO.

²⁸ Rede interna de comunicação de computadores, com limites internos de uma instituição, na qual são utilizados os mesmos programas e protocolos de comunicação empregados na Internet.

predominância em número de ocorrências foi a de APH, correspondendo à 60,65% dos atendimentos. Para uma visualização mais efetiva, recorremos ao gráfico 01:

Gráfico 01: Ocorrências atendidas no estado do Tocantins, de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2021.



Fonte: Autor, 2021.

Destacamos que, no decorrer da coleta de dados, houve uma atualização do SIOCB no ano de 2020, com acréscimo de algumas funções. Dentre as atualizações, implantou-se o registro para a ocorrência identificada como Defesa Civil. Apesar de ser uma atividade-fim do CBMTO, não era descrita efetivamente como ocorrência, sendo apenas uma atuação e função característica registrada em outros documentos. Verificamos que, a partir de então, nos anos 2020 e 2021 foram registrados 1.331 atendimentos do tipo, conforme dados coletados.

Outra atuação do CBMTO de relevante importância é a de vistorias para regulamentar estruturas que precisam de um projeto contra incêndio e pânico. Desses registros, no mesmo período selecionado para nossas coletas, verificamos que foram realizadas 22.558 vistorias em todo o Estado do Tocantins.

Somando todas as atuações nos diversos tipos citados, apuramos um total de 75.566 atendimentos nos quatro anos (2018, 2019, 2020 e 2021), com uma média simples de pouco mais de 18.800 (dezoito mil e oitocentos) atendimentos por ano, o que nos traz a dimensão da atuação e desenvolvimento das atividades da corporação no Estado.

No item 4.2.1, foram apresentados dados quantitativos e qualitativos de ocorrências e, agora, utilizando filtros do sistema foram separadas apenas as ocorrências atendidas no município de Araguaína.

Para processar os dados, foi utilizado o programa *Libreoffice Calc*, onde foram elaboradas planilhas alimentadas com os dados coletados e, posteriormente, gerado gráfico para uma melhor análise.

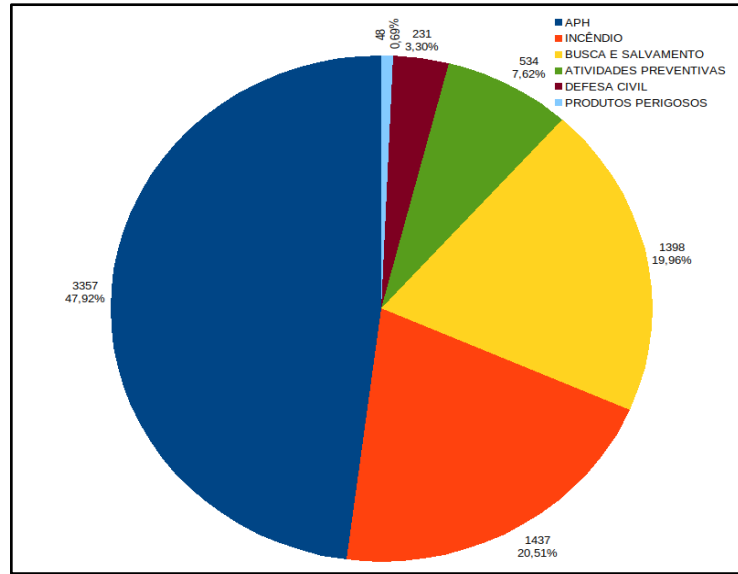
4.2.1.1 Análise de dados sobre quantidade e tipos de ocorrências atendidas em Araguaína

Coletar esses dados é uma oportunidade de transmitir aos leitores a dimensão que é a atuação dos bombeiros militares, pois de forma geral, a sociedade tem uma visão limitada de que o agente aqui explanado esteja apto e disponível apenas para atendimentos relacionados a incêndios e pessoas acidentadas.

Valendo-nos dos dados coletados no Sistema de Operações do CBMTO – SIOCB que divide as ocorrências em 04 (quatro) áreas de atuações, assim nomeadas: Atendimento Pré-Hospitalar, Busca e Salvamento, Incêndios e eventos com Produtos Perigosos, observados o período entre o mês de janeiro de 2018 a dezembro de 2021 para realizar essa pesquisa acerca dos atendimentos em Araguaína.

Dentro do período citado, foram atendidas um total de 7.005 (sete mil e cinco) ocorrências, com a predominância do APH (3.357 ocorrências) nos números de registros, ou seja, em torno de 48%. Conferimos no gráfico abaixo:

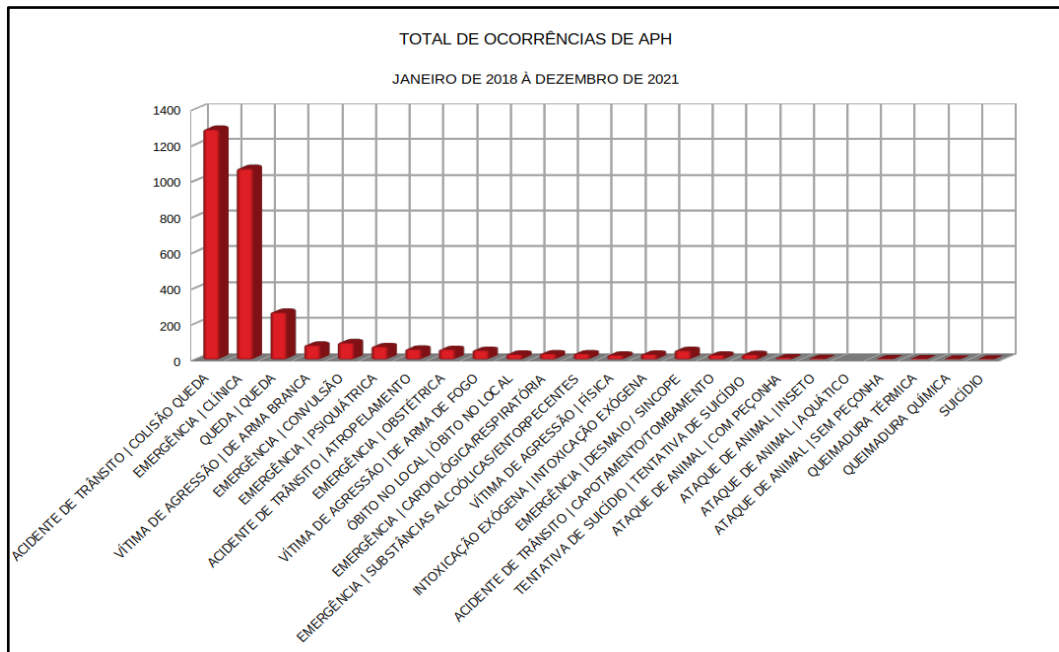
Gráfico 02: Ocorrências atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com uma porcentagem de 47,92%, o APH é o primeiro no ranking de atendimentos efetivados pelos bombeiros. E, como dentro da área de APH existem outras pequenas áreas, pensamos ser válido o desdobramento dessas informações com o gráfico abaixo que expõe os tipos de APH mais atendidas.

Gráfico 03: Ocorrências da área de atuação APH atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021



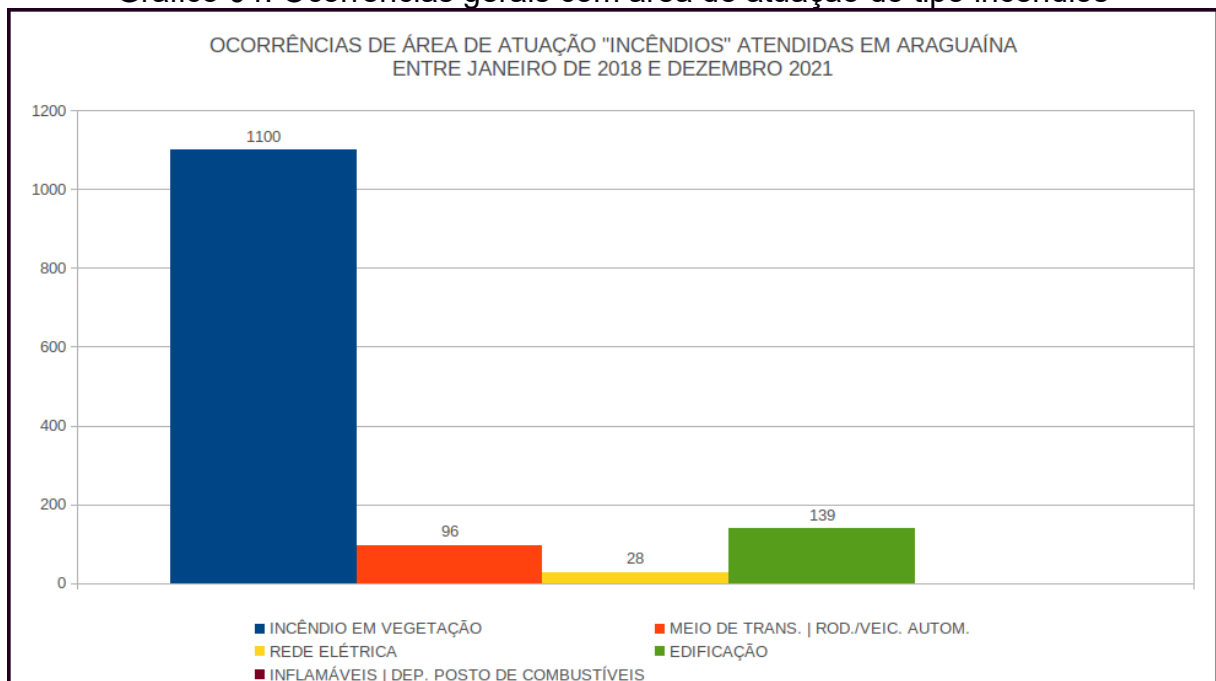
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados mostram uma predominância de acidentes de trânsito que foram 1360 e emergências clínicas com 1068 atendimentos. Um dos fatores que causam a grande quantidade de ocorrências do tipo APH são os acidentes envolvendo motocicletas e motonetas. Tal fator pode ser associado à grande quantidade desses tipos de veículos automotores que, segundo relatório gerado no site eletrônico do IBGE, do ano de 2021, compreende um total de 61094 somando-se veículos do tipo motocicleta²⁹ e motoneta³⁰.

Ainda com olhos no gráfico 02, vemos que os números de 20,51%, ou seja, 1.437 ocorrências, do item incêndios comprovam a constância dessa demanda para os servidores do CBMTO, bem como, a já mencionada necessidade de uma conscientização da população acerca dos malefícios dessa prática para os humanos e para o meio ambiente de um modo geral.

Após a visão geral dos tipos de ocorrências expostas no gráfico 02, sintetizamos dados de ocorrências no município de Araguaína para compor um gráfico dentro da área de atuação “incêndios”, dividindo as naturezas de incêndio em edificações e incêndios em vegetações. Vejamos:

Gráfico 04: Ocorrências gerais com área de atuação do tipo incêndios



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

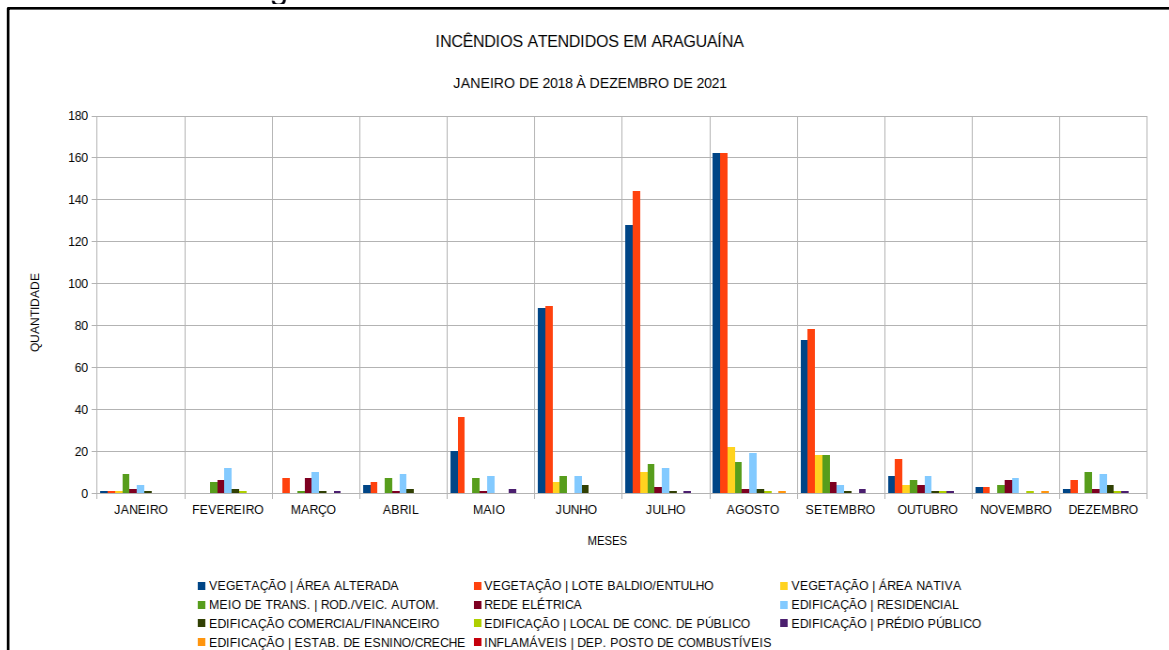
²⁹ Veículo automotor de duas em que o condutor dirige na posição montada.

³⁰ Veículo automotor de duas em que o condutor dirige na posição sentada.

Portanto, observamos que entre janeiro de 2018 e dezembro de 2022 o registro de chamadas de incêndios de natureza vegetação alcançou um número total de 1100 ocorrências, ou seja, uma média de 275 ocorrências por ano. As edificações alcançaram um segundo lugar nos números de ocorrências observados nesse período, somando um total de 139 ocorrências distribuídas nesses 4 (quatro anos) analisados.

Outro dado importante é a variedade de tipos de incêndios existentes nas demandas de ocorrências. Dentro da categoria “Incêndios” podemos relatar, pelo menos, 11 (onze) tipos que se distinguem de acordo com o ambiente, os materiais envolvidos, o combate a ser utilizado etc. Na próxima exposição, subdividimos a categoria “Incêndios” em períodos mensais, para compreendermos em quais tipos se encaixa cada ocorrência atendida dentro desse item e vemos, portanto, que a quantidade de ocorrências em cobertura vegetal durante o período de estiagem é a maioria, o que se comprova com os dados do gráfico abaixo:

Gráfico 05: Ocorrências detalhadas da área de atuação INCÊNDIO atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Podemos constatar pelos dados do gráfico acima que a maior demanda entre os meses de maio e setembro foram as ocorrências que envolveram incêndios em coberturas vegetais, que são elas “Vegetação/Lote baldio e Vegetação/Área alterada”.

O tipo de ocorrência em “Área alterada” é separada pelo sistema na hora do registro em razão de se configurar aquele atendimento a incêndios em áreas que tiveram sua vegetação natural modificada pelo homem, podemos ter como exemplos, pastagens e plantações para cultivo na agricultura, geralmente em áreas que tenham uma extensão acima de 500m² e na zona rural. As ocorrências em “lote baldio”, sempre na zona urbana e caracterizada por ter limites com construções.

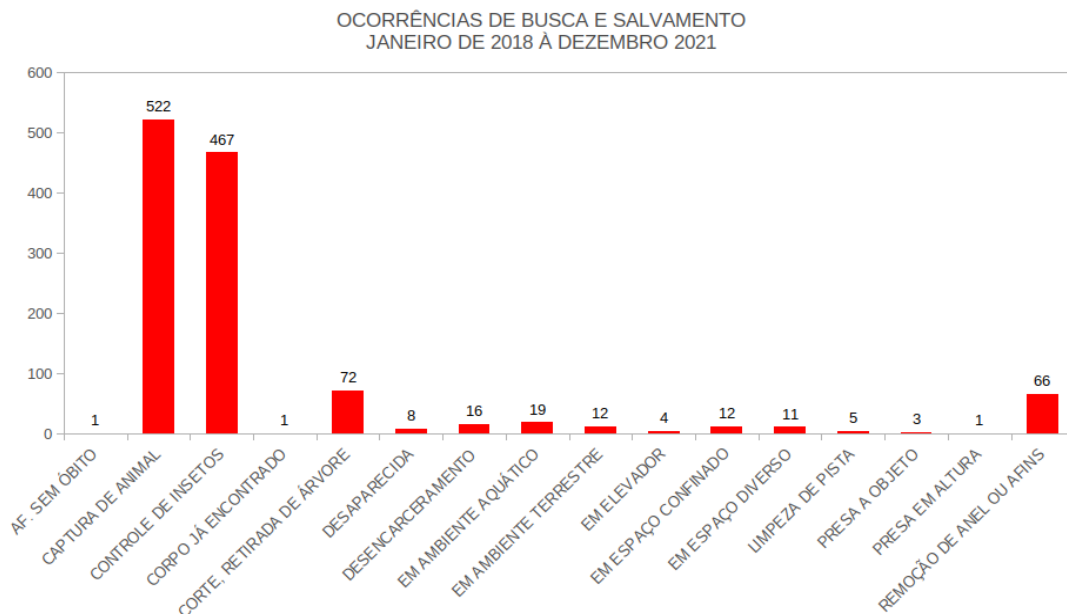
Imagem 10 - Militares e Brigadistas atuando em incêndio em área alterada



Fonte: Acervo do 2º BBM, 2020.

Outra área de atuação que mais tem atendimentos é a de Busca e Salvamento. Vejamos o gráfico e, logo em seguida, o comentário.

Gráfico 06: Ocorrências da área de atuação SALVAMENTO atendidas em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dentro dessa categoria temos uma lista de tipos de busca e salvamentos possíveis que, no sistema de registro eletrônico, são levadas em consideração os seres envolvidos, o meio ambiente, o trabalho executado etc.

O gráfico que detalha os tipos de busca e salvamento e, também, a quantidade de atendimentos a cada um deles no período que recortamos para análise.

Com base nos estudos desse gráfico, vemos que a captura de animais é bem comum na corporação, chegando a uma média de 130,5 capturas por ano. Em relação ao controle de insetos que ocupa a segunda posição no volume de demandas teve uma média de 116,75 ocorrências atendidas, sendo elas especialmente com marimbondos e abelhas.

Imagem 11: Registro fotográfico de algumas ocorrências de Busca e Salvamento

Foto 1: Tucano com bico amputado capturado por Bombeiros em Colinas do Tocantins em 23/04/2020



Foto 2: Bombeiros quebram calçada e entram em bueiro para resgatar filhote de gato no Jardim das Flores, Araguaína, 26/12/2017



Foto 3: Bombeiros militares atendem moradores atacados por abelhas, Araguaína.



Foto 4: retirada de anel (Araguaína)



Foto 5: Criança de 3 anos é resgatada após cair em fossa, Araguaína, 02/04/2022



Foto 6: Desencarceramento veicular



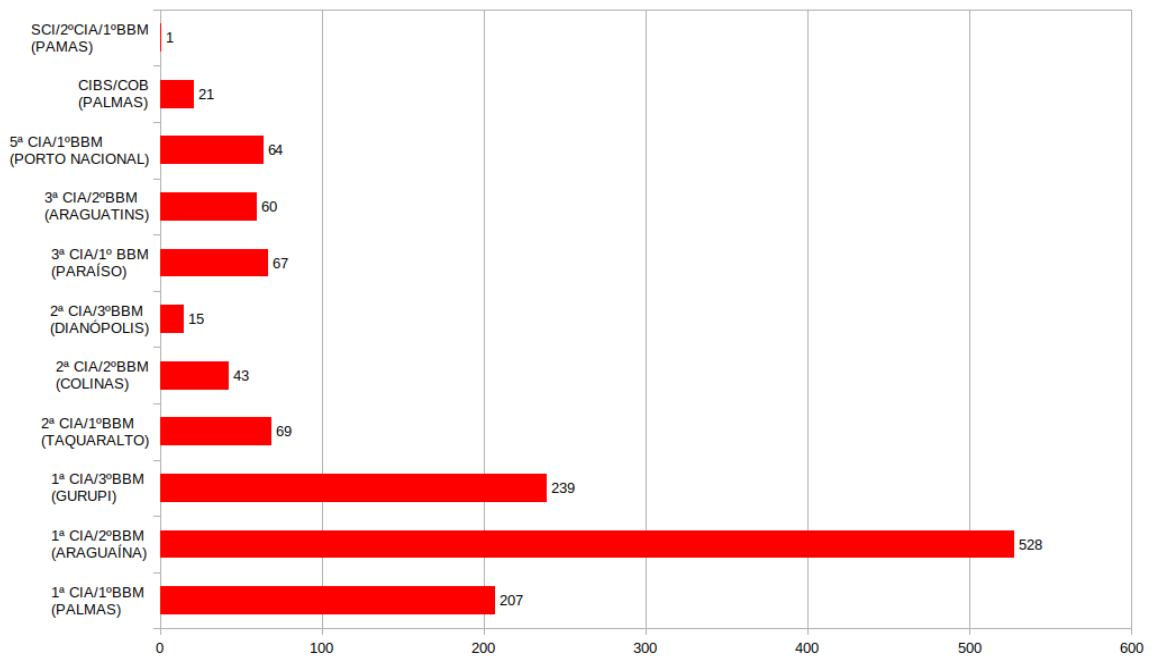
Fonte: Acervo CBMTO, 2021.

Comprovamos que a agitação do dia a dia nos torna automáticos e irreflexivos, haja vista que, embora já faça parte da corporação (como servidor efetivo) e tenha atuado diariamente nos atendimentos em variados tipos de ocorrências, somente na oportunidade de um trabalho de pesquisa como esta dissertação é que surgiram

algumas inquietações/observações/reflexões. O pesquisador instigou, de forma significativa, o servidor e, durante a coleta de dados no CIOCB, percebemos que dois tipos de ocorrências podem somar/justificar/sustentar a denominação de “Batalhão Ambiental” para o 2º BBM.

Assim, o que no cotidiano passa sem maiores argumentos ou reflexões, é possível ser aprofundado e embasado na ocasião de uma pesquisa científica. Vimos em trechos anteriores e vemos nos gráficos que seguem que as demandas com vegetações, insetos e animais prevalecem no topo das ocorrências o que corrobora para uma característica específica da região de atendimento desse batalhão.

Gráfico 07 – Ocorrências de Controle insetos em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021

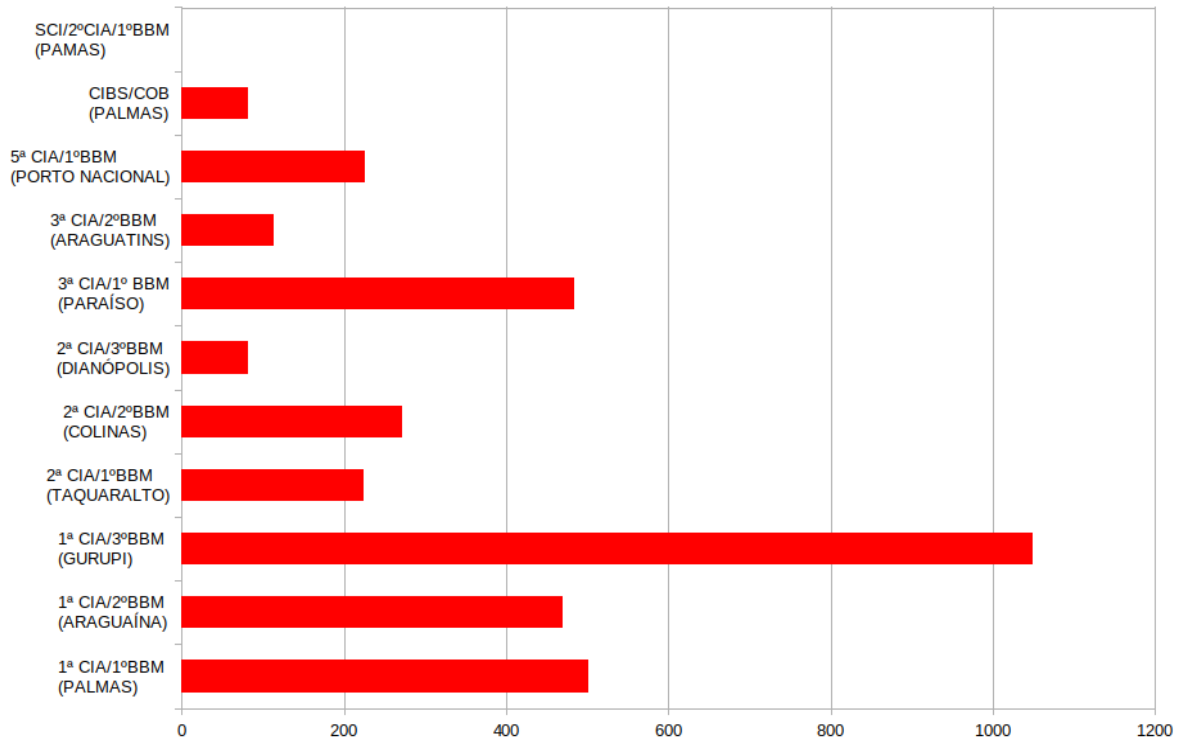


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Contabilizamos aqui então, que de um total de 1314 ocorrências atendidas em todo o estado do Tocantins, no período citado envolvendo controle de insetos, em uma grande maioria envolvem abelhas, 528 foram atendidas pela unidade do CBMTO sediada em Araguaína, ou seja em torno de 40% desses atendimentos, sempre tentando priorizando a integridade dos insetos em parceria com apicultores, foram resgatados para serem soltos na natureza, pois estavam em processo de migração ou já tinham formado colmeia, porém colocava em risco a vida de pessoas.

Outro tipo de atendimento que é feito pelo Batalhão Ambiental, é a captura de animais, sendo que a maioria são animais silvestres que estão no perímetro urbano. Abaixo segue o gráfico para análise.

Gráfico 08 – Ocorrências de Controle de Captura de Animal em Araguaína de Janeiro de 2018 à Dezembro de 2021



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na análise dos gráficos acima, podemos perceber o quanto se é justificável a corporação estar presente na região de Araguaína, da mesma forma, talvez não pensada quando o batalhão foi intitulado Batalhão “Ambiental”, percebe-se que a maioria das não são exclusivas de incêndios florestais, mas também preservação fauna. O que se expressa nesses dados, são que, além de atuar prestando serviços que envolvam a saúde humana, garantindo a cidadania e prática dos direitos humanos, o 2ºBBM também atua como um protetor do meio ambiente na região norte tocantinense.

4.2.2 Do Questionário

Outra parte dos dados que analisamos foram os coletados em um formulário estruturado, conforme explanado no item 4.1. Através de um questionário aberto,

utilizando uma ferramenta chamada *Google Forms*, geramos um link de acesso que ficou disponibilizado até o dia 30 de janeiro de 2022. O link com a solicitação prévia de participação foi enviado para 26 (vinte e seis) bombeiros militares que ingressaram até a data de criação do CBMTO e/ou que atuavam na cidade de Araguaína desde o ano de 1994. Na análise dos dados, podemos ver a identidade criada por cada militar diante da desterritorialização, pois uma quantidade significativa dos que hoje são Bombeiros Militares faziam parte da PMTO. Obtivemos 22 (vinte e dois) questionários respondidos, ou seja, em torno de 85% dos entrevistados.

4.2.2.1 Postos e graduações dos entrevistados

A primeira pergunta realizada no questionário foi relacionada à graduação em que se situa, no momento, o militar entrevistado. Pois conforme a Lei Estadual 2578 de 20 de abril 2012, que dispõe sobre o estatuto dos militares tocantinenses, a hierarquia é uma base institucional das corporações militares. Sendo assim pesquisamos sobre a quantidade de respectivos postos³¹ e graduações³² em que o militar entrevistado estava para um melhor tratamento formal e, também, visualizar a sua progressão funcional durante esses anos de CBMTO.

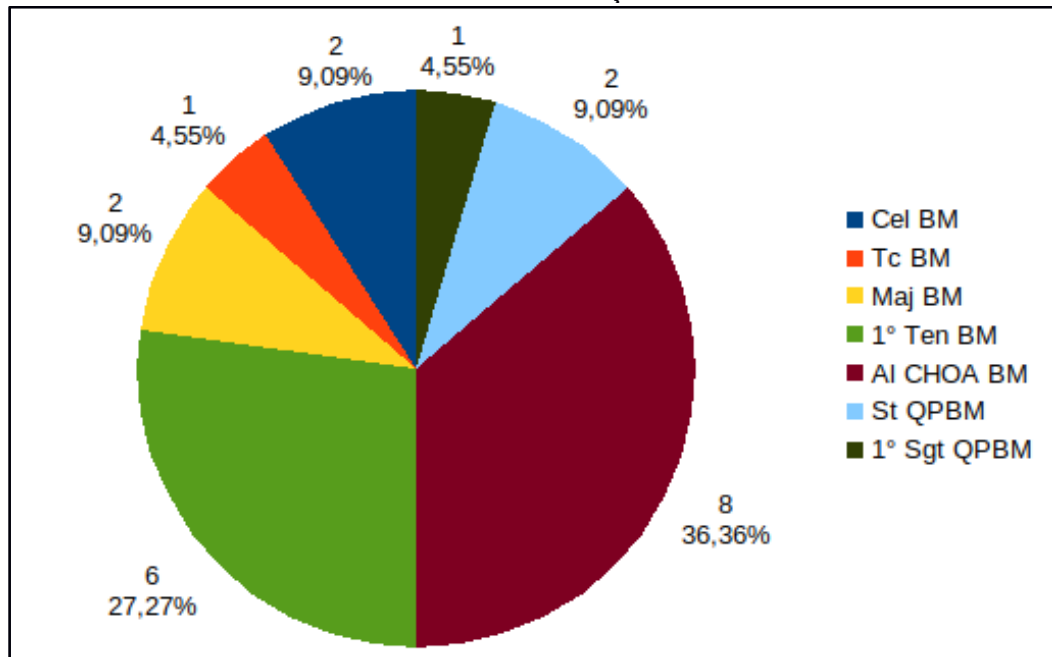
Em razão da resposta ao questionário ter coincidido com o andamento do Curso de Habilitação de Oficiais da Administração (CHOA), para essa resposta, muitos responderam como Alunos do CHOA, tendo sua definição de graduação como Al CHOA³³. Entretanto, ressaltamos que essa definição de posto/graduação é temporária, pois caso não tenham aproveitamento suficiente no curso, retornarão à graduação de Subtenente, caso contrário, serão promovidos com ato do Chefe do Executivo Estadual com a graduação de 2º Tenente.

³¹ Parágrafo primeiro do Art. 14 da Lei Estadual 2578 define que Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Chefe do Poder Executivo.

³² Parágrafo segundo do Art. 14 da Lei Estadual 2578 define que Graduação é o grau hierárquico do praça, conferido por ato do Comandante-Geral da Corporação.

³³ Aluno do Curso de Habilitação de Oficial da Administração, são militares que possuem no mínimo 17 anos de efetivo serviço entre outros critérios definidos na lei estadual de nº 2665 de 18 de dezembro de 2012.

Gráfico 09 – Graduação/Posto



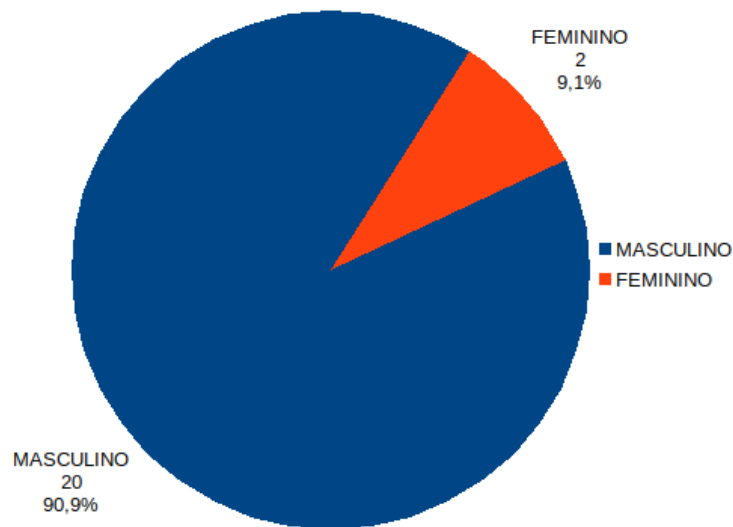
Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Neste primeiro gráfico demonstramos os dados sobre as graduações dos entrevistados para termos uma melhor compreensão sobre as funções exercidas no CBMTO e sobre sua atuação na região de Araguaína. Sendo assim, após o processamento dos dados, concluímos que responderam o questionário 02 Coronéis, 01 Tenente Coronel, 02 Majores, 06 1° Tenentes, 08 Al CHOA, 02 Subtenentes e 01 1° Sargento.

4.2.2.2 Sobre o sexo do(a) militar

Pensamos que fatores como o reflexo da interpretação sobre a capacidade da atividade-fim operacional do bombeiro militar e, conseqüentemente, a definição legal da limitação de 10% das vagas em concurso público para ingresso de mulheres na corporação sejam os somatórios para termos, nesse recorte de entrevistados, apenas duas mulheres militares.

Gráfico 10 – Sexo



Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

A legalidade para as corporações militares no Estado do Tocantins que permite a oferta de 10% das vagas para pessoas do sexo feminino está prevista no Art. 10, § 10 da Lei Estadual de nº 125 de 31 de janeiro de 1990 que “Dispõe sobre os direitos e obrigações dos policiais militares tocantinenses, e estabelece outras providências” (TOCANTINS, 1990). Especificando, o texto do parágrafo décimo assim sintetiza: “as vagas para ingresso na Corporação, destinadas ao sexo feminino, são limitadas a 10% do total disponibilizado no concurso público”.

Este artigo foi mantido em todas as outras leis estaduais que tratam sobre a fundamentação legal dos direitos e obrigações dos militares tocantinenses, sendo bombeiro ou policial, e estabelecer outras providências, sendo a mais atual, a Lei Estadual 2.578 de 20 de Abril de 2012, que revogou todas anteriores, porém mantendo a condição de 10% das vagas ofertadas em concurso público para pessoas do sexo feminino.

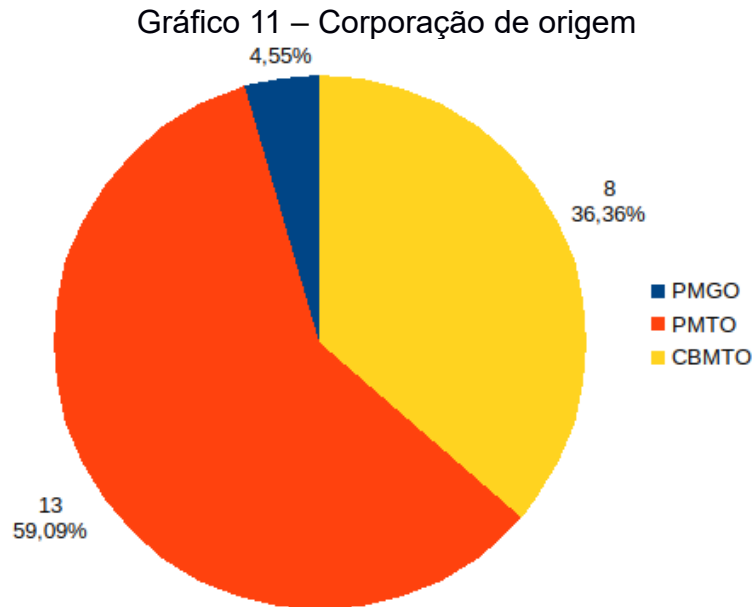
4.2.2.3 Sobre a corporação de origem e forma de ingresso

Na continuidade do questionário, houve 03 (três) perguntas que serviram para consolidar uma mesma espécie de dados. Primeiro a “Corporação de Origem”, que foi respondida de forma subjetiva, teve a intenção de identificar os militares que trabalharam na região de Araguaína antes da criação do Estado do Tocantins, ou seja,

já faziam parte da PMGO. A segunda foi a “Forma de ingresso no CBMTO” com três opções para resposta (CFO, Transferência de outro Estado/instituição militar e CFSD).

A intenção é que, caso a questão Transferência de outro Estado/instituição militar fosse positiva, o questionado deveria especificar de qual Estado e de qual corporação foi transferido para a CBMTO, considerando o ingresso antes de 2006, ano da criação do CBMTO.

Essas perguntas foram realizadas no intuito de traçarmos um registro da formação de identidade própria, tal qual, compreender através dos dados a herança de cultura e ensinamentos de outras instituições, das quais concluímos que as principais são da PMTO e PMGO.



Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Finalizando a análise, detectamos que, entre os que responderam, apenas 01 (um) veio da PMGO, ou seja, ingressou na PM goiana antes da criação do Estado do Tocantins.

Podemos ter uma estimativa do quanto a cultura Policial Militar é presente na corporação CBMTO verificando que a formação de mais de 50% dos entrevistados é oriunda do território policial. A boa adaptação no CBMTO dos servidores vindos da PMTO pode ser relacionada à continuidade do pertencimento ao mesmo sistema: o

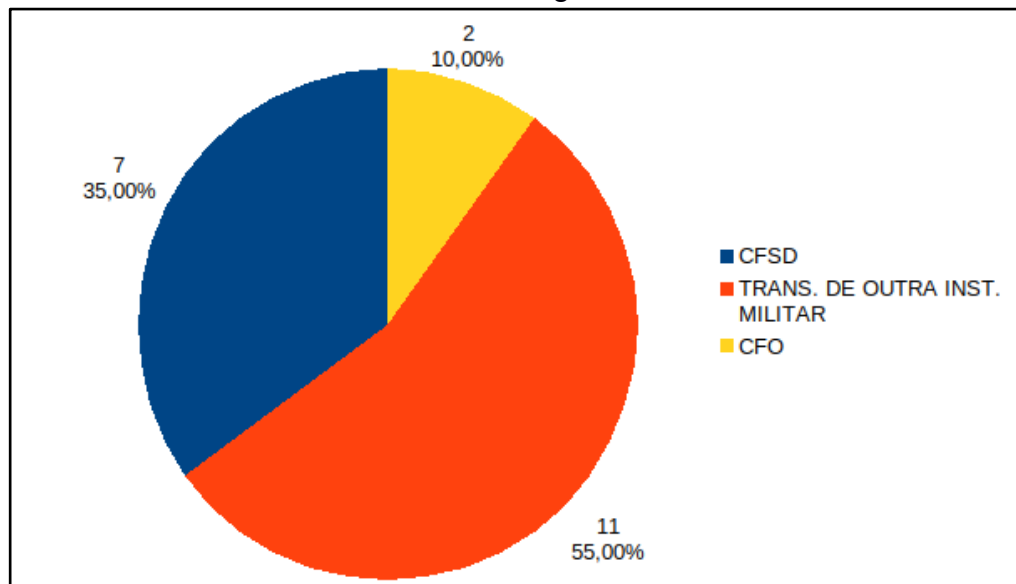
militarismo. Assim vamos ao encontro da ideia de GUATTARI e ROLNIK (1986) *apud* Haesbaert (2004, p. 121) e podemos, então, considerar aqui o militarismo como um território em que os agentes em destaque sentem familiaridade, afinal,

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI e ROLNIK *apud* HAESBAERT 2004, p. 121).

Embora em outro momento estavam como Policial, mas Militar, pensamos a linha de uma des(re)territorialização pela qual perpassaram desterritorializando-se das suas antigas funções simbólicas e funcionais da atividade policial para se (re)territolizarem construindo novas posturas, agora tendo como atividade-fim Bombeiro, mesmo que dentro desse território macro que é o militarismo.

Na sequência, temos o gráfico que revela a forma de ingresso no CBMTO.

Gráfico 12: Forma de ingresso no CBMTO



Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

As respostas CFSD e CFO já são consideradas como formação na própria instituição, ou seja, por mais que o militar estivesse nas fileiras da PMTO, a formação inicial foi a de Bombeiros Militar.

No próximo quadro, como é possível de acontecer em qualquer campo de pesquisa, tivemos aqui também um pequeno desproveito dessa parte do instrumento

de coleta de dados. Algumas respostas que colhemos não foram de acordo com a pergunta. Confrontando com o questionário geral, concluímos que esse desencontro de seu em razão de existirem militares que ingressaram antes da divisão do estado, ou seja, faziam parte da PMGO. Para registro, apresentaremos algumas respostas:

Quadro 02 – Respostas ao questionário

ITEM	10 – No caso de a resposta anterior ter sido “TRANSFERÊNCIA DE OUTRO ESTADO/INSTITUIÇÃO MILITAR”, especifique abaixo.
01	Eu fazia da polícia militar/TO, e fui transferido a pedido para o corpo de bombeiros
02	Polícia militar TO
03	Pm
04	Da PM para BM
06	PM – TO
07	Pm
08	Não
09	Da PMTO para CBMTO
10	PMTO
11	Ao término do cfsd já apresentamos na então 3 cia bm
12	PMTO
13	PMTO

Fonte: Dados coletados dos questionário respondidos, 2021.

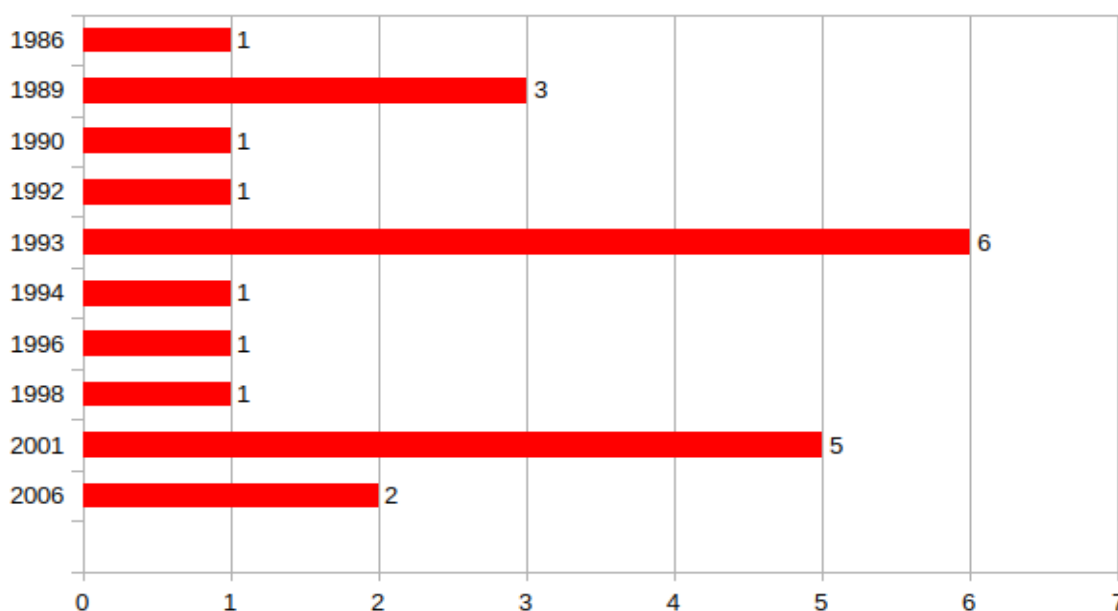
Podemos perceber que, dos 22 questionários respondidos, 09 (nove) militares não colocaram resposta, a justificativa é que a resposta da pergunta anterior era condição para resposta da questão 10.

A intenção da questão foi verificar se veio de outra corporação/Estado para obtermos um melhor entendimento sobre, por exemplo, quantos ingressaram sem concurso público (situação ocorrida no início do Estado que abriu essa brecha para militares já formados e que faziam parte das fileiras de outra corporação).

4.2.2.4 Ano de admissão e situação funcional atual

Nos dados dos próximos gráficos, foram analisados, os anos de ingresso na instituição de origem, ou seja, tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros, como também, a situação funcional atual do militar.

Gráfico 13: Ano de início no serviço militar

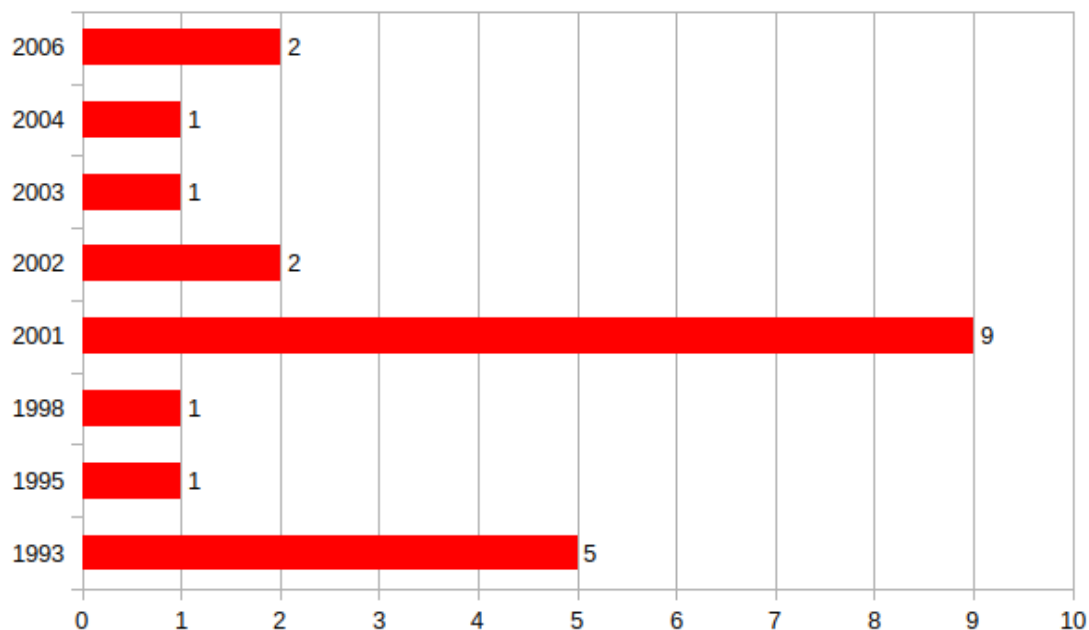


Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Com esses dados podemos analisar quantos, dentre os entrevistados, ainda trabalharam na época em que os equipamentos eram mais escassos e podem afirmar se a separação da PMTO foi benéfica. Sendo que foi feita uma pergunta específica que serão mostrados os resultados nas próximas páginas.

No próximo gráfico o intuito foi analisar as formas de ingresso para podermos identificar quando os policiais militares já com sua formação, iniciaram a carreira de bombeiro militar.

Gráfico 14: Ano de início no serviço como Bombeiro Militar

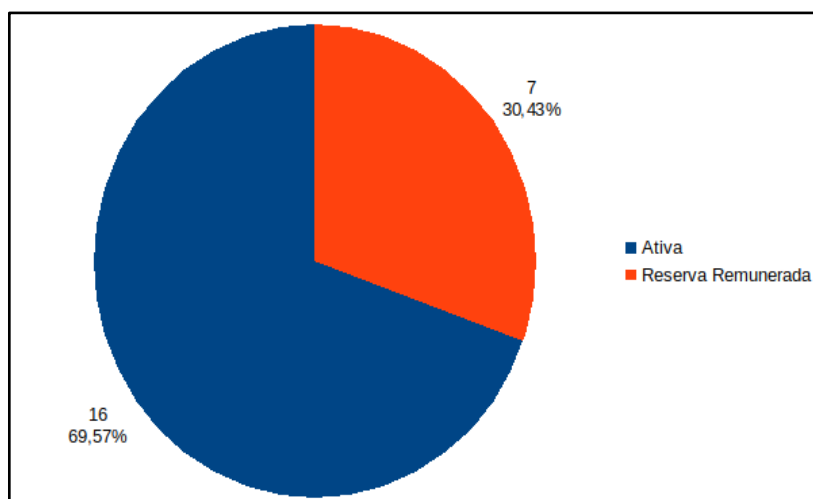


Fonte: Dados coletados dos questionário respondidos, 2021.

Analisando o gráfico acima, podemos ver a diferença do que mudou a partir de 2001. Nesse ano, alguns militares realizaram o CAB para ingressar no serviço de bombeiro militar. Antes, mesmo os primeiros bombeiros sendo parte da PM, a atividade-fim tinha seu diferencial, o que justifica toda a demanda de mudanças, de treinamentos e administração diferenciada que se intensifica a partir dessa fase.

Após analisar o ano de admissão e a forma de ingresso, podemos fechar tal análise com os dados que nos mostram a atual situação funcional dos entrevistados.

Gráfico 15 – Situação Funcional



Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

No gráfico acima, vimos que 30,43% dos militares “pioneiros” já se aposentaram, dentro dos termos militares a aposentadoria é chamada de “Reserva Remunerada – RR”.

4.2.2.5 Levantamento de cursos realizados pelos questionados

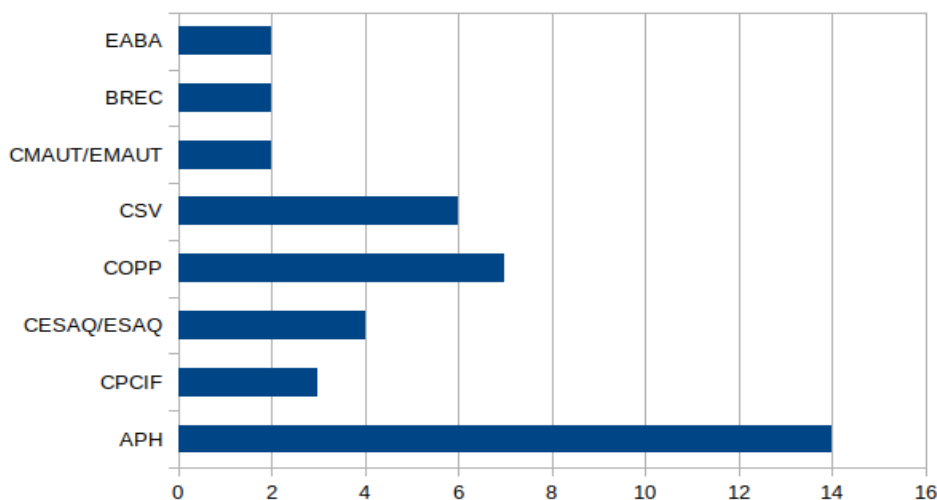
As diversas transformações sociais e econômicas que se tornam ainda mais acirradas com o passar dos anos impõem a necessidade de constante atualização e busca por novas informações, sobretudo no que diz respeito à atuação profissional e aos conhecimentos interdisciplinares das atividades dessas profissões. Assim, em razão da cobrança de estarem sempre aptos a um melhor atendimento às crescentes demandas da sociedade, as academias militares ofertam cursos ou realizam parcerias para cumprir, também, a exigência estatutária da carreira dos bombeiros militares. Dessa forma, os cursos de aperfeiçoamento são uma constante em toda a carreira militar.

A questão 12 do formulário enviado aos participantes visa fazer um levantamento dos cursos frequentados pelos participantes do questionário e, portanto, construir uma visão dessa demanda a que os profissionais estão submetidos ao longo da carreira. A pergunta: “Curso ou estágio realizado” traz opções objetivas para responder dentro da lista dos principais cursos que fazem parte da rotina de treinamento do agente bombeiro militar, que são eles:

- Atendimento Pré-Hospitalar – APH
- Curso de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais – CPCIF
- Curso/Estágio de Salvamento Aquático – CESAQ/ESAQ
- Curso/Estágio de Mergulho Autônomo – CEMAUT/EMAUT
- Curso/Estágio de Salvamento em Altura – CSALT/ESALT
- Curso de Combate a Incêndio Urbano – CCIU
- Curso de Especialização de Salvamento Terrestre – CESTER
- Curso de Salvamento Veicular – CSV
- Curso de Operações com Produtos Perigosos – COPP

No questionário colocamos a opção “Outros” que teve algumas respostas como Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas – BREC e Estágio e Adaptação de Bombeiro de Aeródromo – EABA. Temos então o seguinte gráfico:

Gráfico 16: Cursos e estágios realizados



Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

No gráfico acima, vemos que a maioria frequentou curso de Atendimento Pré-Hospitalar. Após leitura de outros trechos deste trabalho que expuseram a grande demanda em APH, logo, podemos visualizar a justificativa/necessidade dessa adesão a essa categoria de capacitação. Vemos, com base no gráfico sobre as Ocorrências atendidas em Araguaína, a confirmação da grande demanda e a exclusividade (até o ano de 2005) do APH às atuações dos bombeiros. Os cursos continuaram a valer-se como muito importantes para o trabalho dos agentes, pois, mesmo com o auxílio do SAMU, ainda se mantém com os bombeiros a maioria dos atendimentos desse tipo na cidade.

4.2.2.6 Análises das respostas subjetivas

As próximas questões tiveram a intenção de absorver informações sobre a importância do processo de separação e qual foi o impacto causado, se foi benéfico ou não. Serão comentadas e analisadas as respostas que foram maioria.

Na questão 13 “Quais foram as mudanças institucionais mais marcantes que você vivenciou no CBM?”, dos 22 entrevistados, 12 (doze) responderam de forma direta que foi a separação do CBMTO da PMTO. Entre as outras respostas, trouxeram também menção à des(re)territorialização da instituição, como as respostas que exprimem que a criação do 2º BBM (Araguaína) e do 3º BBM (Gurupi) foram de grande importância.

Partindo para próxima “Você vivenciou o processo de separação entre Bombeiros e Polícia Militar? O que isso representou para você?”. Essa pergunta pode parecer redundante, porém foi feita devido ter a possibilidade de que alguns entrevistados já estivessem aposentados e a intenção era que eles respondessem sobre o que mudou após a separação. Novamente, 12 (doze) dos entrevistados responderam diretamente que o benefício foi a independência financeira e administrativa, indiretamente tivemos 6 (seis) respostas que contemplaram a questão de valorização profissional Bombeiro Militar.

A pergunta de nº 15 foi “Durante o serviço BM, quais as principais dificuldades enfrentadas em ocorrências em Araguaína?”. Para ela obtivemos 21 (vinte e uma) respostas que foram bem claras afirmando ser a falta de efetivo e material adequado as dificuldades encontradas. Respostas como o trânsito na cidade de Araguaína também foram listadas.

Na pergunta de nº 16 “Antes da chegada dos equipamentos (viaturas equipadas) em 2002, qual a ocorrência mais complexa e marcante enfrentada e quais métodos e técnicas utilizadas para o atendimento?”, dos 22 que responderam o questionário completo, apenas 12 militares responderam, os outros afirmaram que não trabalhavam na região e/ou ainda não faziam parte da corporação.

O quadro abaixo traz o resumo das respostas a esta questão.

Quadro 03: Resumo das respostas à questão 16

ITEM	Antes da chegada dos equipamentos (viaturas equipadas) em 2002, qual a ocorrência mais complexa e marcante enfrentada e quais métodos e técnicas utilizadas para o atendimento?
01	Incêndio em edifício comercial, retirada de material das edificações vizinhas com vistas a evitar o alastramento do sinistro.
02	Uma ocorrência de acidente de trânsito na BR 153, com múltiplas vítimas, é as vítimas todas em estado grave, entre elas mulheres e crianças. Além de equipamentos, também havia carência de EPIs, pra equipe, mas utilizando ferramentas manuais, expansores improvisados com maciços hidráulicos dos veículos, utilizando outros veículos como tração, conseguimos resolver a situação
03	Foi em um atendimento pré-hospitalar realizado em viaturas apropriadas. O paciente foi transportado sobre a carroceria de uma camionete do CBMTO.
04	Com produtos perigosos, até então usava-se técnicas básicas de PH.

06	Lembro-me de um salvamento aquático feito na praia de Filadélfia, pois neste tempo não tínhamos equipamentos nem treinamentos específicos na área sendo utilizado somente conhecimentos de vivência cotidiana.
07	Incêndio em loja comercial... método utilizado de combate (isolamento)
08	Teve uma de um engenheiro que caiu de andar a outro de uma torre e não tínhamos quase nada de equipamentos, mas tínhamos a vontade de salvar vidas e com vários improvisos deu certo e fizemos a retirada dele com vida e sem agravar as lesões.
09	Salvo engano por volta de 1996 retirada de uma vítima de Mal Súbito com suspeita de fraturas da Torre de Telefonia com altura de mais ou menos 15 metros, usando uma prancha de compensado e cordas comuns. A vítima foi literalmente amarrada com essas cordas e a descida da prancha no fosso da Torre foi feita também com cordas comuns amarradas nas pontas e guiadas pelos Bombeiros, após a descida a mesma foi transportada em um Gol, se não me falha a memória atravessada no banco traseiro com as Portas abertas até o hospital.
10	Acidente envolvendo o Prefeito de Araguañã e outras vítimas. Utilizamos veículos e cordas para retirada das vítimas presas nas ferragens.
11	Retirada de um animal cavalo de uma fossa. Tivemos que improvisar um tripé com vigotas de madeira para resgatar o animal.
12	Incêndios, usando meios de fortuna como baldes, mangueiras de jardins e caminhões pipas.

Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Na questão nº 17 “Como o senhor vê a relação do CBM com o SAMU?” foi intencionada a compreender sobre o relacionamento institucional entre o CBMTO em Araguaína e o SAMU, pois prestam serviços de APH semelhantes, porém com protocolos de atendimento diferenciados, sendo assim, em momentos oportunos, uma instituição necessidade de apoio da outra em atendimentos à sociedade. Vejamos então as respostas dadas:

Quadro 04: Resumo das respostas à questão 17

ITEM	Como o senhor vê a relação do CBM com o SAMU?
01	Operacionalmente boa, contudo, enquanto instituições com atividades fins em boa parte semelhantes poderiam ser mais comunicativas e fortalecidas na parceria.
02	No início, antes da aquisição das VTrs do samu, com exceção dos médicos, todos os profissionais do órgão, estagiaram conosco, havia uma boa relação, houve uma época que ficou meio difícil, mas depois normalizou

03	Respeitosa
04	Razoável. Ainda pode melhorar.
05	Conturbado
06	Um pouco falha, deveria haver mais proximidade.
07	Considerando a competência ambos podem se relacionar com Armonia durante o exercício da função
08	Ótima
09	Conturbada, às vezes amigável...
10	Boa, já foi ruim, hoje vejo com bons olhos
11	Amistosa
12	Instável
13	Vejo como positivo, Araguaína está crescendo muito e precisa de toda ajuda possível.
14	Até a minha saída, com pouca interação e creio que assim permanece.
15	Boa Trabalhamos em conjunto, pois uma instituição depende uma da outra
16	Boa
17	Atualmente as duas instituições mantêm uma boa relação, embora no passado tiveram dificuldades para se integrarem.
18	Implicitamente há Divergência. O Samu pertence à saúde enquanto o cbm, à segurança e salvamento. Antes este serviço de urgência e emergência era realizado apenas pelos CB, e, após a implantação do serviço há uma “ disputa “ por espaços. Para as partes fica difícil uma melhor relação. Porque médicos não querem seguir militar e militar não quer seguir civil. Por serem de áreas diferentes não há hierarquia funcional.
19	Cordial.
20	Não conheço a fundo a relação. Acho que amigável.

21	Uma ótima parceria
22	Boa, mas poderia ser melhor

Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Na pergunta de nº 18 “Como o senhor acha que a comunidade de Araguaína vê/entende o CBM como instituição? Indique algumas palavras que reflitam essa percepção:” explorou a visão da comunidade sobre a atuação CBMTO.

Quadro 05: Resumo das respostas à questão 18

ITEM	Como o senhor vê a relação do CBM com o SAMU?
01	Confiável, fiscalizadora, presente, heroica, disposta, honesta.
02	O Corpo de Bombeiros é a mão amiga da segurança pública, além dos projetos sociais que feito pelo batalhão, constantemente ouvimos relatos de gratidão, elogios a trabalho prestado, disponibilidade e presteza ao ajudar alguém... por aí vai...
03	Prestativa, parceira
04	Como um órgão de credibilidade. Essencial e importante.
05	Boa
06	Responsável, confiança, técnico.
07	Como excelente
08	Respeito, Confiança, Compromisso, Dedicção.
09	Homens e mulheres guerreiros que não medem esforços para atender a população...
10	De fundamental importância
11	Instituição respeitada e muito eficiente no que faz
12	Instituição de respeito e admiração pelo serviço prestado
13	Acredito que vê como uma instituição que vai resolver o problema, acredita e dá crédito aos profissionais que diuturnamente estão prontos pra ajudar, a instituição recebe cartas de agradecimentos e isso é o reflexo do bom atendimento. Me sinto orgulhoso de fazer parte dessa Instituição Corpo de bombeiros.

14	A Comunidade vê como a salva guarda nas horas difíceis. Entretanto vejo hoje pouca interação entre o Corpo de Bombeiros e a Comunidade, bem como a divulgação desse serviço prestado.
15	O CBMTO tem uma reputação muito boa perante a sociedade Araguaíense
16	Entende como necessário, e vê como uma boa instituição.
17	não só em Araguaína, mas em todo o mundo, é uma instituição muito respeitada e estimada pela sociedade: "anjos de farda na terra"
18	A comunidade não sabe distinguir o que é resgate e SAMU, pensa que é tudo um só. Mas a comunidade também vê que o bombeiro não nega socorro.
19	Credibilidade, Confiança e Respeito
20	Confiável, Segurança, Respeito e Coragem
21	O CBM de Araguaína por onde passa é aplaudido pelos seus bons serviços prestados à comunidade araguaíense e região.
22	Boa com credibilidade e confiança.

Fonte: Dados coletados dos questionários respondidos, 2021.

Assim, encerramos o capítulo 5, após as narrativas e os dados coletados, com uma melhor compreensão sobre a atuação do CBMTO na região de Araguaína, considerando também sua evolução, bem como entendo o processo evolução. Pois concluímos, através das entrevistas a existência de momentos de extrema dificuldade em atendimentos de ocorrências em tempos em que a mão de obra não era tão qualificada e não havia equipamentos adequados para a atuação, dependendo somente da coragem e do comprometimento dos profissionais que estavam à frente da ocorrência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da possibilidade de realização desse trabalho já tínhamos a ciência da sua incompletude e, por isso, da abertura inerente a toda essa pesquisa que possibilitará e necessitará de uma continuação. O trabalho, em sua historicidade, não limita os anos ou os temas abordados dentro da instituição em destaque, por exemplo, cabendo, assim, aos futuros estudos abarcar outros aspectos e dados que surgem a todo momento na atuação da corporação. Há muito o que registrar, analisar, descrever e problematizar ainda.

No entanto, na proposta de abordar o processo de territorialização e expansão de uma das corporações militares mais recentes do Brasil, focando no seu estabelecimento na cidade de Araguaína, consideramos que o trabalho conseguiu reunir uma quantidade e qualidade de dados suficientes para esse momento e para as demandas de uma dissertação de Mestrado.

Dessa forma, o estudo provocado pela percepção da ausência do tema em estudos locais, bem como de registros científicos, acadêmicos ou literários sobre a implementação e a atuação do Corpo de Bombeiros, especialmente no norte do Estado, conclui-se formando essa pesquisa que pode auxiliar outros estudos bibliográficos, documentais, sociais, institucionais etc.

A metodologia de pesquisa quali-quantitativa nos possibilitou a captação, a exploração, os estudos e a análise dos dados verificados a partir das entrevistas, dos relatórios de serviços, das ocorrências consultadas, dos decretos e diários oficiais lidos, das leis e reportagens de jornais manuseados nessa pesquisa. Os resultados quantitativos foram expostos nas tabelas e quadros apresentados que enfatizam os números obtidos, através dos quais podemos visualizar racionalmente a atuação da instituição aqui observada. Enquanto as outras informações obtidas nos possibilitaram a construção das reflexões qualitativas à luz dos embasamentos teóricos. Toda a visão da atuação simbólica, afetiva, moral, representativa e cidadã do Corpo de Bombeiros pode ser observada nessa parte qualitativa de conseguimos transparecer no trabalho.

Dentre os principais resultados obtidos, alcançamos registros do processo de desmembramento, da implementação, da estruturação e da expansão do Corpo de Bombeiros, bem como, exploramos e expomos em dados, entrevistas e análises a

dimensão das demandas da sociedade atendidas pelos profissionais diariamente nos plantões contínuos da instituição.

O CBMTO, mesmo sendo uma corporação relativamente nova, já passou por um grande processo de territorialização e mudanças simbólicas com vista a constituição de elementos e signos próprios a esta instituição e sua finalidade precípua. Dessa forma, a constatação é que muito há para se estudar sobre uma das mais novas corporações militares do Brasil, desde a sua criação na prática em 1992, passando pelo seu desmembramento no ano de 2006 até os dias de hoje, de maneira que haja, para as futuras gerações melhores registros e análises da trajetória sócio-histórico-cultural referentes ao CBMTO.

O desejo final é que a territorialização da corporação na região norte tocantinense, seu desenvolvimento institucional, a sua estruturação física e cidadã dentro do Estado estejam aqui inicialmente esboçadas e sirvam de incentivo e ação inicial para outros estudos.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. L. de. Desastre e reconstrução no Rio De Janeiro setecentista: O Incêndio do Recolhimento Do Parto; **Revista Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-480/item/108649-desastre-e-reconstrucao-no-rio-de-janeiro-setecentista-o-incendio-do-recolhimento-do-parto.html>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

ARAGUAÍNA, Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial nº 427**. Disponível em: <https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/427.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2021.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Direitos humanos e direitos fundamentais: conceito, objetivo e diferença. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 78, p. 22-31, maio de 2019. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/159631/2019_alvarenga_rubia_direitos_humanos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em Janeiro de 2021.

ARAÚJO, Alberto Gomes de. **Cultura, Territorialização e Territorialidade da Polícia Militar do Tocantins - CIOE-PMTO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2021.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEW ANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BASTOS, Afonso Henrique S. Ordinários Marchem: Aspectos Da Militarização Do Corpo De Bombeiros Do Rio De Janeiro In. **Simpósio Nacional de História Militar**, 2016, Rio de Janeiro, RJ.

BENEVIDES, M. V. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Universitária, 2007.

BATISTA, Liz. Joelma e Andraus: fogo e tragédia em SP. **O Estado de São Paulo**. Acervo. São Paulo, 01 maio. 2018. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,joelma-e-andraus-fogo-e-tragedia-em-sp,70002290695,0.htm>. Acesso em 27 mar. 2021.

Bombeiros quebram calçada e entram em bueiro para resgatar filhote de gato. **G1 Tocantins**. Tocantins, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/bombeiros-quebram-calçada-e-entram-em-bueiro-para-resgatar-filhote-de-gato-video.ghtml>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

BORGES Sobrinho, C. J. **Crenças e saberes ecoculturais sobre o queimar e as queimadas**: uma pesquisa de bairro no ponto focal urbano das queimas no

Tocantins. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente), da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 8337, 17 de dezembro de 1881**. Aprova o Regulamento reorganizando o Corpo de Bombeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8337-17-dezembro-1881-546618-publicacaooriginal-60956-pe.html>. Acesso em 28 julho 2022

BRASIL. **Decreto nº 11497, 23 de fevereiro de 1915**. Faz a remodelação do Exército Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 julho 2022

BRASIL. **Lei nº 3216, 03 de janeiro de 1917**. Fixa as forças de terra para o exercício de 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3216-3-janeiro-1917-572527-publicacaooriginal-95671-pl.html>. Acesso em 28 julho 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8660, 14 de janeiro de 1946**. Delega aos Estados a faculdade de legislar sobre a matéria constante do nº XXVI do artigo 16 da Constituição Federal (organização, instrução, justiça e garantia das forças policiais dos Estados) e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8660-14-janeiro-1946-416665-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 julho 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, 02 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 julho 2022

BRASIL. **Lei Federal nº 13.425, 30 de março de 2017**. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13425.htm. Acesso em 17 jun. 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 1775, 02 de julho de 1856**. Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1775-2-julho-1856-571280-norma-pe.html>. Acesso em 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 6880, 09 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CÂMARA NETO, I. A.; REZENDE FILHO, C. B. A evolução do conceito de cidadania, **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 7, n. 2, jul-dez. 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/6496821/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_CONCEITO_DE_CIDADANIA Acesso em 20 de fevereiro. 2022

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 6 Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018

CASTRO, A. H. F. As companhias de artífices do Exército. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152. Disponível em: <https://silo.tips/download/artifices-do-fogo-adler-homero-fonseca-de-castro>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

CHERQUES, H. R. T. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 27 - 46, jan, 2006.

COSTA, Carlos Marcelo D'Isep. **Os corpos de bombeiros militares emancipados das polícias militares**: Prospecção e análise dos parâmetros norteadores do seu "desenho" organizacional. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

Criança de três anos é resgatado pelos Bombeiros após cair em fossa de 12 metros. **Diário Tocantinense**, 2022. Acesso em 20 de abril de 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro. Editora 34, 2000.

DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p. 148-201, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100010>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GUIMARÃES, H.M. **Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos**: pela construção da cultura da paz no Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos), da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade In. **Encontro dos geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo, SP. p. 6774 - 6792.

HAESBAERT, Rogério: **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; GLAUCO BRUCE, R. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, 4 (7), 7-22. (2009). Disponível: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 8 de março de 2020.

IBOPE. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes/>. Acesso em: 08 de março de 2020.

INCÊNDIO do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14154/incendio-do-recolhimento-de-nossa-senhora-do-parto>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi. **O Corpo de Bombeiros em São Paulo/1970-1995. Modernização, Políticas Públicas e Cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. **Dicionário do período Imperial – Corpo de Bombeiros. Brasil**, 2016. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/306-corpo-de-bombeiros-da-capital-federal>. Acesso em: 01 de março. 2020.

MASTRODI, J.; AVELAR, Ana Emilia Cunha . **O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão**. CADERNOS DE DIREITO (UNIMEP), v. 17, p. 3-27, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/viewFile/3451/2072>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NATÁLIO, Carlos. 2013. **Territorialização / desterritorialização: movimentos cinematográficos**. In Atas do II Encontro Anual da AIM, editado por Tiago Baptista e Adriana Martins, pp.199-211. Lisboa: AIM. Disponível em: <https://aim.org.pt/atas/indice/Atas-IIEncontroAnualAIM-18.pdf> Acesso em: 10 set. 2022

PORFÍRIO, Francisco. "**Direitos Humanos**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

RESENDE, Ênio. **Cidadania, o remédio para as doenças culturais brasileiras**. São Paulo: Summus editorial, 1992.

RIBEIRO, Guilherme Soares. **Direitos humanos no atendimento do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**: possibilidades e considerações / Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Gestão, Proteção e Defesa Civil) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar. v. 1, n. 1, p. 02, julho. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351> Acesso em: 04 de janeiro 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, A. L. S. **Perfil do Afogamento Seguido de Óbito no Estado do Tocantins**. Trabalho final do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gerenciamento em Segurança Pública, da Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2016.

SILVA, R.S. **Gramática, normatividade e ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: processos linguísticos de des(re)territorialização e a necessidade do devir. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras), da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

TOCANTINS. **Lei estadual nº 2665, de 18 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outras providências. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/291675>. Acesso em 01 junho de 2022.

TOCANTINS. **Lei complementar nº 45, de 03 de abril de 2006**. Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências. Disponível em: lei complementar nº 45, de 3 de abril de 2006.. Acesso em: 28 set. 2021.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins**: promulgada em 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/17754> Acesso em: 25 de setembro de 2021.

TOCANTINS. **Decreto 5081, de 04 de julho de 2014**. Institui o 2o Batalhão de Bombeiro Militar - 2o BBM, e adota outras providências. Diário Oficial 4163.

TOCANTINS. CBMTO. **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Quem somos – história do CBMTO**. Palmas TO. Disponível em: <https://bombeiros.to.gov.br/quem-somos/historia-do-cbmtto/> Acesso em: 09 de março. 2021.

TOCANTINS. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. **Portaria nº 006/2019/SEGER, de 14 de fevereiro de 2019**. Palmas TO. Disponível em: <https://intranet.bombeiros.to.gov.br/files/bole/BON1101-2019-02-19.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Tucano com bico amputado é capturado por bombeiros em Colinas. **Conexão Tocantins**. Tocantins, 2020. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2020/04/23/tucano-com-bico-amputado-e-capturado-por-bombeiros-em-colinas>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva** Vol. 2 – São Paulo: UnB Imprensa Oficial, 2004.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

1. **Graduação/Posto**
2. **Corporação/Estado de origem**
3. **Sexo:**
4. **Situação funcional:**
5. **Ano de início no serviço militar:**
6. **Ano de início no serviço BM:**
7. **Tempo de serviço como BM:**
8. **Tempo de serviço como BM em Araguaína:**
9. **Forma de ingresso no CBMTO:**
10. **No caso de a resposta anterior ter sido "TRANSFERÊNCIA DE OUTRO ESTADO/INSTITUIÇÃO MILITAR", especifique abaixo.**
11. **Batalhão regional que mais atuou:**
12. **Cursos e/ou estágio já realizados:**
13. **O senhor (a) vivenciou o processo de separação entre Bombeiros e Polícia Militar? O que isso representou para você?**
14. **Durante o serviço BM, quais as principais dificuldades enfrentadas em ocorrências em Araguaína?**
15. **Antes da chegada dos equipamentos (viaturas equipadas) em 2002, qual a ocorrência mais complexa e marcante enfrentada e quais métodos e técnicas utilizadas para o atendimento?**
16. **Como o senhor vê a relação do CBM com o SAMU?**
17. **Como o senhor acha que a comunidade de Araguaína vê/entende o CBM como instituição? Indique algumas palavras que reflitam essa percepção:**

ANEXO A



Ofício nº 13/2022/1CIA_2BBM

SGD: 2022/09099/014029

Araguaína – TO, 09 de agosto de 2022.

A Sua Senhoria, o Senhor
NILTON RODRIGUES DOS SANTOS - MAJ QOBM
Diretor de Ensino e Pesquisa do CBMTO.

Assunto: Solicitação de divulgação de dados.

Senhor Diretor,

1. Considerando meu ingresso no PPGCULT (Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território) oferecido pela UFNT (Universidade Federal do Norte do Tocantins).

2. Considerando que para obtenção de título de mestre no referido programa, um dos requisitos é concluir o projeto de pesquisa que tem como título "A TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO: IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO"

3. Considerando que para a conclusão do projeto de pesquisa se faz necessário a coleta de dados no SIOCB e no sistema da DISTEC, que são o quantitativo e tipos de ocorrências atendidas e vistorias realizadas pelo CBMTO no período compreendido entre os anos de 2015 a 2022, onde serão sintetizados e organizados conforme necessário na pesquisa.

Solicito a autorização para divulgação da síntese dos dados descritos, em minha dissertação e possíveis artigos a serem publicados.

Respeitosamente,

RODRIGO REIS FIGUEIRA – 1º SGT QPBM
Coordenador Esportivo do CMTO Jardenir Jorge Frederico
Mestrando do PPGCUL-UFNT

Documento foi assinado digitalmente por RODRIGO REIS FIGUEIRA em 08/08/2022 20:15:57.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 86B406730114BB25

ANEXO B



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA

Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05, Palmas-TO
CEP: 77015-560 / (63) 3218-2763
ensino@bombeiros.to.gov.br

OFÍCIO N° 85/2022/DEP
SGD: 2022/09099/014930

Palmas - TO, 16 de agosto de 2022.

Ao Senhor
RODRIGO REIS FIGUEIRA -- 1º SGT QPBM
Militar do CBMTO
Araguaína-TO

Assunto: Solicitação de divulgação de dados

1º SGT QPBM REIS,

Defiro a solicitação da pesquisa na forma citada via Ofício n° 13/2022/1CIA_2BBM, SGD: 2022/09099/014029 de 09 de agosto de 2022.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente)
Nilton Rodrigues dos Santos – MAJ QOBM
Diretor de Ensino e Pesquisa do CBMTO